



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Livia Alessandra de Carvalho Teles

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA MOBILIDADE ATIVA PROMOTORA DA
SAÚDE NO CONTEXTO ESCOLAR E A COMPOSIÇÃO DE UMA REDE
INTERSETORIAL.

BRASÍLIA – DF

2025

Livia Alessandra de Carvalho Teles

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA MOBILIDADE ATIVA PROMOTORA DA
SAÚDE NO CONTEXTO ESCOLAR E A COMPOSIÇÃO DE UMA REDE
INTERSETORIAL.

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação
Stricto Sensu de Educação Física da Faculdade de
Educação Física da Universidade de Brasília
como requisito para a obtenção do título de
Doutora em Educação Física.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Júlia Aparecida Devidé
Nogueira.

Linha de pesquisa: Estudos Sociais e Pedagógicos
da Educação Física, Esporte e Lazer.

Tema: Universidades e Escolas Promotoras da
Saúde e do Desenvolvimento Sustentável.

BRASÍLIA – DF

2025

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

CT269d	<p>Carvalho Teles, Livia Alessandra</p> <p>Desafios e possibilidades da mobilidade ativa promotora da saúde no contexto escolar e a composição de uma rede intersetorial. / Livia Alessandra Carvalho Teles; orientador Júlia Aparecida Devidé Nogueira. Brasília, 2025. 105 p.</p> <p>Tese(Doutorado em Educação Física) Universidade de Brasília, 2025.</p> <p>1. Mobilidade ativa escolar. 2. Promoção da saúde. 3. Educação Física. I. Nogueira, Júlia Aparecida Devidé, orient. II. Título.</p>
--------	--

LIVIA ALESSANDRA DE CARVALHO TELES

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA MOBILIDADE ATIVA PROMOTORA DA
SAÚDE NO CONTEXTO ESCOLAR E A COMPOSIÇÃO DE UMA REDE
INTERSETORIAL.

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da
Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários à obtenção título de
Doutora em Educação Física.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Júlia Aparecida Devidé Nogueira
(Orientadora – FEF/UnB)
(Presidente)

Prof. Dr. Ricardo Brandão de Oliveira
(Examinador Externo – IEFD/UERJ)

Prof. Dr. Iransé Oliveira Silva
(Examinador Externo – UniEvangélica)

Prof. Dr. Jonatas Maia da Costa
(Examinador Interno – FEF/UnB)

Profa. Dra. Dais Gonçalves Rocha
(Examinadora Interna Suplente – FS/UnB)

BRASÍLIA – DF

2025

DEDICATÓRIA

Dedico ao meu pai, meu grande e verdadeiro amor. Sua sabedoria e carinho continuam me guiando, mesmo na sua ausência. Esta tese é, de alguma forma, uma extensão do seu legado, que me acompanha em cada passo da jornada da vida.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é o resultado de um esforço coletivo e, por isso, gostaria de expressar minha profunda gratidão a todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste projeto.

Primeiramente e acima de tudo, muita gratidão a Deus, Senhor da minha vida, da minha família e dos meus sonhos. E à Santíssima Virgem Maria, minha grande intercessora e meu exemplo de mulher.

Aos meus familiares: especialmente às minhas filhas Isadora e Ana Beatriz que compreenderam minhas ausências e me incentivaram quando perceberam meu cansaço, ao meu esposo Marcos Vinícius pelo amor, paciência e estímulo por trilhar os mesmos caminhos, à minha mãe Maria de Fátima por sempre me apoiar incondicionalmente com seu profundo amor, aos meus irmãos Leile e Tande, meus cunhados Marcos Antônio e Suzana, meus sobrinhos Samuel, Pedro Otavio, Miguel, Gabriel, Davi e Mateus, por serem aconchego e motivo das minhas alegrias. O amor de vocês me revigorou e fortaleceu em cada etapa dessa jornada. Ao meu pai Valter Carvalho, que, embora ausente fisicamente, continua sendo uma fonte inesgotável de inspiração e força em minha vida e em nossa linda família. Agradeço por todo o carinho e sabedoria que ele me proporcionou e por tudo o que me ensinou, que carrego comigo todos os dias.

À minha orientadora, professora Dr^a Júlia Aparecida Devidé Nogueira, sou imensamente grata pela orientação cuidadosa, pelo incentivo constante e pela confiança em meu trabalho. Sua experiência e generosidade acadêmica foram essenciais para o meu crescimento, tanto profissional quanto pessoal.

Aos meus professores e colegas do doutorado, que tornaram essa jornada mais rica e prazerosa, minha gratidão por cada aprendizado, discussão e troca de experiências.

Aos meus amigos, que estiveram ao meu lado em momentos de desafio e também de celebração, agradeço pela amizade verdadeira e pela força que me deram quando mais precisei. À Universidade de Brasília, pela excelente formação e apoio durante toda a minha trajetória. Agradeço por me proporcionar um ambiente acadêmico que estimula o pensamento crítico e a busca pelo conhecimento. Especialmente aos professores que compartilharam seus conhecimentos, meu reconhecimento e agradecimento por cada ensinamento, incentivo e desafio proposto, que foram essenciais para meu crescimento intelectual e pessoal ao longo deste doutoramento; bem como aos servidores da Secretaria da Faculdade de Educação Física, pela atenção e carinho com que sempre nos atendeu.

À Prefeitura de Anápolis, GO, e ao Governo do Estado de Goiás, representados pelos servidores e professores de educação física que participaram desta pesquisa e contribuíram generosamente com seu tempo e conhecimento, ajudando a avançar na pauta da mobilidade ativa escolar como um passo importante na construção de ambientes escolares e cidades mais saudáveis para nossas crianças e adolescentes. Sua colaboração foi essencial para que este trabalho ganhasse sentido e relevância.

A todos vocês, meu muito obrigada. Cada contribuição foi fundamental para que eu pudesse alcançar esta conquista. Com todo o carinho, dedico a cada um de vocês esta realização.

Seu nome é hoje

Somos culpados
de muitos erros e
faltas porém nosso
 pior crime
é o abandono das
crianças negando-lhes a
 fonte da vida

Muitas das
coisas de que
necessitamos
podem esperar. A criança não pode

Agora é o momento em
que seus ossos estão se
formando seu sangue
 também o está
 e seus sentidos
estão se
desenvolvendo

A ela não podemos responder
“amanhã” Seu nome é hoje.

(Tradução de Maria Teresa Almeida Pina)

Essa poesia de Gabriela Mistral ganhou o Prêmio Nobel de Literatura de 1945. Ainda hoje nos inspira a refletir sobre o desenvolvimento saudável das crianças, especialmente considerando os direitos à saúde, educação, lazer, e tantos outros, que deveriam permear os contextos de vida de todos desde a infância. O hoje nos convoca a cuidar integralmente e prementemente de nossas crianças.

Apresentação da pesquisadora

Sou Livia, mulher, mãe, esposa, filha, doutoranda, e professora de educação física com 25 anos de experiência no ensino público em periferias na cidade de Anápolis, Goiás (GO) e, atualmente, também atuando na rede privada. Tenho 44 anos e sou de raça cor branca. Minha primeira aproximação com a temática da mobilidade ativa ocorreu durante minha pesquisa de mestrado, realizada entre 2017 e 2019 na Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília (UnB). O estudo investigou a percepção das crianças da rede municipal de ensino de Anápolis, GO, sobre a mobilidade ativa no contexto escolar, identificando prevalências, preferências, facilitadores e barreiras relacionados a essa prática (<https://repositorio.unb.br/handle/10482/37238?locale=en>) (Teles, 2019).

A escola pública de periferia é onde assumo meu compromisso social e político como professora de educação física. Discutir ações de promoção da saúde no ambiente escolar representa uma oportunidade única, uma vez que a escola é um espaço fundamental de encontro e formação de crianças e jovens. Ademais, a educação é o modo mais eficaz e fundamental para a construção de uma cultura orientada para a promoção da vida, com qualidade. A motivação para minhas pesquisas surgiu do desejo de aproximar a universidade da realidade escolar, contribuindo para a promoção da saúde e a materialização de seus princípios, por meio de uma educação emancipadora, cidadã e humana. Nesse percurso, busquei identificar caminhos que fortaleçam a educação física escolar, de modo que faça a diferença na vida de crianças e jovens, especialmente em casos de vulnerabilidade socioeconômica.

Neste processo, enquanto professora de educação física, teço algumas reflexões acerca da mobilidade ativa, articulando-a com a promoção da saúde e a sustentabilidade, como estratégia para fomentar contextos de vida mais ativos e saudáveis entre os estudantes. Para tal, conto com a colaboração de diferentes atores, representantes setoriais, que, ao longo de quatro meses, dialogaram comigo visando constituir uma rede intersetorial voltada à valorização e ampliação dessa prática. Os resultados que obtive indicam que a mobilidade ativa não é prioridade nas agendas institucionais, e revelaram desafios significativos, mas também oportunidades para a ampliação dessa prática no cotidiano escolar. Para que a pesquisa tivesse um impacto social mais efetivo, busquei elaborar e pactuar com os setores uma Carta de Intenções e promover um Seminário Municipal sobre Mobilidade Ativa, de modo a fomentar essa pauta no contexto educacional de Anápolis, GO. Reconheço que ainda estamos longe de ter uma educação física de fato promotora da saúde, e que esta pesquisa contribui com uma entre muitas leituras possíveis - atenta e crítica - sobre a mobilidade ativa no ambiente escolar.

TELES, Livia Alessandra de Carvalho. Desafios e possibilidades da mobilidade ativa promotora da saúde no contexto escolar e a composição de uma rede intersetorial. Tese (Doutorado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2025. 105 p.

Resumo: A mobilidade ativa é o principal modo de deslocamento adotado pelos brasileiros, sendo uma prática potencialmente saudável, sustentável e socialmente justa. Quando realizada como um direito social, pode se tornar uma importante estratégia de promoção da saúde. No entanto, no Brasil, a realização dessa prática corporal enfrenta diversos desafios, como por exemplo as iniquidades de condições em que ela é praticada. A presente tese reflete sobre os desafios e as possibilidades da mobilidade ativa no contexto escolar, além de buscar favorecer a construção de uma rede intersetorial para fortalecer essa prática nas escolas. Para tecer tais análises, se apoia no referencial teórico da promoção da saúde e da determinação social da saúde, buscando articular os campos científicos da Educação Física e da Saúde Coletiva. Apresenta ainda políticas e programas que dialogam com a temática e que estimulam a mobilidade ativa como uma prática corporal culturalmente desejável e socialmente valorizada, especialmente no ambiente escolar, como é o caso do Programa Saúde na Escola. Este Programa tem papel fundamental na integração entre os setores da saúde e da educação, fomentando a atuação crítica e promotora da saúde dos professores de educação física em ambos os setores. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa apoiada no método participativo, de modo que a pesquisadora foi uma facilitadora para o encontro de atores-chaves, representantes de diversos setores: Educação, Saúde, Esportes, Planejamento Urbano, Segurança Pública, Trânsito e Transporte, além de pesquisadores universitários e professores de educação física da rede municipal de ensino de Anápolis, GO. Os representantes setoriais foram indicados pelos gestores após uma reunião de sensibilização e convite à participação na pesquisa. Cada representante participou de uma entrevista semiestruturada e foi convidado para cinco reuniões coletivas visando debater o tema e identificar desafios (fraquezas e ameaças) e possibilidades (forças e oportunidades) para fomentar a mobilidade ativa como estratégia de promoção da saúde nas escolas e para induzir a constituição de uma rede intersetorial com esse propósito. Em síntese, os resultados foram: os desafios para a constituição da rede intersetorial foram reportados na categoria de desenvolvimento de habilidades individuais, reorientação dos serviços e políticas públicas; as potencialidades permearam a participação comunitária e a reestruturação dos serviços. Quanto ao estímulo da mobilidade ativa no contexto escolar, as principais barreiras apontadas foram a criação de ambientes adequados e a ação comunitária; as possibilidades contemplaram o fortalecimento de ações comunitárias, a implementação de políticas públicas e a criação de ambientes saudáveis. Embora a participação dos setores tenha sido limitada nas reuniões, a aproximação entre os atores, setores e campos do conhecimento foi um avanço para compreender melhor a mobilidade ativa escolar, elencando desafios e possibilidades dessa prática e permitindo elaborar recomendações contextualizadas e articuladas às agendas públicas. Uma Carta de intenções foi elaborada e um Seminário Municipal de Mobilidade Ativa Escolar foi realizado como forma de socializar os achados da pesquisa, refletir sobre o tema e fortalecer essa pauta. A participação dos professores de educação física da rede pública de Anápolis, GO, no Seminário aproximou os debates às realidades locais visando estimular a mobilidade ativa no contexto escolar.

Palavras-chave: Promoção da saúde escolar. Mobilidade sustentável. Educação física.

TELES, Livia Alessandra de Carvalho. Challenges and possibilities of active mobility promoting health in the school context and the composition of an intersectoral network. Thesis (Doctoral Degree in Physical Education) – Graduate Program in Physical Education, University of Brasília, Brasília, 2025. 105 p.

Abstract: Active mobility is the primary mode of travel adopted by Brazilians and is a potentially healthy, sustainable, and socially just practice. When implemented as a social right, it can become an important health promotion strategy. However, in Brazil, this physical activity faces several challenges, such as the inequities in its conditions. This thesis reflects on the challenges and possibilities of active mobility in the school context, in addition to seeking to foster the construction of an intersectoral network to strengthen this practice in schools. To conduct these analyses, it draws on the theoretical framework of health promotion and the social determination of health, seeking to articulate the scientific fields of Physical Education and Public Health. It also presents policies and programs that engage with this topic and encourage active mobility as a culturally desirable and socially valued physical activity, especially in the school environment, such as the Health in School Program. This program plays a fundamental role in integrating the health and education sectors, fostering critical and health-promoting work among physical education teachers in both sectors. The research adopted a qualitative approach supported by the participatory method, enabling the researcher to facilitate meetings with key stakeholders, representing various sectors: Education, Health, Sports, Urban Planning, Public Safety, Traffic, and Transportation, as well as university researchers and physical education teachers from the municipal school system of Anápolis, Goiás. The sector representatives were appointed by administrators after an awareness-raising meeting and invitation to participate in the research. Each representative participated in a semi-structured interview and was invited to five group meetings to discuss the topic and identify challenges (weaknesses and threats) and possibilities (strengths and opportunities) for fostering active mobility as a health promotion strategy in schools and to encourage the establishment of an intersectoral network for this purpose. In summary, the results were as follows: the challenges to establishing the intersectoral network were reported in the categories of individual skills development, service reorientation, and public policies; the potential permeated community participation and service restructuring. Regarding the stimulation of active mobility in the school context, the main barriers identified were the creation of suitable environments and community action; possibilities included strengthening community actions, implementing public policies, and creating healthy environments. Although sector participation in the meetings was limited, the rapprochement between stakeholders, sectors, and fields of knowledge represented progress in better understanding active mobility in schools, listing the challenges and possibilities of this practice and enabling the development of contextualized recommendations aligned with public agendas. A letter of intent was drafted, and a Municipal Seminar on Active Mobility in Schools was held to share the research findings, reflect on the topic, and strengthen this agenda. The participation of physical education teachers from the public school system in Anápolis, Goiás, in the seminar brought the discussions closer to local realities, aiming to encourage active mobility in schools.

Keywords: School health promotion. Sustainable mobility. Physical education.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ANTP	Associação Nacional de Transportes Públicos
DCNT	Doenças Crônicas Não Transmissíveis
GO	Goiás
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LaVA	Laboratório de Vida Ativa
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-americana de Saúde
PeNSE	Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar
PNPS	Política Nacional de Promoção da Saúde
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
MOTIVE	Mobilidade Ativa entre Escolares
PSE	Programa Saúde na Escola
SUS	Sistema Único de Saúde
SWOT	<i>Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats</i> (em inglês)
FOFA	F orças, O portunidades F raquezas, e A meaças (em português)
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UnB	Universidade de Brasília

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo dos Determinantes Sociais de Saúde proposto por Dahlgren e Whitehead (1991)	20
Figura 2 - Representação da integração das dimensões propostas pela Agenda 2030	34
Figura 3 - Foto da cidade de Anápolis, GO	46
Figura 4 - Organograma ilustrativo dos setores participantes da pesquisa	46
Figura 5 - Fluxograma com a organização temporal das etapas da pesquisa de campo	48
Figura 6 - Organização das duas matrizes SWOT/FOFA* elaboradas a partir das entrevistas, das reuniões intersetoriais e do diário de campo	49
Figura 7 - Ações indicadas pela Carta de Ottawa para sustentar a efetividade das iniciativas de promoção da saúde e os meios estratégicos para alcançá-las	50
Figura 8 - Síntese dos desafios e possibilidades para compor uma rede intersetorial	71
Figura 9 - Síntese dos desafios e possibilidades para estimular a prática da mobilidade ativa. 77	

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Objetivos específicos e métodos do presente estudo	45
Quadro 2 - Síntese dos resultados da pesquisa alinhando-os aos objetivos específicos	51
Quadro 3 - Desafios (Fraquezas e Ameaças) para compor a rede intersetorial de estímulo à mobilidade ativa no contexto escolar em Anápolis, GO, demonstrados por meio das categorias, dos tópicos (assuntos) e das unidades de registro (falas dos participantes) (2025)	55
Quadro 4 - Possibilidades (Forças e Oportunidades) para compor a rede intersetorial de estímulo à mobilidade ativa no contexto escolar em Anápolis, GO, indicadas por meio das categorias, dos tópicos (assuntos) e das unidades de registro (falas dos participantes) (2025)	56
Quadro 5 - Desafios (Fraquezas e Ameaças) para fortalecer a prática da mobilidade ativa escolar em Anápolis, GO, descritos por meio das categorias, dos tópicos (assuntos) e das unidades de registro (falas dos participantes) (2025)	58
Quadro 6 - Quadro 6 - Possibilidades (Forças e Oportunidades) para fomentar a mobilidade ativa no contexto escolar em Anápolis, GO, explicadas por meio das categorias, dos tópicos (assuntos) e das unidades de registro (falas dos participantes) (2025)	59
Quadro 7 - Contribuições dos professores de educação física no Seminário sobre a pergunta mencionada (2025)	66

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	4
AGRADECIMENTOS	5
Poesia Seu nome é hoje.....	6
Apresentação da pesquisadora	7
Resumo	8
Abstract	9
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	10
LISTA DE FIGURAS	11
LISTA DE QUADROS	12
1. INTRODUÇÃO.....	15
2. OBJETIVOS	18
2.1. Objetivo geral:.....	18
2.2. Objetivos específicos	18
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL.....	19
3.1. Práticas corporais promotoras da saúde: uma interface entre os campos da Educação Física e Saúde Coletiva	19
3.2. Políticas e programas intersetoriais: práticas corporais e atividades físicas na promoção da saúde e a mobilidade ativa nas agendas urbanas de ambiente saudável e desenvolvimento sustentável	25
3.2.1. Práticas corporais e atividade física nas políticas e programas de saúde	26
3.2.2. Agendas urbanas de ambiente saudável e sustentável: a mobilidade em questão.....	30
3.3. Mobilidade ativa como estratégia intersetorial promotora da saúde e o papel das práticas corporais e da educação física escolar	37
4. METODOLOGIA	44
4.1. Caracterização do estudo	44
4.2. Contexto e cenário de pesquisa.....	45
4.3. Etapas da pesquisa	47
5. RESULTADOS	52
6. DISCUSSÃO	63
6.1. Sabemos da relevância, mas pouco fazemos.....	63
6.2. Somando esforços: a composição de uma rede intersetorial para promover a mobilidade ativa	66
6.3. Desafios e possibilidades para fortalecer a mobilidade ativa no contexto escolar	71

6.4. Apontando caminhos e realizando contribuições	77
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
8. REFERÊNCIAS.....	84
Anexo 1: Parecer de aprovação do Comitê de Ética.....	93
Anexo 2: Termo de Ciência da Instituição Coparticipante.....	97
Anexo 3: TCLE	98
Apêndice A – Entrevista semiestruturada	99
Apêndice B - Síntese da pesquisa do mestrado	100
Apêndice C – Carta de Intenções.....	101
Apêndice D - Convite Seminário	105

1. INTRODUÇÃO

A mobilidade ativa, entendida como o deslocamento realizado a pé, de bicicleta ou por outros meios que envolvem o movimento corporal, configura-se como uma estratégia relevante no contexto das práticas corporais voltadas à promoção da saúde. Este tipo de deslocamento é amplamente adotado em diversas cidades brasileiras (ANTP, 2020), incluindo os trajetos percorridos por estudantes no contexto escolar. Mais do que um simples meio de transporte, a mobilidade ativa proporciona aos estudantes oportunidades valiosas para enriquecer suas experiências corporais e sensoriais no cotidiano. Esse aspecto se torna ainda mais relevante considerando que a infância é um período crucial na formação de hábitos e preferências, os quais têm o potencial de influenciar o comportamento ao longo da vida (IBGE, 2021; Gomes; Fraga; Carvalho, 2015).

No entanto, o ambiente urbano no qual se inserem muitas instituições escolares frequentemente apresenta condições desfavoráveis à prática da mobilidade ativa. Entre os principais obstáculos, destacam-se a precariedade da infraestrutura destinada ao deslocamento ativo - que resulta em acessibilidade limitada -, a insegurança viária e pública, as condições climáticas adversas além de fatores estruturais, como o espraiamento urbano associado a processos de gentrificação e as limitações do desenho urbano. Esses fatores tornam a mobilidade ativa escolar um desafio complexo para a promoção da saúde, exigindo uma análise crítica e interdisciplinar, que articule diferentes setores e campos de conhecimento.

As práticas corporais desempenham um papel fundamental na promoção da saúde, especialmente quando estão integradas a políticas públicas que visam a criação de ambientes saudáveis. A Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) ressalta a importância de ações que promovam a qualidade de vida e reduzam as vulnerabilidades associadas aos determinantes sociais da saúde, incluindo a prática regular de atividades físicas. Além disso, a implementação de uma Política Nacional de Práticas Corporais e Atividades Físicas dentro do Sistema Único de Saúde (SUS) tem sido defendida por pesquisadores como uma estratégia para ampliar o acesso e a eficácia dessas práticas na população (Brasil, 2024).

Ademais, a instituição escolar deve proporcionar ambientes acolhedores e saudáveis, além de desenvolver ações educativas que incentivem práticas corporais voltadas à saúde nas atividades escolares ou nas dinâmicas de vida associadas a elas (Rumor *et al.*, 2022; IBGE, 2021). Contudo, é fundamental que tais iniciativas levem em consideração as condições socioeconômicas e culturais dos estudantes, bem como os fatores socioterritoriais que caracterizam o ambiente escolar.

Um marco importante na promoção da saúde no ambiente escolar é o Programa Saúde na Escola (PSE), instituído em 2007 como uma política pública intersetorial desenvolvida pelos Ministérios da Saúde e da Educação, com o objetivo de ampliar a qualidade de vida dos estudantes da rede pública e fomentar hábitos saudáveis. Desde sua implementação, o PSE tem alcançado avanços significativos, como evidenciado pelo aumento substancial do número de municípios brasileiros que aderiram à iniciativa. Em 2023, o programa atingiu um recorde histórico de adesões, com 99% dos municípios participando, refletindo o compromisso nacional com a saúde escolar. No entanto, apesar desses avanços, a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) de 2019 revelou dados preocupantes sobre a saúde e os comportamentos sedentários dos estudantes: embora a maioria dos adolescentes reconheça a importância da atividade física, uma proporção significativa ainda não pratica exercícios regularmente, o que contribui para o aumento da prevalência de sobrepeso e obesidade entre crianças e adolescentes brasileiros (IBGE, 2021; Silva *et al.*, 2018; Brasil, 2007).

Ao analisar os dados da PeNSE e sua relevância para a compreensão da mobilidade ativa como prática corporal promotora da saúde, é crucial destacar que os dados epidemiológicos frequentemente se limitam a uma abordagem preventiva, não reconhecendo o contexto social e os diversos aspectos que influenciam a saúde. Muitas iniciativas da Saúde Coletiva acabam restringindo-se, na prática, à prevenção de doenças (Brasil, 2021a). Dessa forma, é imperativo ir além da abordagem dos fatores de risco relacionados à inatividade física e enfrentar as questões estruturais de desigualdade e iniquidade que permeiam essas condições. Além disso, é necessário questionar a fragmentação e a culpabilização do indivíduo, conceitos promovidos pela lógica neoliberal hegemônica. Caso contrário, corre-se o risco de continuar tratando os efeitos dos problemas, em vez de atacar suas causas estruturais, o que pode reforçar ou até agravar a situação (Knuth; Antunes, 2021).

Um dos aspectos essenciais para a transformação desse contexto é a atuação crítica, que adote uma perspectiva emancipatória e reconheça a necessidade de assegurar, de forma material, direitos humanos fundamentais como saúde, educação, lazer, transporte e práticas corporais. Esses direitos, garantidos formalmente por políticas públicas e programas territoriais, devem ser efetivados tanto em suas dimensões teóricas quanto práticas (Nogueira; Bosi, 2017). Nesse sentido, é fundamental que o planejamento e o desenvolvimento de práticas corporais integrem diferentes campos do conhecimento, como a Educação Física e a Saúde Coletiva, promovendo a participação social, o acesso democrático aos serviços, a integralidade da saúde, a gestão do cuidado e a articulação de saberes e práticas alinhadas às realidades territoriais (Rocha; Akerman, 2014; Gomes; Fraga; Carvalho, 2015).

A disciplina de educação física no contexto escolar destaca-se como um componente relevante tanto para a educação quanto para a promoção da saúde, além de contribuir para o desenvolvimento de habilidades, capacidades, socialização e fortalecimento do companheirismo entre os estudantes (Rumor *et al.*, 2022; IBGE, 2021). Consequentemente, é imperativo que o campo da Educação Física, ao se aproximar da Saúde Coletiva, ultrapasse os limites da escola para explorar os territórios e compreender as condições de vida da população, promovendo uma escuta ativa e diálogos horizontais (Madeira *et al.*, 2018; Nogueira; Bosi, 2017).

Esse processo exige uma articulação entre diversos setores, como educação, saúde, esporte, planejamento urbano, segurança pública, entre outros, visando à construção de ambientes saudáveis e à promoção da mobilidade ativa como uma prática corporal que favoreça a saúde e a sustentabilidade. Nesse contexto, é fundamental adotar o conceito de determinação social da saúde, que enfatiza as condições socioeconômicas, ambientais e culturais como fatores determinantes para a saúde das populações. A determinação social da saúde reflete, no cotidiano, a intersetorialidade desses campos, ou seja, a maneira como as condições de vida e os serviços públicos interagem para influenciar os indivíduos e as comunidades de forma integrada e holística. Sob essa perspectiva, é possível propor práticas corporais contextualizadas, prazerosas, culturalmente adaptadas e sustentáveis, que favoreçam modos de vida mais saudáveis, com maior bem-estar e qualidade de vida nas comunidades e cidades (Madeira *et al.*, 2018; Nogueira; Bosi, 2017).

A presente tese tem como objetivo refletir, a partir da percepção de gestores e atores chave, sobre os desafios e as possibilidades da mobilidade ativa no contexto escolar, adotando uma abordagem intersetorial que busca conectar e articular saberes e práticas provenientes de diferentes setores e campos do conhecimento. Nesse percurso, apresentaremos a fundamentação teórico-conceitual, abordando alguns conceitos e referenciais que nos ajudaram a refletir sobre essa temática. Finalmente, serão apresentados os resultados obtidos na pesquisa e discutiremos sobre o tema da pesquisa, com ênfase na constituição de uma rede intersetorial.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo geral:

Refletir, a partir da percepção de gestores e atores chave, sobre os desafios e as possibilidades da mobilidade ativa no contexto escolar e da constituição de uma rede intersetorial para o fortalecimento dessa prática como elemento promotor da saúde.

2.2. Objetivos específicos:

- Identificar a presença de ações, projetos ou documentos relacionados à mobilidade ativa nos diferentes setores.
- Apresentar desafios e possibilidades para compor uma rede intersetorial que fortaleça a mobilidade ativa.
- Apresentar desafios e possibilidades para promover a mobilidade ativa escolar.
- Sistematizar recomendações para favorecer a mobilidade ativa escolar.
- Socializar e debater os achados da pesquisa com os setores envolvidos e os professores de educação física da rede municipal de ensino.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

Essa fundamentação teórico-conceitual visa apresentar alguns conceitos e referenciais que nos ajudaram a refletir sobre os desafios e as possibilidades da mobilidade ativa como uma estratégia de promoção da saúde no contexto escolar e a constituição de uma rede entre os setores. Para isso, partimos de três agrupamentos de ideias centrais: i) a importância de pensar práticas corporais promotoras da saúde com base nas interfaces entre os campos da Educação Física e da Saúde Coletiva; ii) a conexão intersetorial das práticas corporais e atividades físicas nas políticas e programas de promoção da saúde e nas agendas urbanas de ambiente saudável e desenvolvimento sustentável, especialmente os vinculados à mobilidade ativa; e iii) a mobilidade ativa como uma estratégia intersetorial de promoção da saúde nas cidades e no ambiente escolar, considerando o papel da educação física escolar nesse processo.

3.1. Práticas corporais promotoras da saúde: uma interface entre os campos da Educação Física e Saúde Coletiva

É importante realizar um resgate histórico para refletir sobre os termos ‘atividade física’ e ‘práticas corporais’. Na literatura científica, a atividade física é amplamente reconhecida como promotora da saúde. Tal concepção, embora consolidada, frequentemente associa a aptidão física de forma direta ao conceito de saúde, adotando uma perspectiva reducionista. Essa tendência possui raízes históricas, já que a constituição do campo¹ da Educação Física se dá profundamente enraizado nas ciências biológicas e médicas, ancorado em práticas promovidas pelas instituições militares. Resulta daí uma visão mecanicista do corpo, entendido como um objeto a ser disciplinado, controlado e treinado. Nessa lógica, os exercícios são sistematizados de forma rígida e normativa, com foco na eficiência motora, na padronização dos movimentos e na melhoria da performance e aptidão física (Bracht, 1999).

Nessa perspectiva, a atividade física passou a ser definida como qualquer movimento corporal produzido pelos músculos esqueléticos que resulta em gasto energético (Caspersen; Powell; Christenson, 1985), e futuramente dividida em domínios: do lazer, do deslocamento, do trabalho e das atividades domésticas (Brasil, 2021b). Tais definições são amplamente difundidas e respaldadas pela epidemiologia clássica, que estabelece forte correlação entre a prática regular de atividades físicas e a redução do risco de DCNT. Tal abordagem, de caráter biomédico e individualizante, tende a desconsiderar condicionantes e determinantes

¹ Adotamos o conceito de “campo científico”, entendido como espaço de luta concorrencial em torno de monopólios da autoridade e da competência científicas, como explica Bourdieu (1983).

socioeconômicos e ambientais que afetam o acesso e a adesão às práticas de atividades físicas, sobretudo em contextos marcados por iniquidades (Knuth; Antunes, 2021; Madeira *et al.*, 2018). Em contraposição a essa perspectiva hegemônica, a Saúde Coletiva propõe um referencial que se ancora no conceito de determinação social do processo saúde-doença (Figura 1). Essa ideia incorporada pela OMS compreende a saúde como resultante da integração de fatores estruturais, como os contextos econômicos, políticos, culturais e ambientais (Rocha; Akerman, 2014).

Figura 1 - Modelo de determinação social da saúde proposto por Dahlgren e Whitehead (1991).



Fonte: Relatório Final da Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde (Brasil, 2008).

Na América Latina, esse referencial emergiu no bojo das lutas sociais em resposta aos regimes autoritários, constituindo-se como uma vertente crítica voltada à transformação das condições de vida e à superação das iniquidades em saúde. No Brasil, a influência da Saúde Coletiva foi determinante na construção da Reforma Sanitária e na consolidação da Saúde Pública brasileira, mormente o SUS, o qual se fundamenta nos princípios da equidade, da integralidade e da participação social (Osório; Schraiber, 2015; Giovanella *et al.*, 2012; Fleury; Pinheiro; Buss, 1997).

Em contexto brasileiro, em meados dos anos 1980, com os ares de redemocratização começando a soprar, os campos da Educação Física e da Saúde Coletiva passam a apresentar algumas convergências contra hegemônicas ao serem influenciados pelas ciências sociais e humanas. Para a Educação Física, esse período marca o surgimento de um movimento

renovador que propôs uma abordagem crítica e reflexiva, questionando os paradigmas da aptidão física e da esportivização, particularmente por meio da Educação Física escolar. Esse movimento defende a garantia dos direitos humanos e uma Educação Física escolar baseada na cultura corporal de movimento como práxis, rompendo com os paradigmas vigentes, com o objetivo de promover uma Educação Física emancipadora. Para tal, problematiza as concepções reducionistas que permeiam a relação entre corpo, esporte e aptidão física como funcionalidade biológica, buscando transpor as práticas descontextualizadas do social. Avançam então conceitos como práticas corporais e cultura corporal do movimento humano como expressões de fenômenos socioculturais (Soares, 1994; Neira; Gramorelli, 2015).

Nesse fluxo, a Educação Física e a Saúde Coletiva se aproximam mais, enquanto campos científicos independentes, a partir do final da década de 1990, para contestar a hegemonia biologicista que predominava sobre atividade física e saúde, incorporando uma leitura mais complexa e crítica que considera a determinação social (Breilh, 1991) e os processos históricos e políticos envolvidos, aspectos fundamentais para o desenvolvimento de políticas públicas e estratégias de intervenção que promovam, de fato, a saúde, considerando seus princípios de equidade, empoderamento, participação social, entre outros. Tal processo soma-se ao movimento de renovação do subcampo da Educação Física escolar, mais alinhado a um projeto de educação e saúde no qual as práticas corporais são concebidas como estratégias fundamentais para o enfrentamento das iniquidades locais e dos desafios territoriais, ampliando as interfaces entre atividade física e saúde.

Nesse caminhar de ampliação de fronteiras, o campo da Educação Física se depara com um desafio epistemológico, o qual Bourdieu considera intrinsecamente político (Bourdieu, 1983), evidenciado pela pluralidade de termos utilizados para definir conceitos e práticas do campo, tais como: educação física, exercício, esporte, atividade física, ginástica, cultura corporal, movimento humano, prática corporal, motricidade; bem como suas expressões em deslocamentos, lutas, danças, esportes de aventura, práticas corporais na natureza e tantos outros formatos. Tal diversidade, compilada no Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano intitulado “Movimento é Vida: Atividades Físicas e Esportivas para Todas as Pessoas” (PNUD, 2017), evidencia as disputas que envolvem a centralidade e a definição do uso desses conceitos.

Consoantes tais disputas, um documento institucional relevante, que registra essa aproximação entre a Educação Física e a Saúde Coletiva no Brasil, a PNPS, adota uma abordagem híbrida, integrando os conceitos de atividade física e práticas corporais por meio

de uma barra “ / ”. Outros documentos oficiais de relevância nacional e internacional, como o Guia de Atividade Física para a População Brasileira, o Programa Saúde na Escola, a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar e publicações da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2018) e da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2022) utilizam predominantemente o termo “atividade física”. Tal escolha é frequentemente justificada com base em sua ampla adoção na literatura científica, retroalimentando uma vez mais, a predominância do termo “atividade física” e os modos de pensar hegemônicos na Educação Física.

Tal adoção de conceitos e termos evidenciam as relações de poder que atravessam o campo. Desvela e reforça a influência do paradigma biomédico, individualizante, que associa sua prática à aptidão física e à prevenção de DCNT. Embora se ancore em resultados verdadeiros, tal concepção é limitada ao desconsiderar aspectos que expressões como “práticas corporais” e “cultura corporal do movimento” buscam sinalizar, que é a complexidade do fenômeno e suas múltiplas inter-relações com dimensões subjetivas, sociais, culturais e políticas.

Um exemplo dessa perspectiva ampliada pode ser observado na análise das desigualdades sociais relacionadas à prática de atividade física. Evidencia-se que a atividade física vinculada ao lazer permanece predominantemente acessível às camadas socioeconômicas mais favorecidas, enquanto a prática relacionada ao deslocamento - como caminhar ou pedalar por necessidade - é mais frequente entre os estratos sociais de menor renda (Knuth; Antunes, 2021).

Defende-se, neste trabalho, que a aproximação da Educação Física com os campos da Saúde Coletiva e da Saúde Pública - especialmente no âmbito do SUS - exige o reconhecimento de que o movimento corporal, frequentemente referido como “atividade física”, constitui um direito social. Nessa perspectiva, torna-se fundamental problematizar as iniquidades no acesso a essa prática, considerando a determinação social que condiciona sua realização (Knuth; Antunes, 2021). Somente a partir desse entendimento é possível consolidar a atividade física como um efetivo instrumento de promoção da saúde.

Resultante da Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, em 1986, a Carta de Ottawa define promoção da saúde como um processo que visa capacitar indivíduos e comunidades a exercerem controle sobre os determinantes de sua saúde, ampliando sua autonomia e qualidade de vida (OMS, 1986). No Brasil, a PNPS enfatiza o protagonismo individual e coletivo por meio da formulação e implementação de políticas públicas integradas e sensíveis às especificidades dos territórios e das populações (Brasil,

2014).

Ao conceber a saúde como um processo social, a promoção da saúde oferece fundamentos teórico-práticos para enfrentar os complexos desafios sanitários contemporâneos e visa contribuir para construir coletividades mais saudáveis, sustentáveis e socialmente justas. Para tal, orienta-se por princípios como equidade, participação social, autonomia, empoderamento, intrasetorialidade, intersetorialidade, sustentabilidade, integralidade, transversalidade e territorialidade, buscando transformações estruturais que transcendam o modelo biomédico tradicional (Brasil, 2014). Alcançar o pleno potencial de saúde exige a criação de oportunidades que permitam a todos o acesso equitativo a ambientes saudáveis, a informações qualificadas e a experiências significativas, por meio de estratégias articuladas entre diferentes setores e disciplinas, com especial atenção ao nível local (Rocha; Akerman, 2014; Brasil, 2014).

Apesar dos avanços conceituais e políticos em termos da promoção da saúde, as disputas permanecem intensas, sobretudo em um contexto influenciado pelo neoliberalismo, cujos efeitos recaem diretamente sobre as políticas públicas e as condições de vida e saúde da população (Rocha; Akerman, 2014). Numa cultura que valoriza o individualismo e a propriedade privada, a perspectiva da determinação social da saúde desvela essas inter-relações e permite identificar movimentos dentro dos campos que servem aos interesses do capital (Breilh, 1991), podendo ser referidos como dimensão comercial da determinação social da saúde (OPAS, 2020). A influência exercida pelos interesses de mercado na formulação de políticas públicas constitui um elemento central para a compreensão das tensões que atravessam o campo da saúde coletiva. Tal dinâmica não apenas orienta prioridades e decisões estatais, mas também compromete a consolidação de estruturas fundamentais, como o SUS, cuja trajetória tem sido marcada por recorrentes situações de subfinanciamento.

Em termos práticos, tem-se que, ainda hoje, a promoção da saúde por meio da atividade física, seja no SUS ou em outros contextos, ainda é frequentemente reduzida à prevenção de fatores de risco para DCNT. A predominância de dados epidemiológicos sobre o adoecimento relacionados aos comportamentos de risco ainda representa o principal argumento para as políticas e programas públicos em saúde (Brasil, 2021a).

A articulação entre a Educação Física e a Saúde Coletiva ainda carece de consolidação teórica e prática. A promoção da saúde, conforme delineada por um olhar ampliado, exige abordagens intersetoriais e ações territorializadas, capazes de garantir equidade, diversidade cultural e participação social efetiva. Nessa direção, as práticas

corporais configuram-se como estratégias essenciais para a promoção da saúde, desde que inseridas em contextos locais, com vistas à valorização do bem-estar coletivo e ao fortalecimento de vínculos sociais.

A Educação Física, ao reconhecer o movimento humano como uma manifestação cultural, possui o potencial de democratizar o acesso às práticas corporais enquanto direito social, ampliando suas interfaces com a Saúde Coletiva. Nesse contexto, as atividades corporais devem ser fomentadas como formas de expressão, comunicação e pertencimento, capazes de contribuir para ambientes mais equitativos, sustentáveis e saudáveis, superando sua mercantilização, frequentemente voltada para padrões estéticos e de desempenho individual.

Nessa abordagem crítica, a Educação Física - especialmente a escolar, direcionada a crianças e adolescentes - deve ressignificar o conceito convencional de “atividade física” e “exercício físico”, passando a entendê-los como práticas corporais - construções culturais dinâmicas, que ao mesmo tempo expressam e são moldadas pelas relações sociais e contextos históricos nos quais estão inseridas (Bracht, 1999). Tal perspectiva da determinação social permite ainda concluir que oferecer saúde como um direito público, de forma gratuita, integral, acessível e de qualidade, é um meio de favorecer o crescimento econômico sustentável, a coesão social e a redução da pobreza e do adoecimento.

É diante dessa perspectiva ampliada e contextualizada que documentos internacionais de outros setores para além da saúde, passam a debater questões sobre educação para a saúde e sustentabilidade; e meio ambiente (Tagliari; Pawlowsky, 2021; OMS, 2018), ou ainda saúde em todas as políticas (OMS, 2013). A partir dos anos 2000 se fortalece esse movimento que destaca a importância de abordagens intersetoriais e de políticas públicas integradas com o ambiente, consolidados em documentos como a Nova Agenda Urbana (ONU, 2020) e a Agenda 2030 (ONU, 2015), que apresenta 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). É diante de tais percursos que iremos discutir o papel da mobilidade ativa, como uma expressão das práticas corporais alinhadas aos princípios da promoção da saúde, para além dos limites biomédicos, integrando-a ao debate sobre essa prática como um direito fundamental que articula saúde, educação, equidade e sustentabilidade, contribuindo para a construção de ambientes urbanos mais saudáveis e inclusivos.

3.2. Políticas e programas intersetoriais: práticas corporais e atividades físicas na promoção da saúde e a mobilidade ativa nas agendas urbanas de ambiente saudável e desenvolvimento sustentável.

Diversas políticas públicas e programas vêm incorporando as atividades físicas e práticas corporais como componentes estratégicos de promoção da saúde e do desenvolvimento sustentável, convocando a Educação Física a atuar de forma integrada em diversos espaços públicos e urbanos, e em contato direto com as comunidades. Tais iniciativas são intersetoriais e devem buscar transformar os contextos socioespaciais, promovendo a melhoria das condições de vida e saúde por meio da requalificação dos espaços, ampliação do acesso às práticas e empoderamento individual e coletivo, favorecendo e fortalecendo o bem-estar coletivo.

A intersetorialidade, nesse contexto, configura-se como um princípio estruturante da promoção da saúde. Andrade e Franceschini (2017) destacam que a efetivação desse princípio demanda a participação de diversos setores e atores sociais na formulação, implementação e avaliação de ações que visem à melhoria das condições de vida. Complementando essa perspectiva, Santos e Lima (2017) enfatizam que “o diálogo entre os diversos setores possibilita a construção de ações integradas capazes de responder com mais efetividade aos desafios da saúde pública” (p. 429–430).

A intersetorialidade, mais do que uma diretriz metodológica, deve ser entendida como uma estratégia política capaz de sustentar o diálogo entre diferentes campos de conhecimento e esferas institucionais. Contudo, a própria noção de intersetorialidade é objeto de debate. Akerman *et al.* (2014) chamam atenção para a polissemia do termo, que por vezes é apresentado como um problema a ser superado, e em outras, como uma solução universal para as fragilidades das políticas públicas. Para os autores, ações intersetoriais são fundamentais não apenas para ampliar a compreensão sobre os determinantes do processo saúde-adoecimento, mas também para instituir novos modos de gestão pública, mais integrados, inovadores e responsivos às demandas sociais. A concretização da intersetorialidade, portanto, vai além da simples integração de setores administrativos. Trata-se de assumir um posicionamento ético-político, em que o Estado e suas políticas estejam orientados à promoção do bem comum e à redução das desigualdades.

3.2.1. Práticas corporais e atividades físicas nas políticas e programas de saúde.

Tanto a referida Política Nacional de Promoção da Saúde (Brasil, 2006) quanto a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (Brasil, 2006), o Programa Saúde na Escola (Brasil, 2007), as Residências Multiprofissionais em Saúde (Brasil, 2005), o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (Brasil, 2008), o Programa Academia da Saúde (Brasil, 2011), e o Incentivo Financeiro à Atividade Física (IAF) são exemplos de dispositivos normativos e operacionais que têm ampliado as possibilidades de atuação da Educação Física no âmbito da Saúde Coletiva e do SUS, especialmente por meio de abordagens que devem valorizar o cuidado integral e a participação social.

No plano internacional, a OMS tem desempenhado um papel central na promoção da atividade física como prioridade global para a saúde. O Plano de Ação Global para Atividade Física 2018–2030 propõe como metas a redução da inatividade física em 10% até 2025 e em 15% até 2030, ressaltando o transporte ativo e sustentável como uma medida política essencial no enfrentamento da inatividade física (OMS, 2018). Alinhada a esse plano, a OMS publicou as Diretrizes para Atividade Física e Comportamento Sedentário, reforçando a importância de políticas públicas que integrem a saúde à agenda dos ODS (OMS, 2020).

No cenário brasileiro, destacam-se dois documentos fundamentais para a promoção da atividade física e o enfrentamento das doenças crônicas. O Guia de Atividade Física para a População Brasileira (Brasil, 2021b) apresenta recomendações específicas para diferentes faixas etárias, com ênfase na adoção de um estilo de vida ativo e saudável. Complementarmente, o Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das DCNT no Brasil, 2021–2030 (Brasil, 2021a) propõe a articulação de políticas intersetoriais e a estruturação de redes de atenção integral à saúde.

Embora representem avanços importantes ao reconhecerem a atividade física como componente estratégico da saúde pública, muitos desses documentos permanecem fortemente fundamentados em evidências de natureza essencialmente epidemiológica. Ainda que essa base científica seja relevante, ela tende a sustentar uma perspectiva predominantemente biomédica, voltada à redução da prevalência de DCNT e ancorada em discursos individualizantes de modificação de comportamentos de risco. Tal abordagem, centrada em indicadores quantitativos, frequentemente desconsidera as múltiplas dimensões - ambientais, sociais, culturais e subjetivas - que permeiam as práticas corporais nos distintos contextos e territórios. Para que a promoção da saúde se efetive

de maneira equitativa e sustentável, é imprescindível que documentos, políticas públicas e programas abordem a perspectiva da determinação social da saúde. Isso implica compreender as práticas corporais para além da lógica do risco individual, reconhecendo-as como expressões culturais e sociais situadas em um território, com potencial de fortalecer o vínculo comunitário, promover o pertencimento e contribuir para a construção de subjetividades ativas e saudáveis.

Dentre os espaços para a promoção da saúde, a escola se destaca como um ambiente estratégico. Para além de seu papel na formação educacional que favoreça a emancipação humana, a instituição escolar deve ser um território favorável para experiências de hábitos e valores relacionados à promoção da saúde. Tais *habitus* (Bourdieu, 1983) em geral, vão perdurar ao longo da vida.

Articular os setores da saúde e da educação é prioritário para se promover a saúde. Um exemplo nessa direção é o Programa Saúde na Escola (PSE), instituído em 2007 por meio de uma parceria entre os Ministérios da Saúde e da Educação (Brasil, 2007). Desde sua criação, o programa apresentou expansão significativa, com aumento na adesão dos municípios participantes: de 87,3% em 2013 para 97,3% em 2021–2022 e 99% em 2023 (Brasil, 2023; Fernandes *et al.*, 2022). O programa tem como objetivo promover a qualidade de vida dos estudantes da rede pública, por meio de ações preventivas e educativas que envolvem diretamente a comunidade escolar. Em comemoração aos 15 anos do PSE, foi lançado o Guia de Bolso do Programa Saúde na Escola: Promoção da Atividade Física, documento que visa apoiar profissionais da saúde e da educação - especialmente os de educação física - na implementação de práticas corporais no ambiente escolar (Brasil, 2022).

No campo científico, destaca-se a relevância da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que fornece dados relevantes sobre fatores de risco às DCNT entre adolescentes brasileiros. A pesquisa evidencia uma queda acentuada (de 43,1% para 18,2%) na proporção de estudantes fisicamente ativos entre 2009 e 2019 (IBGE, 2021; IBGE, 2009). Simultaneamente, mais da metade dos escolares declararam permanecer sentados por mais de três horas diárias, um comportamento associado ao aumento de sobrepeso e obesidade infantil (Soares *et al.*, 2023; Silva *et al.*, 2018).

Embora tais informações sejam cruciais para a formulação e avaliação de políticas públicas, elas não devem ser utilizadas a partir de uma perspectiva reducionista, que limita a promoção da saúde à prevenção de enfermidades. A saúde deve ser compreendida como um direito humano universal, indissociável da cidadania e transversal a todas as dimensões da

vida social - e não apenas como uma estratégia de contenção de riscos epidemiológicos.

Nessa direção, a abordagem "Saúde em Todas as Políticas" (Health in All Policies – HiAP) se consolida como uma diretriz internacional, formalizada na Declaração de Adelaide (2010) e alinhada aos ODS e às diretrizes da Agenda 2030. Trata-se de uma estratégia de governança que reconhece que os determinantes da saúde estão distribuídos por diversos setores, como transporte, educação, habitação, meio ambiente e urbanismo, exigindo, portanto, ações intersetoriais integradas e coordenadas (OMS, 2013). Tal proposta busca incorporar os princípios da equidade, sustentabilidade, participação e justiça social às decisões políticas, com o objetivo de criar condições estruturais que favoreçam a saúde coletiva. Essa perspectiva dialoga diretamente com os princípios da PNPS e do SUS, reforçando a necessidade de articulação entre políticas públicas e ações territoriais para a redução das iniquidades e a melhoria das condições de vida da população.

Um fator importante a ser considerado é o ambiente e a infraestrutura das instituições de ensino, que desempenham um papel fundamental na implementação de ações voltadas à prática de atividade física (Barbosa *et al.*, 2016). A PeNSE 2019 revelou que apenas 29,1% das escolas no Brasil possuem a estrutura adequada para a realização de atividades físicas, incluindo quadras esportivas, equipamentos apropriados e vestiários. Além disso, a pesquisa indicou que a maioria dos estudantes participou de pelo menos uma aula de educação física na semana anterior à coleta de dados, com uma distribuição desigual entre escolas públicas e privadas. Também foi registrado que 95% das escolas brasileiras dispõem de um professor de educação física, um dado relevante para a promoção de experiências corporais saudáveis (IBGE, 2021).

Considerando que crianças e adolescentes passam boa parte de seu tempo na escola, é imprescindível que esse ambiente ofereça condições físicas e pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento integral, disponibilizando um lugar de inclusão, de segurança e de equidade. Mas, apesar dos avanços normativos e institucionais, estudos apontam que as políticas e práticas implementadas no âmbito do PSE ainda apresentam fragilidades significativas.

Segundo a análise de Lopes, Nogueira e Rocha (2018), o PSE tende a reproduzir um modelo preventivista, marcado por ações pontuais, relações hierárquicas e uma forte influência da lógica biomédica. Essa abordagem limitada dificulta a consolidação de uma promoção da saúde orientada pelos princípios da integralidade, da intersetorialidade e da participação social, conceitos indissociáveis da concepção ampliada de saúde, ancorada na

determinação social. Outros estudos corroboram, revelando desafios persistentes como a cobertura parcial das ações do PSE, o desconhecimento do programa por parte da comunidade escolar, a escassez de profissionais capacitados, além da precariedade da infraestrutura escolar (Rumor *et al.*, 2022).

Contudo, também são registrados avanços importantes, como o aumento do acesso à informação em saúde e a intensificação do diálogo entre os setores de saúde e educação, indicando um potencial de transformação; desde que acompanhados de esforços institucionais para fortalecer redes, ampliar investimentos públicos e fomentar a participação ativa das comunidades no planejamento, execução e avaliação das atividades voltadas à saúde dos escolares (Fernandes *et al.*, 2022).

Nessa direção, iniciativas como o Guia de Bolso do Programa Saúde na Escola: Promoção da Atividade Física (Brasil, 2022) ganham relevância ao propor abordagens pedagógicas que podem favorecer a mobilidade ativa ao englobar a história dos meios de transporte. Ao sugerir práticas educativas contextualizadas, a proposta permite desvelar um papel estratégico da educação física escolar na promoção de práticas corporais culturalmente significativas, politicamente críticas e ambientalmente sustentáveis.

Outro movimento forte que vem ocorrendo desde a Conferência de Ottawa, é a iniciativa das Cidades Saudáveis ou *Healthy Cities* (OMS, 1986). Tal iniciativa, de caráter global, é voltada para grandes centros urbanos, enfatizando a criação de ambientes que favoreçam a saúde por meio da articulação das dimensões sociais, econômicas e ambientais, representando um marco na consolidação da promoção da saúde como estratégia ampla e intersetorial. Nesse pensar, conforme argumenta Westphal (2000), as cidades saudáveis devem ser compreendidas como projetos de desenvolvimento social que colocam a saúde no centro das políticas urbanas, reconhecendo suas múltiplas determinações.

A cidade saudável, enquanto projeto de desenvolvimento social, visa fortalecer os vínculos entre o setor saúde e demais áreas da gestão pública, promovendo políticas integradas voltadas ao desenvolvimento humano e ao bem-estar coletivo. Outros objetivos são: garantir o acesso ao transporte público de qualidade, ampliar os espaços verdes, reduzir a poluição ambiental e estimular hábitos saudáveis, como a prática regular de atividade física (Vieira, 2015). Tal conceito nos direciona para um replanejamento urbano que busca transformar os espaços, criando ambientes saudáveis e promovendo a atenção à saúde de forma integral, tanto individual quanto coletiva. Representa uma utopia viável que visa "reconfigurar o território com vista a reduzir os seus riscos e vulnerabilidades" (Soares *et al.*, 2017, p. 26).

Com respaldo institucional da OMS e da OPAS, as cidades saudáveis vêm sendo progressivamente implementada em países da América Latina desde 1990 (Buss *et al.*, 2020). Inspirado em experiências internacionais, o movimento “Municípios Saudáveis”, foi adaptado aos contextos municipais brasileiros e suas especificidades. A proposta se baseia na articulação de diversos setores da administração pública, buscando promover a saúde e a sustentabilidade por meio de pactos horizontais e ações locais (Westphal, 2000).

No contexto do planejamento urbano promotor da saúde, a construção de uma cidade saudável deve priorizar a promoção de uma vida ativa e saudável (Whitmee *et al.*, 2015). Fajardo (2017) complementa essa ideia, ao afirmar que "recompactar as cidades brasileiras, ampliar a caminhabilidade como estrutura de planejamento urbano, e reocupar os centros históricos com moradia são a nova agenda a que o país precisa se dedicar" (p. 112). Tais abordagens visam não apenas reconfigurar o espaço urbano, mas também promover a equidade e o bem-estar social, características essenciais para as cidades do futuro. Processos esses alinhados com as propostas da Política Nacional de Promoção da Saúde (Sperandio *et al.*, 2016).

3.2.2. Agendas urbanas de ambiente saudável e sustentável: a mobilidade em questão

A mobilidade urbana constitui um dos eixos centrais e, simultaneamente, um dos principais desafios das dinâmicas de urbanização na contemporaneidade, exercendo impacto direto sobre os processos de inclusão social e econômica. Trata-se de um elemento intrinsecamente vinculado ao direito à cidade, conceito formulado por Henri Lefebvre (1968), que compreende o espaço urbano não apenas como estrutura funcional ou voltada ao consumo, mas como um ambiente de participação cidadã, pertencimento e apropriação coletiva. Nesse contexto, torna-se essencial reconhecer que, embora a globalização imponha desafios comuns às cidades, as estratégias de enfrentamento devem ser fundamentadas nas especificidades territoriais e socioculturais de cada localidade (ONU, 2015). As interdependências entre fatores políticos, econômicos e culturais repercutem sobre os determinantes de saúde em múltiplos níveis, articulando dinâmicas locais e globais.

A pandemia de COVID-19 evidenciou essa interdependência ao desestabilizar sistemas globais e afetar de maneira mais intensa as cidades menos preparadas para lidar com emergências sanitárias (Nogueira; Rocha; Akerman, 2021). Contudo, como aponta Santos (2020), a crise sanitária apenas agravou vulnerabilidades já existentes, tais como a degradação ambiental e o avanço das doenças crônicas. O autor ressalta ainda o

aprofundamento das iniquidades em um contexto global onde as dinâmicas de mercado têm pautado os modos de vida e as relações sociais, impactando de forma mais intensa os países do Sul Global.

No contexto brasileiro, estudos recentes analisam a mobilidade sob a ótica da justiça e da equidade, evidenciando que desigualdades estruturais comprometem o acesso a direitos básicos, como saúde, educação e emprego. Nesse cenário, moradores de regiões periféricas enfrentam maiores obstáculos no transporte cotidiano, o que limita significativamente sua participação nas dinâmicas sociais e econômicas das cidades (Alvim; Izaga; Claps, 2024).

Os longos deslocamentos diários geram impactos negativos sobre a saúde da população, como fadiga crônica e transtornos psicológicos - incluindo quadros de depressão -, além de ampliarem a exposição à poluição atmosférica. Esses fatores afetam não apenas o bem-estar individual, mas também acarretam custos adicionais ao sistema público de saúde. Diante desse panorama, torna-se fundamental refletir sobre estratégias de planejamento urbano que promovam deslocamentos mais inteligentes, acessíveis e sustentáveis, com vistas à promoção da saúde e do bem-estar coletivo (Trigueiro, 2016).

Grandes agendas, nacionais e internacionais, como a Nova Agenda Urbana (ONU, 2020; IPEA, 2016) e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015) apresentam a articulação da mobilidade com a saúde, visando a superação dos desafios impostos pela urbanização contemporânea. Como afirmam Decastro, Saldanha e Balassiano (2017, p. 2015), “a criação de uma Agenda Urbana deve servir como uma ferramenta orientadora do novo ciclo de urbanização nos próximos vinte anos, contribuindo de forma integrada para a implementação das metas propostas pela Agenda 2030”. Tais agendas compartilham princípios e objetivos complementares, promovendo sinergias que reforçam a importância de ações integradas entre políticas de saúde, educação, mobilidade urbana e desenvolvimento sustentável.

A longo prazo, a Nova Agenda Urbana estabelece diretrizes para a consolidação do direito à cidade por meio de um planejamento urbano voltado à criação de ambientes mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis (ONU, 2020). O documento define prioridades, ações e instrumentos a serem implementados em múltiplas escalas - nacional, subnacional, regional e local -, possibilitando sua adaptação às especificidades de cada território e aos desafios distintos de diferentes contextos. Entre seus princípios fundamentais está a valorização dos espaços públicos como territórios de encontro, convivência, diversidade, lazer e exercício da cidadania, os quais devem ser socialmente apropriados e não reduzidos à lógica da circulação ou ao uso meramente comercial (Maricato, 2011).

Insere-se em um processo histórico internacional que inclui marcos como a Conferência Habitat I (1976) que discutiu os impactos da rápida urbanização global; a Habitat II (1996) que consolidou o direito à moradia como dimensão essencial da justiça social; e a Habitat III (2016) na qual a Nova Agenda Urbana é aprovada como documento orientador para as políticas de urbanização nas próximas décadas (IPEA, 2016). No Brasil, esse fluxo desencadeou a formulação e a criação de instrumentos normativos e institucionais, como o Estatuto da Cidade (2001) e o Ministério das Cidades (2003), visando fortalecer a gestão democrática dos territórios urbanos e o enfrentamento das desigualdades socioespaciais.

Pensar a cidade e a mobilidade urbana - alinhado aos conceitos já discutidos em Saúde Coletiva - significa reconhecê-las como espaço social e direito fundamental, que se apresentam articuladas a outros direitos como a saúde, educação, lazer, segurança. Tal perspectiva requer o reconhecimento das desigualdades socioespaciais que caracterizam a urbanização brasileira, nas quais os ônus e os benefícios da vida urbana são distribuídos de forma assimétrica entre diferentes grupos sociais e territórios. Como afirmam Amanajás e Klug (2018), esse reconhecimento deve ser o ponto de partida para a formulação, execução e avaliação de políticas públicas urbanas que sejam sensíveis às especificidades locais e pautadas pela justiça territorial.

Promover a mobilidade ativa e sustentável nesse contexto assume centralidade, não apenas como estratégia ambiental, mas como componente estruturante da inclusão social e da participação cidadã como defendem também a promoção da saúde e o SUS. A Nova Agenda Urbana recomenda a ampliação de sistemas de transporte coletivo de qualidade, o estímulo ao uso de transportes não motorizados, o desenvolvimento de políticas de trânsito orientadas ao pedestre e ciclista, e a integração entre planejamento urbano e transporte (ONU, 2020). Além disso, destaca a necessidade de adensamento urbano planejado e do fortalecimento de formas de deslocamento de cargas e pessoas que privilegiem a escala humana. Conforme indicado pela própria ONU (2020, p. 43), “os investimentos em transporte devem ser associados a um planejamento integrado do uso do solo que favoreça o adensamento urbano e promova a caminhada, o uso de bicicletas e o transporte público”.

Isso requer a construção de uma governança urbana democrática e participativa, na qual planos diretores e demais instrumentos de política urbana sejam elaborados com ampla escuta social e respondam às demandas reais da população, o que implica na valorização dos saberes locais, a priorização da justiça ambiental e a transversalidade entre políticas setoriais que, historicamente, atuaram de forma fragmentada (Brasil, 2001).

No Brasil, o Estatuto da Cidade representa um marco jurídico central para o ordenamento urbano, sendo um instrumento normativo que visa assegurar o direito à cidade, à gestão democrática dos territórios, à função social da propriedade, à inclusão social e à melhoria da qualidade de vida. Instituído pela Lei nº 10.257, o Estatuto regulamenta o artigo 182 da Constituição Federal, que estabelece os fundamentos da política urbana nacional (Brasil, 2001). Ao definir que a propriedade urbana deve cumprir sua função social conforme as diretrizes do plano diretor municipal, a legislação busca assegurar que os espaços urbanos respondam às necessidades coletivas, promovendo justiça social, qualidade de vida e desenvolvimento urbano equitativo (Brasil, 2012).

A aproximação desses planos às realidades territoriais específicas é condição indispensável para a efetividade das ações urbanas propostas, especialmente diante dos desafios contemporâneos que envolvem mobilidade, habitação, desigualdades socioespaciais e sustentabilidade ambiental. Torna-se fundamental fortalecer os mecanismos de participação social e de intersetorialidade no processo de elaboração, implementação e monitoramento dos planos diretores.

Embora o Estatuto da Cidade mantenha sua relevância mais de duas décadas após sua promulgação, as transformações nas dinâmicas urbanas e os novos desafios impostos pela urbanização acelerada requerem atualizações contínuas em sua aplicação prática. Nesse fluxo, se fortalecem também tais iniciativas voltadas à promoção da saúde em âmbito local, como os movimentos “Municípios Saudáveis” e “Cidades Saudáveis”, que propõem abordagens integradas entre setores, com vistas à melhoria das condições de vida e à promoção do bem-estar das populações urbanas (Brasil, 2010; Brasil, 2001).

Nessa direção, Hobbs *et al.* (2021) afirmam que "o futuro será das cidades caminháveis, saudáveis, com transporte coletivo de boa qualidade e serviços de transportes complementares integrados" (p. 36). A implementação dessa visão exige a transformação das cidades em espaços acessíveis, de convivência e interação socioambiental, que atendam às necessidades do desenvolvimento humano. A valorização da mobilidade ativa e sua integração nos planejamentos urbanos são aspectos essenciais para alcançar os objetivos da Nova Agenda Urbana no Brasil (DeCastro; Saldanha; Balasslano, 2017).

Outra agenda que se alinha à concepção de cidades e municípios saudáveis e sustentáveis é a "Agenda 2030", uma proposta global estruturada em cinco dimensões interligadas: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias. Composta por 17 ODS - indivisíveis e interconectados (Figura 2), desdobrados em 169 metas - visa integrar as dimensões social, econômica e ambiental do desenvolvimento sustentável, guiando-se por

princípios como universalidade, inclusão, integração, direitos humanos, soberania nacional e o lema ‘não deixar ninguém para trás’ (ONU, 2015). Isso converge com os valores e princípios da promoção da saúde ao incentivar, de forma intersetorial, iniciativas que visam à melhoria da qualidade de vida de indivíduos, das comunidades e do planeta.

Figura 2 - Representação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos pela Agenda 2030.



Fonte: Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável. Disponível em <https://gtagenda2030.org.br/ods/>. Acesso em 28 abr 2025.

As cidades e assentamentos humanos são foco estratégico da implementação da Agenda, devendo se tornar mais “inclusivos, seguros e resilientes” (ODS 11). Questões como transporte acessível, sustentável, saudável, justo e culturalmente adaptado devem ser debatidas e iniciativas disparadas (ONU, 2015). Tal processo deve ainda oportunizar o empoderamento e a participação social, e promover comportamentos alinhados aos valores e princípios em direção à sustentabilidade e promoção da saúde. Nesse contexto, saúde e bem-estar são vistos como pilares fundamentais para o progresso social e o desenvolvimento das capacidades humanas (PNUD, 2017).

Para alcançar a transformação desejada, é necessária uma mudança paradigmática, que impulse o surgimento de novas ideias, culturas e práticas voltadas à construção de sociedades mais solidárias e humanizadas. Todavia a crescente conscientização da crise climática global tem levado países a repensar e propor ações por um mundo mais saudável, justo e igualitário. Dados alarmantes de 2021 indicam que 99% da população urbana mundial

vivia em áreas com níveis de poluição acima dos limites recomendados; em 2019 a poluição do ar causou 4,2 milhões de mortes prematuras, 90% em países de baixa e média renda. Em 2020, apenas 37% das áreas urbanas de 1.510 cidades dispunham de transporte público adequado. Já para 2030, projeta-se um aumento de 50% no tráfego global de passageiros e de 100% nos veículos em circulação (ONU, 2022). Esse cenário destaca a relevância de políticas urbanas sustentáveis que priorizem a qualidade do ar e a mobilidade urbana eficiente.

A transição para cidades mais sustentáveis requer romper com o modelo urbano atual, que tem gerado impactos negativos sobre a saúde, para vislumbrar cidades mais vivas, ativas e justas que priorizem a formação de cidadãos autônomos e emancipados que tenham sentimento de pertencimento do território onde convivem, para garantir acesso igualitário a espaços verdes e públicos seguros, inclusivos e acessíveis (Cruz; Mingati; Martins, 2021; Amanajás; Klug, 2018). Nesse processo, é fundamental remodelar o tecido urbano com e para os cidadãos, priorizando pedestres e ciclistas em detrimento dos automóveis (Gehl, 2013). Além disso, as políticas de saúde devem ser transversais, abordando os determinantes sociais da saúde em articulação intersetorial (Buss *et al.*, 2020).

Ao debater acerca da Agenda 2030, Cabral e Gehre (2020) defendem que é importante também expandir o foco da pesquisa científica, tradicionalmente centrado na prevenção de doenças, para incluir novas abordagens que considerem as dimensões sociais dos problemas de saúde, como a vulnerabilidade das populações. O ambiente acadêmico possui uma responsabilidade ética fundamental, tanto ao incentivar a produção científica quanto ao divulgar amplamente os princípios da Agenda 2030 e fomentar a intersetorialidade. A operacionalização dessa agenda requer a aproximação com realidades locais, promovendo um diálogo constante com os sujeitos em seus contextos socioeconômicos e culturais, de modo a garantir que as soluções propostas atendam às necessidades reais das populações.

Os ODS demandam o engajamento de diferentes setores para a formulação de soluções colaborativas e inovadoras. Desde seu lançamento, diversas redes e fóruns têm incorporado os ODS em suas agendas, desenvolvendo projetos focados na interiorização e implementação local das metas (Brasil, 2017). No Brasil, a ONU tem destacado o aprimoramento das políticas públicas e o fortalecimento das capacidades institucionais. De acordo com o IPEA (2016), os ODS representam a tradução de acordos globais em políticas monitoráveis e transformadoras.

A operacionalização dessa agenda exige uma articulação com as realidades locais e um compromisso com a intersetorialidade, promovendo um diálogo constante entre governos, academia, sociedade civil, setor privado e movimentos sociais. A OMS (2020) destaca que ações e investimentos em políticas de promoção da atividade física, como a mobilidade ativa,

são essenciais para o alcance de múltiplos ODS, promovendo saúde, educação de qualidade, sustentabilidade urbana e enfrentamento das mudanças climáticas.

Nesse sentido, a mobilidade urbana é vista como um desafio intersetorial com implicações diretas na qualidade de vida de todos. A mobilidade ativa desponta como sustentável (ao reduzir a poluição e a dependência de combustíveis fósseis), integradora e economicamente viável, promovendo ainda a saúde (nas dimensões física, mental e social), o que impacta na equidade e na cultura de paz (PNUD, 2017; Andrade *et al.*, 2016).

A mobilidade ativa integra e potencializa diversas dimensões da Agenda 2030, ao contribuir simultaneamente para os ODS 3, 4, 11 e 13, promovendo a saúde, a formação crítica, a justiça socioespacial e a mitigação das mudanças climáticas (ONU, 2015). O ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis - propõe um planejamento urbano orientado pela inclusão social, segurança, acessibilidade e resiliência ambiental. Já o ODS 3 - Saúde e Bem-Estar - enfatiza a necessidade de assegurar condições de vida saudáveis, com foco na prevenção de doenças crônicas e na redução de mortes por acidentes de trânsito. O ODS 4 - Educação de Qualidade - destaca o papel da educação na formação de sujeitos críticos e conscientes, sendo a escola um espaço estratégico para fomentar valores relacionados à sustentabilidade. Por sua vez, o ODS 13 - Ação contra a Mudança Global do Clima - evidencia que o setor de transportes é responsável por aproximadamente um quarto das emissões globais de gases de efeito estufa, com projeções de crescimento significativo nas próximas décadas. Nesse cenário, a mobilidade ativa desponta como uma alternativa eficaz para a redução das emissões e para a promoção de um modelo urbano mais sustentável (ONU, 2020).

O desafio hercúleo de promover a saúde no ambiente urbano perpassa pelas adversidades de fortalecer a mobilidade ativa, por meio de políticas públicas que promovam mudanças no urbanismo, implementadas num replanejamento que priorize e garanta o acesso seguro, saudável e equitativo a essa prática no cotidiano da vida nas cidades. Como afirma Malatesta (2017), é necessário “reverter o desenho urbano, configurado inicialmente para o estabelecimento de redes de fluidez e para um melhor aproveitamento da velocidade da máquina, a favor de redes de caminhabilidade, como trajeto completo ou integrado a outro sistema de transporte” (p. 75). A cidade, enquanto espaço social, deve ser pensada para as pessoas, e não para os automóveis, já que o ritmo da convivência é o da caminhada. Os espaços devem ser planejados para favorecer o encontro, a inclusão e a qualidade de vida (Gehl, 2013).

Nessa direção, a promoção da saúde indica caminhos para articular propostas estatais (construir políticas públicas saudáveis), do sistema de saúde (reorientar estratégias), de parcerias intersetoriais e da comunidade (reforçar ações comunitárias) e dos indivíduos

(desenvolver habilidades pessoais) entendendo que as cidades devem ser projetadas priorizando a escala humana (Buss *et al.*, 2020). Tratar da mobilidade ativa a partir das escolas é uma oportunidade intersetorial potente para aproximar diversos atores e setores do poder público com os sujeitos e capacitá-los para o exercício da autonomia e da cidadania, contribuindo para a constituição de culturas e ambientes mais saudáveis e sustentáveis.

3.3. Mobilidade ativa como estratégia intersetorial promotora da saúde e o papel das práticas corporais e da educação física escolar.

A mobilidade ativa, representada por modos de deslocamento como caminhar e pedalar, constitui o principal meio de transporte no Brasil, responsável por aproximadamente 40% dos deslocamentos não motorizados. Estima-se que mais de um terço das viagens realizadas diariamente nas cidades brasileiras ocorra a pé, e que dois terços dos deslocamentos incluam ao menos um trecho caminhado. Ao se somar o uso da bicicleta, esse percentual torna-se ainda mais expressivo (ANTP, 2020). Tais práticas, apesar de sua relevância social, ainda carecem de reconhecimento efetivo como estratégias estruturadas de promoção da saúde e do desenvolvimento urbano sustentável.

No cenário pós-pandemia de COVID-19, emergem novas reflexões sobre os desafios e as oportunidades para a expansão da mobilidade ativa como estratégia de promoção da saúde e sustentabilidade urbana. Nesse contexto, Oliveira e Silva (2021) destacam a importância de se considerar os determinantes comerciais da saúde, enfatizando que, embora os veículos motorizados gerem lucro econômico, seus impactos negativos sobre a saúde pública e o meio ambiente são significativos. Os autores evidenciam ainda que o setor automotivo, motivado por interesses econômicos, frequentemente atua de forma contrária à implementação de políticas sustentáveis, resistindo à adoção de iniciativas que favoreçam formas alternativas e ativas de deslocamento urbano.

Embora a mobilidade ativa possua um potencial socialmente inclusivo e ambientalmente transformador, persistem desafios para sua implementação, especialmente no trajeto escolar. A precariedade no acesso à moradia adequada, à infraestrutura urbana e aos serviços essenciais agrava desigualdades de mobilidade, de modo que, para populações vulnerabilizadas, o deslocamento ativo muitas vezes não é uma escolha, mas uma imposição frente à ausência de alternativas viáveis de transporte público. Nesse cenário, emerge uma questão central: a mobilidade ativa será reconhecida como um direito ou continuará a refletir as desigualdades socioeconômicas?

Conforme o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2017),

práticas corporais e esportivas somente contribuem para o desenvolvimento humano quando resultam de escolhas livres, e não de restrições estruturais. Assim, para que a mobilidade ativa assuma seu potencial emancipador, é imprescindível que seja promovida como um direito, garantido por políticas públicas que assegurem infraestrutura adequada, segurança e acessibilidade universal.

Diante disso, os autores propõem a elaboração de um Plano Nacional de Transporte Ativo e Saudável, com participação efetiva dos Ministérios da Educação, Esporte e Defesa, voltado à incorporação da mobilidade ativa nos planos diretores urbanos. Tais iniciativas devem contemplar, entre outras ações, a criação de infraestrutura adequada como ciclovias, bicicletários e travessias seguras. Além disso, os autores defendem a criação de uma agenda de pesquisa e advocacy multissetorial, voltada a investigar a influência da indústria automotiva na formulação de políticas públicas, ao mesmo tempo em que indicam a mobilização de áreas como a Educação Física e as Ciências da Atividade Física para liderar redes interdisciplinares que contribuam para o enfrentamento das DCNT a partir da promoção da mobilidade ativa (Oliveira; Silva, 2021).

Compreendida nessa perspectiva, a mobilidade ativa ultrapassa sua função utilitária, configurando-se como instrumento de transformação social. Promovida de forma equitativa, contribui para a melhoria da saúde coletiva, eleva a qualidade de vida nas cidades e fortalece a justiça socioambiental, especialmente em contextos escolares e comunitários. Estudos indicam que a forma como a população se desloca impacta diretamente a saúde, seja pela promoção da atividade física, seja pelos efeitos indiretos na qualidade ambiental urbana (Veras; Di Domenico; Marques, 2017).

Ainda que a literatura sobre mobilidade urbana tenha se ampliado, com abordagens cada vez mais interdisciplinares (Alvim; Izaga; Claps, 2024), persistem lacunas relevantes, como a carência de dados representativos sobre o perfil socioeconômico dos usuários (Bastone *et al.*, 2022; Sá *et al.*, 2016), dificultando a formulação de políticas baseadas em evidências. Ademais, para que a mobilidade ativa seja efetivamente uma prática promotora de saúde, é necessário que sua implementação esteja ancorada em princípios que considerem a determinação social dos processos de saúde e adoecimento (Brasil, 2014).

No campo institucional, o conceito de mobilidade ativa aparece associado a diferentes terminologias - como transporte não motorizado (ANTP, 2018), transporte sustentável (Nova Agenda Urbana) ou deslocamento ativo (Agenda Convergente Mobilidade Sustentável e Saúde). A ANTP propõe a adoção do termo “mobilidade ativa” por sua capacidade de integrar

debates contemporâneos sobre equidade e saúde urbana (Silva, 2020). Essas diferentes denominações não são meramente técnicas, mas expressam distintas perspectivas políticas e epistemológicas que influenciam diretamente a formulação de políticas públicas.

Sob essa abordagem ampliada, a mobilidade ativa deve ser compreendida como prática corporal socialmente construída (Madeira *et al.*, 2018), bem como estratégia para o enfrentamento de desigualdades urbanas e promoção da saúde coletiva (Tagliari; Pawlowsky, 2021). A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2018) reconhece sua relevância para a prevenção de doenças crônicas e recomenda, alinhada aos ODS, a criação de ambientes urbanos favoráveis ao transporte ativo. Contudo, apesar de 76% dos países possuírem diretrizes voltadas à segurança de pedestres e ciclistas, apenas 42% implementam efetivamente políticas de promoção da mobilidade ativa (OMS, 2022).

A ausência de investimentos concretos em infraestrutura adequada - como calçadas seguras, redes cicloviárias integradas e espaços públicos acolhedores - compromete tanto a segurança quanto a adesão da população. Soma-se a isso a carência de políticas que incentivem a atividade física entre crianças e adolescentes, bem como a ocupação qualificada dos espaços urbanos.

Nesse sentido, a promoção da mobilidade ativa demanda uma política intersetorial que articule saúde, educação, transporte, meio ambiente, segurança e desenvolvimento urbano sustentável. Estratégias que qualifiquem o espaço urbano — como a implantação de ciclovias, bicicletários e calçadas acessíveis — devem ser associadas a ações educativas e participativas (Santos; Lima, 2017). A intersetorialidade configura-se, assim, como princípio fundamental para a formulação de políticas que integrem tais setores com a qualidade de vida.

Estudo multicêntrico (realizado em 10 países: Bélgica, Brasil, Colômbia, República Tcheca, Dinamarca, China, México, Nova Zelândia, Reino Unido e Estados Unidos) demonstrou que a densidade residencial, a presença de áreas verdes e o acesso ao transporte público estão fortemente associados aos níveis de atividade física da população (Sallis *et al.*, 2016), reforçando a necessidade de um planejamento urbano orientado à saúde. Entretanto, apesar dos avanços teóricos no campo da promoção da saúde, as ações práticas ainda enfrentam obstáculos, especialmente na articulação entre diversos setores e saberes (Fernandes *et al.*, 2022; Lopes; Nogueira; Rocha, 2018; Alencar *et al.*, 2017).

No Brasil, embora a mobilidade ativa escolar apresente alta prevalência, sua sustentabilidade enfrenta desafios estruturais e sociais, como insegurança urbana e carência de infraestrutura adequada (Teles *et al.*, 2020; Ferreira *et al.*, 2018). A superação dessas barreiras exige estratégias intersetoriais, envolvendo educação, saúde, segurança pública e planejamento

urbano, em uma abordagem integrada e participativa.

Torna-se então necessário repensar as dinâmicas de cooperação intersetorial, visando fortalecer a atuação conjunta e promover iniciativas que reconheçam os sujeitos envolvidos como protagonistas nos processos de transformação individual e coletiva (Alencar *et al.*, 2017). Ao integrar experiências, saberes e práticas de distintos atores sociais, cria-se um campo propício para a construção de intervenções compartilhadas, baseadas na corresponsabilidade, na cogestão e na busca por objetivos comuns (Brasil, 2014).

No contexto escolar, a mobilidade ativa oferece uma oportunidade concreta para transformar o ambiente educacional em um espaço promotor de saúde, contribuindo para a formação de sujeitos críticos, autônomos e comprometidos com a sustentabilidade urbana. Ainda que diversos programas de promoção da saúde tenham sido implementados nas escolas (Fernandes *et al.*, 2022), observa-se que muitos mantêm abordagens reducionistas centradas no modelo biomédico, limitando seu alcance transformador.

Incorporada às políticas e programas educacionais, como o PSE, a mobilidade ativa pode fortalecer o direito à cidade e promover mudanças duradouras nos estilos de vida. A prática da mobilidade ativa, compreendida como uma forma regular de atividade física, apresenta benefícios amplos à saúde e configura-se como uma estratégia eficaz de promoção da saúde em sua concepção integral (Tagliari; Pawlowsky, 2021). No plano individual, está associada à elevação dos níveis de atividade física, melhoria da aptidão cardiorrespiratória, redução de sintomas de estresse, ansiedade e depressão, além da prevenção e controle de DCNT, como doenças cardiovasculares, diabetes tipo 2 e alguns tipos de câncer - responsáveis por quase três quartos das mortes globais. No âmbito coletivo, a mobilidade ativa contribui para a qualificação dos deslocamentos urbanos, redução das desigualdades sociais e mitigação de impactos econômicos negativos. Do ponto de vista ambiental, colabora para a diminuição da poluição sonora e atmosférica, gerando impactos positivos na saúde individual, coletiva e planetária (Silva *et al.*, 2021; OMS, 2020; Silva *et al.*, 2018).

Sua relevância no ambiente escolar é ainda mais acentuada diante do aumento expressivo dos índices de sobrepeso e obesidade entre crianças e adolescentes no Brasil, que já ultrapassam 27% dessa população (Silva *et al.*, 2018). A mobilidade ativa escolar (denominada transporte ativo no estudo) tem sido consistentemente associada ao aumento da atividade física e à redução do risco de sobrepeso e obesidade. Evidências indicam que cada minuto adicional de deslocamento ativo no trajeto casa-escola reduz em 1% a probabilidade de excesso de peso. Além disso, percursos superiores a 800 metros estão associados a uma diminuição de até 65%

no risco de obesidade, e o transporte ativo na infância correlaciona-se com menor Índice de Massa Corporal em fases posteriores da vida escolar. Estudos também demonstram que deslocamentos ativos de até 2 km podem aumentar em 9% a 15% a frequência semanal de prática de atividade física entre estudantes (Teles *et al.*, 2020).

Ao se pensar em intervenções de promoção da saúde voltadas à mobilidade ativa no contexto escolar, é importante reconhecer que essa prática, em muitos casos, já integra a rotina de crianças e adolescentes ao longo de suas trajetórias escolares. Uma revisão de literatura identificou que a prevalência da mobilidade ativa escolar nas Américas varia significativamente, com taxas que vão de 10% nos Estados Unidos a 75,7% no Brasil (Teles *et al.*, 2020). No entanto, essa prevalência no Brasil tem oscilado ao longo do tempo: 70,6% em 2009; 61,7% em 2012; e 66,7% em 2015. Os dados também revelam maior adesão entre meninos e entre estudantes cujas mães possuem menor escolaridade (Ferreira *et al.*, 2018).

Nesse processo, a educação física escolar desempenha papel central. A disciplina, tradicionalmente vinculada à promoção da atividade física, tem ampliado suas abordagens para incorporar reflexões críticas sobre o corpo, a cultura, o espaço urbano e os direitos sociais (Cruz; Mingati; Martins, 2021; Viana *et al.*, 2017). A partir da discussão sobre mobilidade urbana, a educação física pode abordar temas como o direito à cidade e a democratização das práticas corporais, fomentando iniciativas saudáveis e sustentáveis. Nessa perspectiva ampliada, a mobilidade ativa deve ser compreendida não apenas como uma forma de deslocamento, mas como uma prática corporal inserida em um *habitus* socialmente construído (Madeira *et al.*, 2018), além de configurar-se como uma estratégia eficaz para o enfrentamento de desigualdades urbanas e promoção da saúde coletiva (Tagliari; Pawlowsky, 2021).

Apesar de ser uma prática cotidiana com grande potencial para a promoção da saúde e da cidadania, a mobilidade ativa escolar enfrenta importantes desafios estruturais e sociais. Fatores como a distância entre casa e escola, o tempo de deslocamento, a insegurança urbana e a ausência de infraestrutura adequada comprometem sua viabilidade. A superação dessas barreiras depende do fortalecimento das redes de apoio e da atuação coordenada entre diferentes setores que permitam a construção de soluções integradas e sustentáveis. Tais esforços são essenciais para garantir que a mobilidade ativa seja uma prática acessível, segura e estimulante, contribuindo para a formação de sujeitos críticos, autônomos e comprometidos com a saúde coletiva.

Adicionalmente, uma revisão sistemática sobre intervenções voltadas à promoção da mobilidade ativa no trajeto escolar identificou que ações centradas exclusivamente em abordagens curriculares, como oficinas educativas e sessões informativas, apresentam eficácia

limitada. Os autores destacam que estratégias práticas, capazes de engajar diretamente a comunidade escolar, são mais efetivas para promover mudanças comportamentais sustentáveis (Pang; Kubacki; Rundle-Thiele, 2017). Nesse contexto, ressalta-se o papel estratégico do professor de educação física, cuja atuação transita entre os campos da educação e da saúde, podendo assumir a função de agente mobilizador e articulador de ações intersetoriais voltadas à mobilidade ativa no ambiente escolar.

Corroborando essa perspectiva, outro estudo identificou que intervenções que combinam ações educativas com modificações na infraestrutura apresentaram resultados positivos na ampliação da mobilidade ativa entre estudantes (Larouche *et al.*, 2018). Esses achados estão em consonância com modelos teóricos que compreendem o comportamento humano como resultado de múltiplos determinantes - individuais, interpessoais, comunitários, políticos e ambientais -, reforçando a necessidade de abordagens integradas e contextualmente adaptadas.

Portanto, as estratégias de promoção da mobilidade ativa no contexto escolar devem incluir ações práticas e educativas, como oficinas, campanhas de conscientização, dias do lazer, e investimentos em infraestrutura, como ciclovias, bicicletários e calçadas seguras. A combinação entre intervenções urbanísticas e abordagens pedagógicas tem se mostrado eficaz na mobilização da comunidade escolar em torno da adoção de estilos de vida mais ativos e saudáveis. Além disso, a construção de uma governança intersetorial, que envolva diferentes esferas governamentais e a sociedade civil, é fundamental para consolidar a mobilidade ativa como prática promotora de saúde e de equidade no ambiente escolar.

A atuação do professor de educação física transcende o incentivo à prática de atividades físicas, estendendo-se à promoção de um debate ampliado sobre a mobilidade ativa enquanto prática cultural, ambientalmente sustentável e promotora de justiça social. Nesse contexto, sua função como agente mobilizador de redes de apoio e articulador de ações intersetoriais permite a integração com programas e agendas estratégicas, como o PSE, a Nova Agenda Urbana e os ODS da Agenda 2030. Tal articulação contribui significativamente para o enfrentamento das desigualdades sociais e para a construção de cidades mais inclusivas, equitativas e sustentáveis (OMS, 2018). Manta *et al.* (2022) enfatizam que o PSE pode ser uma estratégia eficaz para aproximar as escolas do setor saúde, incentivando práticas corporais que ocorram tanto nas aulas regulares quanto em momentos extracurriculares. Vasconcelos (2023) reforça esse entendimento ao observar que, embora ainda centrada na redução de riscos à saúde, a educação física começa a incorporar perspectivas mais integradas à promoção da saúde, alinhadas à noção de bem-estar e à formação cidadã, cumprindo um papel fundamental na construção de

ambientes escolares mais saudáveis e na formação de sujeitos conscientes, críticos e comprometidos com o desenvolvimento sustentável das cidades.

4. METODOLOGIA

4.1. Caracterização do estudo

Diante dos desafios complexos da vida em coletividade, a ciência precisa religar os conhecimentos, ultrapassar os muros que isolam a teoria da prática e implicar o pesquisador como ser participativo junto aos sujeitos da prática, para construir ideias e proposições que enfrentem os problemas sociais vigentes. Assim, a presente pesquisa teve enfoque qualitativo de natureza participativa, objetivando refletir sobre as possibilidades e os desafios da mobilidade ativa escolar e da constituição de uma rede intersetorial para o fortalecimento dessa prática. Para fomentar tais diálogos, a pesquisadora se apoiou nas referências teóricas da promoção da saúde.

A pesquisa participativa dinamiza e promove a interação de saberes e, por meio do diálogo, oportuniza a criação e a sistematização de conhecimentos colaborativos ao reconhecer a diversidade de ideias e soluções. Estabelece ainda melhores relações e distribuição de poder, já que valoriza não somente os saberes científicos, mas também os conhecimentos tradicionais e o senso comum. Sua metodologia busca alternativas includentes e aplicáveis para fenômenos complexos e é marcada pela autonomia e adaptabilidade. Algumas características deste tipo de pesquisa são: adequações metodológicas de acordo com as demandas reais; processo colaborativo entre os sujeitos; busca de relações dialógicas e horizontais; valorização do senso comum; e reflexão conjunta que permite construção de novos saberes (Giatti, 2018).

Não obstante o conjunto dos procedimentos metodológicos tem a finalidade de responder ao objetivo geral, cada objetivo específico teve seu respectivo método, como demonstra o quadro a seguir (Quadro 1).

Quadro 1 - Objetivos específicos e métodos do presente estudo.

Objetivo específico	Método
Identificar a presença de ações, projetos ou documentos relacionados à mobilidade ativa nos diferentes setores.	Entrevistas.
Apresentar desafios e possibilidades para compor uma rede intersetorial que fortaleça a mobilidade ativa.	Entrevistas e reuniões intersetoriais.
Apresentar desafios e possibilidades para promover a mobilidade ativa escolar.	Entrevistas e reuniões intersetoriais.
Sistematizar recomendações para favorecer a mobilidade ativa escolar.	Entrevistas, reuniões intersetoriais e Carta de intenções.
Socializar e debater os achados da pesquisa com os setores envolvidos e os professores de educação física da rede municipal de ensino.	Reuniões intersetoriais. Seminário municipal de mobilidade ativa escolar.

Fonte: elaborado pela pesquisadora. UnB, 2025.

4.2. Contexto e cenário de pesquisa

O cenário da pesquisa foi a cidade de Anápolis, GO, a qual se encontra como uma cidade privilegiada geograficamente por se situar entre Goiânia (capital do estado de Goiás) e Brasília (capital do país). O município tem 118 anos e uma população de 398.869 pessoas (IBGE, 2022).

A cidade é a terceira maior em população e a segunda maior força econômica do estado de Goiás, e seu desenvolvimento se destaca pela presença do DAIA (Distrito Agroindustrial), que conta com 110 empresas, com destaque para o ramo farmacêutico e também a presença da área automobilística como a Hyundai e a CAO A Chery. Em 2010, Anápolis foi indicada pela Revista Veja como uma das vinte cidades brasileiras do futuro em razão de seu grande potencial logístico. Logo, apresentamos uma foto (Figura 3) da região central do município de Anápolis, GO:

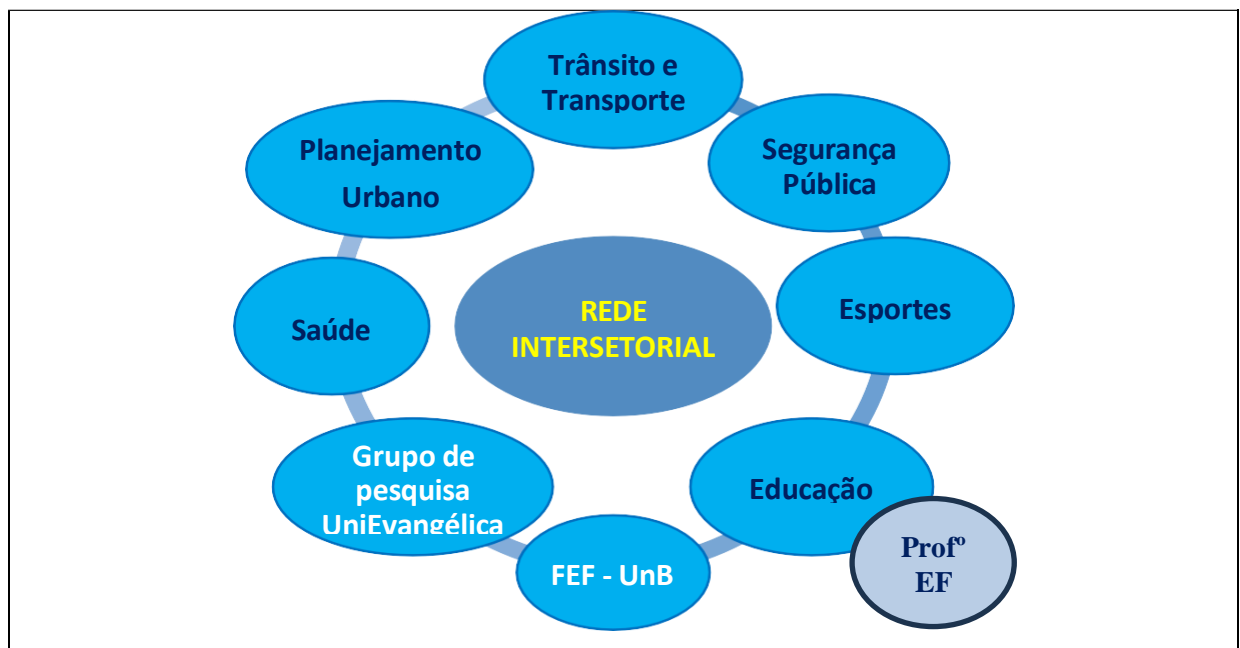
Figura 3 - Foto da cidade de Anápolis, GO.



Fonte: Anápolis está entre as 50 cidades ‘mais limpas’ do Brasil; confira ranking. Disponível em <https://portal6.com.br/2024/10/24/anapolis-esta-entre-as-50-cidades-mais-limpas-do-brasil-confira-ranking/>. Acesso em: 22 out 2024.

Em adição, os participantes da pesquisa foram alguns setores chaves relacionados ao tema da mobilidade ativa na cidade de Anápolis, GO. Assim, foram contatadas algumas secretarias municipais e o grupo de pesquisa sobre mobilidade ativa da UniEvangélica coordenados pelo professor Iransé Oliveira. Considerando ainda a pesquisadora envolvida como representante da Universidade de Brasília (UnB) pela Faculdade de Educação Física (FEF), apresentamos os participantes da presente pesquisa ilustrados na Figura 4.

Figura 4 - Organograma ilustrativo dos setores participantes da pesquisa.



Fonte: elaborada pela pesquisadora. UnB, 2025.

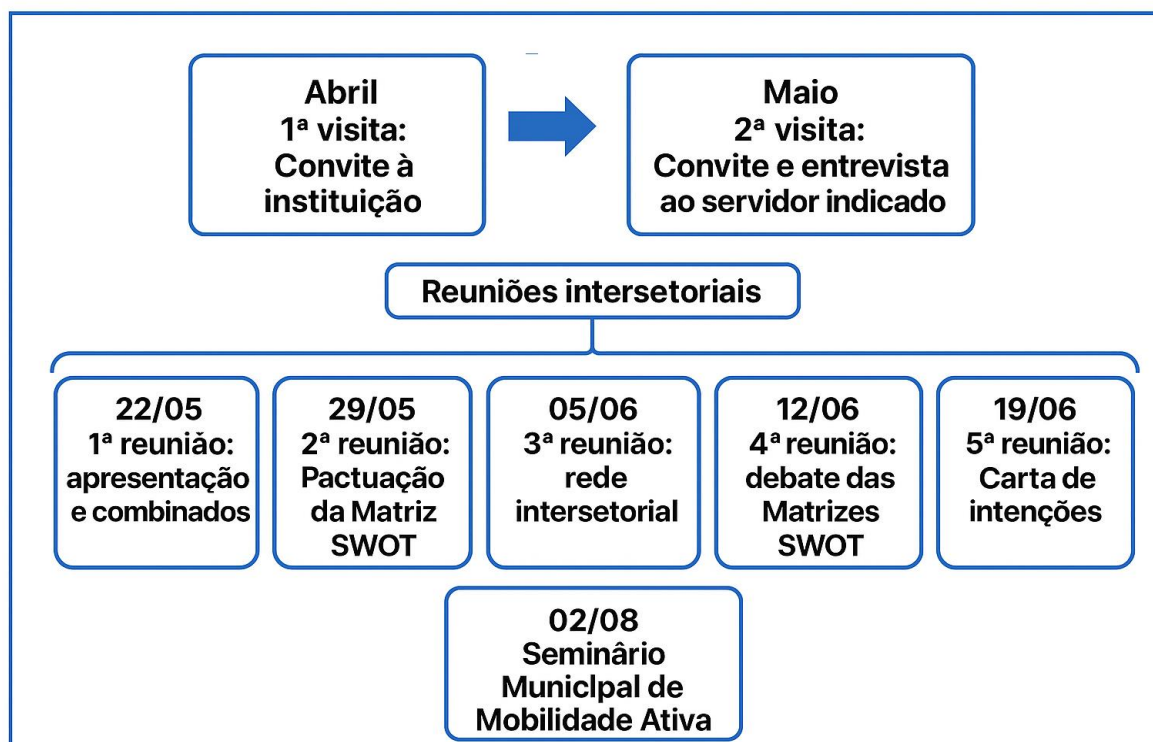
4.3. Etapas da pesquisa

Como uma etapa de qualificação da presente pesquisa e sua metodologia, foram realizados contatos com professores, pesquisadores e representantes da sociedade civil para dialogar sobre o tema e ajustar aspectos relevantes no desenho do estudo. Antes do início da pesquisa de campo foram agendados diálogos individualizados com: o coordenador do Projeto Mobilidade Ativa entre Escolares (MOTIVE), do Laboratório de Vida Ativa (LaVA) na Universidade do Estado do Rio de Janeiro; integrantes do grupo de pesquisa que estuda mobilidade ativa da UniEvangélica de Anápolis, GO; uma pesquisadora sobre mobilidade urbana e saúde coletiva pela UnB; um representante do Movimento Rodas da Paz (https://rodasdapaz.org.br/?utm_source=chatgpt.com); e um do Movimento Andar a pé (<https://andarape.org.br/>). Tais trocas trouxeram um acúmulo de reflexões, experiências e sugestões sobre o processo investigativo que resultaram no modelo apresentado aqui.

Esta pesquisa participante realizou uma etapa de campo, nos meses de abril, maio, junho e agosto de 2024, utilizando os seguintes instrumentos: entrevistas, reuniões intersetoriais e diário de campo produzido pela pesquisadora. No decorrer de todo o processo, a pesquisadora gravou os diálogos, entrevistas e reuniões, além de utilizar a observação participante, que permite perceber comportamentos e olhares que acompanham as falas das pessoas nos diferentes espaços e momentos da investigação. Todas as informações relevantes foram anotadas em um diário de campo, considerando tanto a parte descritiva quanto outra mais analítico- reflexiva (Bogdan; Biklen, 1982). As gravações das entrevistas foram transcritas e, em conjunto com as anotações, formaram um corpus de análise onde os dados coletados foram organizados visando contribuir com a discussão da pesquisa.

A utilização dos referidos instrumentos resultou na elaboração de duas matrizes SWOT/FOFA (*Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats*, em inglês/ Forças, Oportunidades Fraquezas, e Ameaças, em português), no desenvolvimento da Carta de Intenções, na realização do Seminário Municipal de Mobilidade Ativa Escolar e na produção de artigos. A seguir, discorreremos mais detalhadamente sobre todo o processo de pesquisa, de acordo com a figura a seguir (Figura 5):

Figura 5 - Fluxograma com a organização temporal das etapas da pesquisa de campo.



Fonte: elaborada pela pesquisadora. UnB, 2025.

O passo inicial da pesquisa de campo foi entrar em contato com os setores a partir das secretarias municipais de Anápolis, GO, e no caso da segurança pública, secretaria estadual de Goiás, visando convidar para participar da pesquisa. No intuito de mobilizar setores-chave para dialogar sobre a mobilidade ativa, a pesquisadora realizou contatos telefônicos identificados a partir de buscas na internet, para marcar um horário com o secretário ou diretor de cada setor, a saber: Educação (S1); Saúde (S2); Esportes (S3); Trânsito e Transporte (S4); Planejamento Urbano (S5); e Segurança pública (S6). Foram agendadas e realizadas visitas aos chefes dos setores citados ou a outro servidor que o representou. Sobre o grupo participante da pesquisa, Thiollent (1986) esclarece que “A representatividade expressiva pressupõe critérios de avaliação política no seio da conjuntura. A importância social dos grupos ‘mais avançados’ é maior do que seu peso numérico no conjunto da população” (p. 63).

Durante a conversa, a pesquisadora explanou os propósitos da pesquisa, apresentou o card da pesquisa do mestrado (Apêndice B), justificando a temática, e solicitou a indicação de algum servidor para representar o setor e participar de uma entrevista e cinco reuniões intersetoriais sobre o tema da mobilidade ativa. O aceite da instituição foi registrado por meio da assinatura do Termo de Ciência da Instituição Coparticipante (Anexo 2). O ator-chave indicado foi convidado a participar de uma entrevista semiestruturada sobre o tema (Apêndice

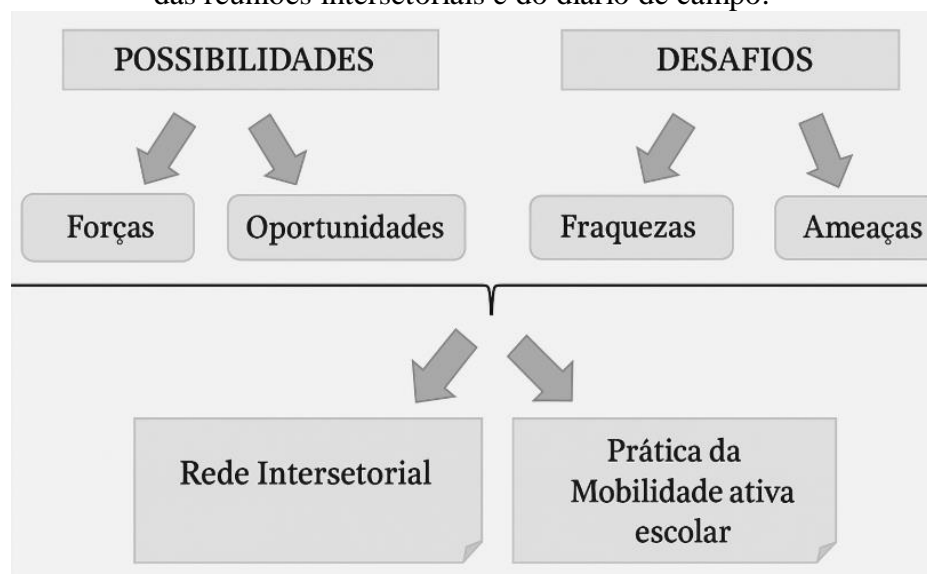
A), a qual contou com a adesão de todos os setores, totalizando seis entrevistas, bem como a integrar a equipe de pesquisa, colaborando nas reuniões intersetoriais subsequentes. Sua participação foi assegurada com a assinatura do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) (Anexo 3). Após uma rodada de levantamento inicial e sistematização do que existe sobre a mobilidade ativa e dos interesses em potencial nos setores selecionados, a pesquisadora organizou as reuniões intersetoriais.

A finalidade prática dessas reuniões de trabalho foi discutir sobre a mobilidade ativa escolar, bem como os desafios e as possibilidades de constituir uma rede de diálogo entre os setores para pensar coletivamente os objetivos práticos comuns, visando elaborar um plano de ação para favorecer a mobilidade ativa com ênfase no contexto escolar de Anápolis, GO.

Conforme explanado no quadro acima, foram desenvolvidas matrizes SWOT, que consistem em técnicas de planejamento estratégico utilizadas para auxiliar pessoas/grupos a identificarem forças, oportunidades, fraquezas e ameaças relacionadas a algum assunto, pessoa ou grupo/empresa.

Compreendendo que diversos fatores determinam a materialização de um projeto, os mesmos foram classificados dentro da matriz SWOT, em duas bases distintas: uma relacionada às ações práticas da mobilidade ativa e outra voltada para a rede intersetorial, conforme apresentado a seguir (Figura 6):

Figura 6 - Organização das duas matrizes SWOT/FOFA* elaboradas a partir das entrevistas, das reuniões intersetoriais e do diário de campo.



Fonte: elaborada pela pesquisadora. UnB, 2025.

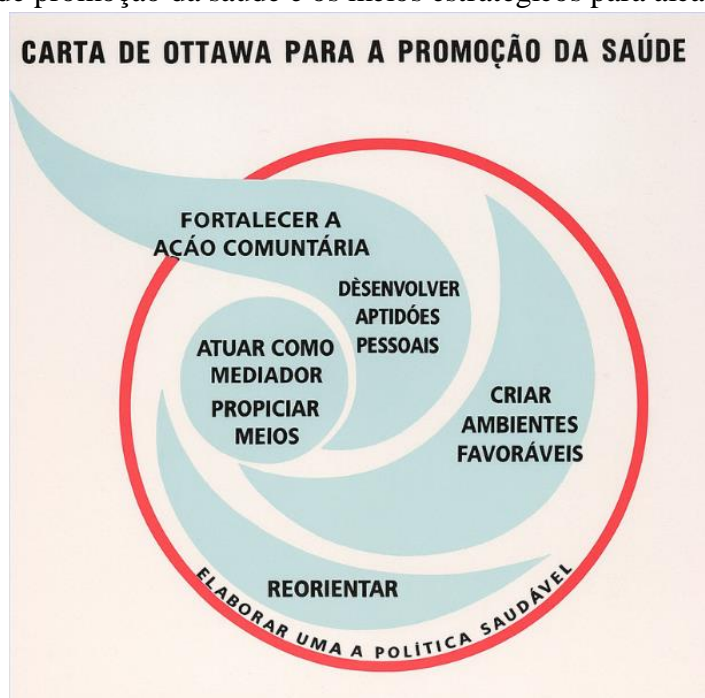
* (*Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats*, em inglês; Forças, Oportunidades Fraquezas, e Ameaças, em português)

Para melhor organizarmos as categorias dentro de cada matriz SWOT, nos referenciamos na Carta de Ottawa que apresenta cinco ações para tornar as iniciativas de promoção da saúde um conceito prático, real e vivo. Ao afirmar que a “Promoção da saúde trabalha com a ideia de responsabilidade múltipla pelos problemas e pelas soluções” (p. 4725), Buss *et al.* (2020) ressaltam:

“A Carta de Ottawa propõe cinco campos de ação: (1) elaboração e implementação de políticas públicas saudáveis; (2) criação de ambientes favoráveis à saúde; (3) reforço da ação comunitária; (4) desenvolvimento de habilidades pessoais; (5) reorientação do sistema de saúde.” (Buss *et al.*, 2020, p. 4726)

Essas ações serão consolidadas por meio de três processos metodológicos importantes: atuar como mediador (para envolver os atores/setores), advocacia (promover causas de interesse público, para melhorar a saúde e a capacidade de atuar na promoção da saúde), e informação e comunicação social (favorecer meios para difundir essas ações), conforme explicitado na figura abaixo (Figura 7). Os autores ainda complementam que “As estratégias são consideradas fruto de políticas e de condições favoráveis ao desenvolvimento da saúde por meio de escolhas saudáveis e reforço na capacidade de ação dos indivíduos e das comunidades.” (Buss *et al.*, 2020, p. 4726).

Figura 7 - Ações indicadas pela Carta de Ottawa para sustentar a efetividade das iniciativas de promoção da saúde e os meios estratégicos para alcançá-las.



Livre tradução do espanhol feita pela pesquisadora a partir da fonte: Promoção da saúde. Disponível em <https://cedaps.org.br/promocao-da-saude/>. Acesso em: 15 nov 2024.

No decorrer do processo investigativo, percebeu-se que não alcançaríamos o plano de ação previsto por diversos motivos, que podem ser assumidos como limites da pesquisa participante, dentre eles: a pouca participação dos setores, o momento de campanha eleitoral, as instabilidades dos participantes nos cargos. À vista disso, a partir das informações compiladas nas matrizes SWOT, foi desenvolvida uma Carta de Intenções coletiva direcionada aos governos, aos setores em geral e específicos, aos pesquisadores e à sociedade civil, com recomendações para fomentar a mobilidade ativa e a rede intersetorial que incentive essa prática. Vislumbra-se que futuramente esse documento seja a base para a consolidação de ações que fortaleçam essa pauta nas políticas.

Em adição, foi realizado um Seminário Municipal de Mobilidade Ativa Escolar com a participação dos professores de educação física. Além disso, dois artigos estão sendo produzidos para difundir a temática: um relacionado à promoção da saúde (já submetido) e outro apresentando os resultados desta pesquisa.

5. RESULTADOS

Apresentaremos inicialmente um quadro síntese com os resultados alinhados aos objetivos específicos da pesquisa.

Quadro 2 - Síntese dos resultados da pesquisa alinhando-os aos objetivos específicos.

Objetivos específicos	Resultados
Identificar a presença de ações, projetos ou documentos relacionados à mobilidade ativa nos diferentes setores.	A temática não é priorizada (somente um setor mencionou algo vinculado à mobilidade ativa); embora a maioria dos entrevistados reconheça a relevância do tema.
Apresentar desafios e possibilidades para compor uma rede intersectorial fortaleça a mobilidade ativa.	Os quadros das matrizes SWOT foram organizados para apresentar os desafios e as possibilidades da composição da rede.
Apresentar desafios e possibilidades para promover a mobilidade ativa escolar.	Os quadros das matrizes SWOT foram organizados para apresentar os desafios e as possibilidades apontadas pelos participantes.
Sistematizar recomendações para favorecer a mobilidade ativa escolar.	Elaboração de uma carta de intenções com compromissos de cada setor para incentivar a mobilidade ativa escolar.
Socializar e debater os achados da pesquisa com os setores envolvidos e os professores de educação física da rede municipal de ensino.	As entrevistas e rodas de conversa com gestores e representantes setoriais no decorrer da pesquisa e o Seminário para devolutiva e debate dos resultados contribuíram para divulgar o tema.

Fonte: elaborada pela pesquisadora. UnB, 2025.

Enfrentar os desafios complexos e multifatoriais em saúde requer integrar diferentes saberes e estratégias, em diferentes níveis e setores de atuação. A aproximação inicial com a chefia de cada setor, a saber: Educação (S1); Saúde (S2); Esportes (S3); Trânsito e Transporte (S4); Planejamento Urbano (S5); e Segurança pública (S6), foi permeada de obstáculos, seja por questões estruturais, como telefones desatualizados nos sites, ou questões interpessoais, como indisponibilidade de agenda ou desinteresse, expressos pela postura de recusar ou delegar o encontro a algum outro funcionário do setor. Dos seis setores, somente dois chefes receberam diretamente a pesquisadora para conhecer a pesquisa, se mostrando receptivos à proposta apresentada. Os demais setores foram representados por um funcionário designado pela chefia.

A entrevista, realizada com representantes dos seis setores, permitiu identificar se cada um deles estabelece alguma forma de diálogo com a mobilidade ativa, seja realizando projetos, ações, proporcionando meios para sua execução, ou de abordando o tema em documentos ou políticas. Ao consolidar as falas dos representantes sobre a realidade da mobilidade ativa em cada setor, de acordo com as respectivas percepções, constatamos que

essa temática não é priorizada, uma vez que apenas um setor mencionou algo vinculado à mobilidade ativa (S4); muito embora a maioria dos entrevistados reconheça a relevância do tema, como pode-se observar nos trechos abaixo:

“(essa secretaria) não dialoga sobre a mobilidade ativa. Isso é um tema que você tá trazendo que é uma novidade, a discussão do tema, o levantar a questão e eu tô achando muito pertinente, muito importante.” (S1)

“Particularmente eu desconheço algum documento voltado para a mobilidade ativa... acredito que no momento não tem nada relacionado à mobilidade ativa na escola ou das crianças... vejo a importância de estar se pensando na mobilidade.” (S2)

“não temos nenhuma ação da mobilidade ativa... não tem nada relacionado à mobilidade ativa infantil nem escolar... acredito que é um gargalo, é algo que a gente precisa se aprofundar, juntando forças, pois estamos falando de uma política pública para uma cidade.” (S3)

“No desenvolvimento do plano de mobilidade discutimos bastante sobre a mobilidade ativa porque é uma premissa hoje e em todos os momentos tentamos traçar estratégias e metas para um médio espaço de tempo... é um tema muito bom e louvável... é algo que vai ajudar a sociedade da nossa cidade e quem sabe isso não oriente coisas para outras cidades... é um trabalho que está sendo muito bem desenvolvido e um tema muito bem escolhido”. (S4)

“eu nunca tinha ouvido o conceito de mobilidade ativa, inclusive fui pesquisar na internet sobre o tema, portanto nunca abordamos esse assunto na secretaria... Em nossa secretaria não existe nenhum documento ou lei que aborde esse assunto.” (S5)

“A secretaria não tem nada sobre mobilidade ativa... Aqui não tem nada sobre a mobilidade ativa das crianças.” (S6)

As declarações dos representantes setoriais expressam compreensão sobre a importância do tema, o que favoreceu avançar para a segunda etapa da pesquisa, visando discutir a formação de uma rede intersetorial para fortalecer a mobilidade ativa no contexto escolar. Para tal, a pesquisadora propôs a realização de reuniões virtuais, com a participação de todos os representantes setoriais, para debater a temática da mobilidade ativa e promover seu fortalecimento na agenda pública. As reuniões visaram ainda incentivar a criação de uma rede intersetorial que favoreça esse modo de deslocamento ativo.

Foram realizadas cinco reuniões intersetoriais on-line para discutir a mobilidade ativa no contexto de Anápolis, GO. As reuniões foram disparadas pela pesquisadora, que contou com o apoio de membros do grupo de pesquisa ‘Movimento Humano e Meio Ambiente’ da

UniEvangélica (S7), que prioriza estudos relacionados à mobilidade ativa, colaborando nos debates, nas gravações e elaborações das atas de alguns encontros. No entanto, a frequência dos setores às reuniões foi insatisfatória, havendo um, quatro, três, dois e três representantes em cada uma das cinco reuniões, respectivamente. A estratégia de solicitar a indicação de um representante suplente (caso não conseguisse estar presente) não surtiu efeito; nenhum suplente participou das reuniões.

As tentativas de contato com os participantes ausentes indicaram que, a despeito dos servidores demonstrarem sensibilidade ao tema, acabavam priorizando outras agendas, como outras reuniões ou entrevistas (S2 e S5), ou ainda tarefas urgentes no setor (S3 e S6). Um setor (S5), embora tenha aceitado participar e respondido à entrevista, não compareceu a nenhuma reunião, sem apresentar justificativa, mesmo a pesquisadora tendo feito mais contato durante a pesquisa. Diante da baixa frequência e da limitada participação, foi comum que os mesmos participantes (S1 e S2) liderassem as discussões, enquanto outros falavam pouco ou quase nada.

Não obstante os desafios de realizar uma pesquisa de caráter participativo, os diálogos ao longo do processo proporcionaram momentos de troca e construção coletiva, ampliando a compreensão dos participantes sobre o tema, e favorecendo a reflexão sobre os desafios (fraquezas e ameaças) e as possibilidades (forças e oportunidades) para compor uma rede intersetorial que favoreça a mobilidade ativa como estratégia de promoção da saúde no contexto escolar.

O processo de pesquisa contribuiu, em certa medida, para ampliar o olhar crítico e participativo sobre o tema da mobilidade ativa, estimulando diálogos colaborativos e escutas atentas sobre ações viáveis para incentivar essa prática. Permitiram compreender a importância da formação de uma rede intersetorial como um passo inicial, bem como seus desafios (fraquezas e ameaças) e possibilidades (forças e oportunidades), no sentido de estabelecer estratégias para promover uma mobilidade ativa promotora da saúde no contexto escolar em Anápolis, GO.

Considerando as categorias definidas a priori - a partir do referencial teórico da Carta de Ottawa (1986) - e a matriz SWOT, os Quadros 3 e 4 apresentam os desafios e as possibilidades para a composição da rede intersetorial de estímulo à mobilidade ativa; e os Quadros 5 e 6 indicam os desafios e as possibilidades de incentivar a prática da mobilidade ativa no contexto escolar em Anápolis, GO.

Quadro 3 - **Desafios** (Fraquezas e Ameaças) **para compor a rede intersetorial** de estímulo à mobilidade ativa no contexto escolar em Anápolis, GO, demonstrados por meio das categorias, dos tópicos (assuntos) e das unidades de registro (falas dos participantes) (2025).

Fraquezas		
Categorias	Tópicos	Unidades de registro
Desenvolver habilidades pessoais	Dificuldade de organizar o tempo	“A gestão do tempo (diante das muitas demandas diárias no trabalho).” (S7)
Reorientar Serviços	Não é prioridade na Gestão	“se é difícil até se reunir para dialogar sobre um tema importante, imagina efetivar mudanças?” (S7) “Se nem os representantes dos setores conseguem participar de uma reunião, imagina quem realmente tem a caneta na mão?” (S1) “... se o gestor maior não entende isso como prioridade, a política fica defasada em detrimento de outros interesses” (S3)
Ameaças		
Categorias	Tópicos	Unidades de registro
Construir políticas públicas saudáveis	Descontinuidade; não é Política de Estado	“A falta de uma política de estado é um problema seríssimo.” (S7) “... não tem continuidade por falta de vontade política.” (S3) “Se a gente não tiver fincado políticas que se transformam em leis, em obrigatoriedade de quem quer que seja, quando senta na cadeira do poder, quando pega a caneta, essa pessoa tem que ter as ideias dela, tem que colocar em prática outras ideias, mas ela tem que manter aquilo que foi acordado como sendo positivo para a comunidade.” (S1)

Fonte: elaborado pela pesquisadora. UnB, 2025.

Quadro 4 - **Possibilidades** (Forças e Oportunidades) **para compor a rede intersetorial** de estímulo à mobilidade ativa no contexto escolar em Anápolis, GO, indicadas por meio das categorias, dos tópicos (assuntos) e das unidades de registro (falas dos participantes) (2025).

Forças		
Categorias	Tópicos	Unidades de registro
Reforçar ações comunitárias	Constituir Conselho no Plano de Mobilidade Urbana	<p>“Dentro dessas propostas (do plano de mobilidade urbana de Anápolis) tem a criação de um conselho de mobilidade que contempla membros do poder público e da sociedade, que entraria esse grupo que a pesquisadora fala que a gente vai poder discutir medidas efetivas que serão aplicadas tanto em infraestrutura quanto em regulação dentro da mobilidade geral e contemplando a MA.” (S4)</p> <p>“Se voltava ao poder público a responsabilidade total, com a criação desses conselhos, acaba se dividindo um pouco dessa responsabilidade porque você escuta de representantes da população, de grupos, o que é necessidade, delibera com técnicos... e chega em ações mais bem aceitas por todos e que é necessidade real da população.” (S4)</p>
Reorientar Serviços	Grupo de pesquisa na universidade	“Estamos aí juntos... nós (grupo de pesquisa UniEvangélica) temos desenvolvido alguns projetos, tanto aqui em Anápolis como fora e o grande foco é a possibilidade de criar corredores escolares.” (S7)
Construir políticas públicas saudáveis	O Programa Saúde na Escola (PSE)	“O PSE é intersetorial (saúde e educação) ... todas as nossas escolas municipais aderiram ao PSE”. (S2)
Oportunidades		
Categorias	Tópicos	Unidades de registro
Reforçar ações comunitárias	Seminários de divulgação	“Isso (realização de um seminário) é importante, o nosso papel é comunicar. Às vezes tem pessoas ou organizações que têm interesse no tema, mas como não vê movimentação, às vezes nem se atina pr’aquilo. Então ter um espaço desse é muito interessante.” (S7)
	Fortalecer grupos e organizações da sociedade civil	<p>“Precisamos de organizações comprometidas que fiquem batendo no pé, sabendo que é um leão por dia. Nesse sentido, a ideia da organização social, eu penso que isso seja algo muito interessante, de agregar pessoas que tenham o mesmo ideal e vão trabalhar sustentando isso, suscitando leis.” (S7)</p> <p>“... nós temos que nos organizar... se não tiver alguém que organiza essas ideias e leva de forma robusta, isso não vai andar, então a criação desse grupo é fundamental para essa agenda política.” (S7)</p>
Criar ambientes favoráveis	Aproximar profissionais de saúde e educação	“A gente precisa preparar o ambiente escolar para esse novo olhar da mobilidade, talvez uma conscientização de uma rede entre os professores, profissionais de saúde.” (S3)
	Apoio político do gestor	<p>“O desafio maior é você ver se o gestor apoia.” (S3)</p> <p>“Nós isoladamente não temos força, e a gente precisa do poder público nesse sentido.” (S7)</p>

Reorientar Serviços	Integrar a rede do PSE	“...essa reunião (do PSE) já acontece mensalmente para se discutir as ações que serão trabalhadas... o Ministério da Saúde coloca outras prioridades, mas isso não quer dizer que o grupo de trabalho não possa tratá-la (MA) como prioridade.” (S2)
	Agregar a MA em novos projetos de construção.	“Essa secretaria é responsável pela aprovação de novos projetos do município, então seria importante discutir nas reuniões intersetoriais quais elementos construtivos, arquitetônicos e urbanísticos que poderiam ser solicitados nos novos projetos para incentivar a mobilidade em geral e também a MA.” (S5)
Construir políticas públicas saudáveis	Compor com outros projetos e políticas	“... a oportunidade é agora, pois concluímos nosso plano de mobilidade e o nosso plano diretor está sendo revisto nesse momento.” (S4) “O plano de mobilidade urbana prevê amplamente a MA” (S4) “... uma oportunidade seria levar a proposta da MA nos planos de governo dos candidatos a prefeito de Anápolis, já que estamos em ano eleitoral, para que os candidatos entendessem a possibilidade e verem a viabilidade de melhorar as questões de MA em Anápolis.” (S3)

Fonte: elaborado pela pesquisadora. UnB, 2025.

Quadro 5 - **Desafios** (Fraquezas e Ameaças) **para fortalecer a prática da mobilidade ativa escolar** em Anápolis, GO, descritos por meio das categorias, dos tópicos (assuntos) e das unidades de registro (falas dos participantes) (2025).

Fraquezas		
Categorias	Tópicos	Unidades de registro
Reforçar ações comunitárias	Cultura centrada no automóvel	“temos uma média (de carro) acima da média nacional (cerca de 4 pessoas/veículo), Anápolis tem 1,2 pessoas/veículo, só que a cultura do veículo é enorme e arraigada.” (S4) “A cultura do veículo é enorme e arraigada, então toda ação em direção a MA tem resistência da população.” (S4)
	Pouca participação social	“O plano de mobilidade urbana prevê amplamente a MA, foi discutido em audiências públicas... infelizmente a população participa muito pouco.” (S4)
Criar ambientes favoráveis	Infraestrutura ruim (calçadas, ciclovias, iluminação)	“Desafios seriam mais segurança, uma cidade mais luminosa, infraestrutura melhor” (S3) “Desafios são as más condições das calçadas, falta de ciclovias, falta de segurança nas ruas.” (S5) “(desafio é) a infraestrutura no bairro” (S1) “essa dificuldade de uso da MA com segurança por deficiência de infraestrutura.” (S4).
	Ineficiência nas políticas	“no plano diretor de Anápolis já tem o projeto de construção de ciclovias e ciclofaixas há uns 4 anos e isso ainda não saiu do papel.” (S3)
	Tecnologia induz sedentarismo	“o problema é que hoje tem muitos com preguiça e quer mais saber de celular do que de esportes.” (S6)
	Relevo desfavorável	“Anápolis tem uma realidade diferente, tendo muitos aclives que dificultam a mobilidade” (S3)
Reorientar Serviços	Falta servidor	“Infelizmente essa secretaria não desenvolve nenhuma atividade de MA, não tem tido servidor o suficiente para pensar em outros projetos.” (S3)
Ameaças		
Categorias	Tópicos	Unidades de registro
Reforçar ações comunitárias	Falta rede de apoio	“os pais começam a ter medo de deixar eles irem pra escola ativamente. E uma rede de apoio dos pais porque muita coisa não é as crianças, são os pais também, formação familiar é importante.” (S6)
Criar ambientes favoráveis	Violência	“Desafio de mais segurança, uma resolução para acabar com locais com bebidas alcóolicas próximo do colégio.” (S3) “Os pais não apoiam a MA, tenta fazer de tudo para que as crianças fiquem protegidas desses devaneios sociais como a violência.” (S1)
Construir políticas públicas saudáveis	Não é prioridade política	“Eu vejo como dificuldade ter um gestor que compreenda e apoie o tema.” (S3) “o gestor que entende que o esporte e o lazer são importantes, investe e cobra de seus funcionários para fazer as coisas acontecerem. Mas se o gestor maior não entende isso como prioridade, a política pública fica defasada em detrimento de outros interesses.” (S3)

Fonte: elaborado pela pesquisadora. UnB, 2025.

Quadro 6 - **Possibilidades** (Forças e Oportunidades) **para fomentar a mobilidade ativa** no contexto escolar em Anápolis, GO, explicadas por meio das categorias, dos tópicos (assuntos) e das unidades de registro (falas dos participantes) (2025).

Forças		
Categorias	Tópicos	Unidades de registro
Reforçar ações comunitárias	Cultura do Ciclismo	“Muita gente pedalando.” (S1)
	Demanda popular para MA	“Detectamos nas pesquisas que já existe essa demanda da MA não só nos trajetos locais, mas também como meio de transporte principal”. (S4) “... a autoridade tem que saber que a sociedade tá se organizando e tem que cobrar.” (S1)
	Participação nos esportes	“O universo do esporte é muito diversificado, é muito ampliado, então precisa de estímulos.” (S1)
Criar ambientes favoráveis	Infraestrutura de ciclismo em trilhas	“Na pandemia aumentou muito a prática do ciclismo nas trilhas, como temos umas 4 trilhas na cidade, nós fizemos mapeamento dessas trilhas, com <i>QR code</i> , organizamos o trajeto.” (S3)
Reorientar Serviços	Interface com o PSE	“Temos os guias práticos que orientam a prática da atividade física no ambiente escolar e para que ocorram essas atividades extraescolares... Temos o caderno temático que trabalhamos a promoção da atividade física.” (S2) “... eu posso dar como sugestão levar a MA, as práticas corporais para serem trabalhadas para o professor ter outra visão, não de uma prática corporal ser trabalhada dentro do ambiente escolar, mas também extra muro.” (S2)
Construir políticas públicas saudáveis	Plano de mobilidade urbana	“A oportunidade é agora, pois concluímos nosso plano de mobilidade e o nosso plano diretor está sendo revisto nesse momento.” (S3) “No plano de mobilidade discutimos bastante sobre a MA... tentamos traçar estratégias e metas para em um médio espaço de tempo.” (S4) “Nosso plano de mobilidade prevê a curto prazo que todos os prédios públicos, inclusive escolas, postos de saúde, hospitais, centros administrativos terão prioridade na acessibilidade, tanto no calçamento quanto na parte interna. A médio prazo, expande-se o raio, nos entornos desses locais públicos.” (S4) “... ampliamos travessias de pedestres e toda infraestrutura como pavimentação das ruas que não tinham calçamento com piso tátil, acessibilidade total com rebaixo nas esquinas e travessia de pedestre ao longo de todas as vias, ou seja, avançamos enquanto o plano de mobilidade estava em desenvolvimento.” (S4)
	Projetos de Esporte	“... nós implantamos o projeto <i>Zatopek</i> que estimula a corrida de rua, o pedestrianismo entre as escolas, entre as crianças.” (S1) “Anápolis tem corrida de rua, que... é bimestral por questões de políticas públicas.” (S3)

Oportunidades		
Categorias	Tópicos	Unidades de registro
Desenvolver habilidades pessoais	Difundir benefícios da MA	“...deveríamos entender qual é o objetivo de usar MA, é trabalhar a questão da obesidade infantil, da ansiedade... mostrar a importância da MA pra reduzir essa ansiedade.” (S3)
	Ampliar consciência MA	“vejo a importância de tá se pensando na mobilidade, de ambientes mais saudáveis, de ter essa prática de ativ. fís desde pequeno porque a gente acha que é simplesmente ir pra escola, mas não é só ir pra escola, tem todo um processo” (S2)
Reforçar ações comunitárias	Incentivar MA	“a gente deve trabalhar com estímulos do ciclismo, o skate, patins.” (S1)
	Instituir o Dia Municipal da MA	“criar o Dia Municipal da MA... a gente conseguir descer 20, 30 bicicletas para encontrar no ginásio e dar uma volta na cidade... essas ações chamam atenção da população pra necessidade de uma política voltada para MA... nesse dia combinar de ir para escola de algum tipo de modo ativo.” (S1) “extremamente interessante o Dia da MA, ligado com o dia mundial sem carro, em setembro.” (S7)
	Educação no trânsito	“sempre fizemos ações (na comunidade) voltadas para educação no trânsito para alertar sobre a MA, focando no pedestre, pois todos nós somos pedestres em algum momento.” (S4)
Criar ambientes favoráveis	Construir bicicletário e ciclovias	“Ter bicicletários nas escolas é um ponto fundamental pra gente estimular o aluno a ir pra escola de bicicleta.” (S1) “com o incentivo de ciclovias, a gente percebe a necessidade do bicicletário.” (S2) “Construir bicicletário nas escolas municipais é um incentivo pra mudar o paradigma de pensamento, de cultura.” (S4)
	Criar corredores de MA no trajeto escolar	“O foco (dos projetos) é criar corredores escolares. Esses corredores no futuro poderiam ser monitorados, pensando na segurança, poderia ter um foco principal das autoridades em relação a essa região (escola), bem como infraestrutura de calçadas, ruas, pensando na MA e isso vai gerar um aumento do nível de atividade física.” (S7)
	Preparar a escola para a MA	“A gente precisa preparar o ambiente escolar para esse novo olhar da mobilidade, talvez uma conscientização de uma rede entre os professores, profissionais de saúde, talvez o incentivo de ciclovias, a gente percebe a necessidade do bicicletário, conscientizar a importância de preparar o ambiente escolar.” (S2)
Reorientar Serviços	Aluguele bicicletas	“a implementação da MA, essa conscientização, a exemplo de Goiânia que tem bicicletário que aluga bicicleta.” (S3)
Construir políticas públicas saudáveis	Apoio do gestor	“se tem um gestor que viabiliza isso, as coisas acontecem, mas se não tem gestor que entende isso, não tem jeito.” (S3) “O poder público tem que promover a oportunidade pra que essa criança seja ativa.” (S1)
	Rua de Lazer	“No passado já tivemos rua de lazer no final de semana para o pessoal andar de skate, patins, bicicleta.” (S3) “O primeiro passo é conversar com essas instituições de Anápolis para ver a viabilidade de voltar a rua de lazer.” (S3)
	Assessoria de corrida.	“Como temos público que gosta de correr, a secretaria desenvolveu o programa assessoria de corrida gratuita.” (S3) “a assessoria de corrida visa promover a saúde.” (S3)

Fonte: elaborado pela pesquisadora. UnB, 2025.

Visando sistematizar recomendações para os diferentes setores e divulgar os resultados da pesquisa, uma Carta de Intenções foi elaborada (Apêndice C) e um Seminário Municipal de Mobilidade Ativa Escolar foi realizado (Apêndice D). Essas iniciativas são consoantes às três estratégias propostas pela Carta de Ottawa: mediar, advogar e comunicar.

A Carta de Intenções serviu como uma ferramenta para promover o debate entre os setores e a sistematização de sugestões de iniciativas em promoção da saúde, sobre a mobilidade ativa escolar. Esta Carta apresenta sugestões para os governos, os setores, os acadêmicos e pesquisadores, bem como para a sociedade civil, para fortalecer a agenda da mobilidade ativa escolar. Embora a construção da Carta tenha sido coletiva, é importante destacar que a participação dos representantes setoriais foi limitada.

Para divulgar os resultados da pesquisa e a Carta de Intenções, bem como viabilizar o debate sobre o tema, o Seminário Municipal de Mobilidade Ativa no Contexto Escolar, chamado MOTIVA ESCOLA (Mobilidade ativa no contexto escolar), foi realizado, em parceria com a Secretaria de Educação. Participaram do Seminário: a pesquisadora, representantes do grupo de pesquisa da UniEvangélica, o representante do setor da educação, e 21 professores de educação física da rede municipal de ensino de Anápolis, GO. Os demais setores, apesar de convidados, não enviaram representantes.

O Seminário foi uma oportunidade para mediar e comunicar os resultados preliminares da pesquisa para atores-chave na promoção da mobilidade ativa escolar, como os professores de educação física. Esses profissionais, por estarem dentro do ambiente escolar, podem favorecer a discussão e promoção dessa prática. Ao participarem de debates em pequenos grupos, estimulados por perguntas disparadoras, apresentaram ainda sugestões sobre os temas. Tais manifestações foram registradas e sistematizadas no Quadro 7, permitindo perceber o enfoque reducionista, que enfatiza a perspectiva epidemiológica da atividade física, em relação à mobilidade ativa promotora da saúde no contexto escolar.

Quadro 7 – Sínteses dos tópicos obtidos pelas contribuições dos professores de educação física no Seminário, a partir de duas perguntas norteadoras.

Como difundir o tema da mobilidade ativa e incentivar a prática no contexto escolar?	
Categorias	Tópicos
Desenvolver habilidades pessoais	Recompensar estudantes que se deslocarem ativamente para a escola, dialogando também para diminuir o tempo de tela.
Criar ambientes favoráveis	Estabelecer dias específicos para promoção da mobilidade ativa nas escolas (anual, semestral ou mensal).
	Investir em infraestrutura: corredores no trajeto escolar monitorados com uso da tecnologia (câmeras de segurança), e auxílio das associações do bairro.
Reorientar serviços	Mediação pedagógica do professor de educação física, com ações teórico/práticas na matriz curricular.
	Conscientizar a gestão escolar da importância da mobilidade ativa para apresentar para a comunidade escolar, conscientizando-os sobre essa prática para promover a saúde dos estudantes.
Como compor e fortalecer uma rede de atores/setores para estimular a mobilidade ativa escolar em Anápolis, GO?	
Categorias	Tópicos
Desenvolver habilidades pessoais	Mostrar que essa prática pode contribuir significativamente para alcançarem a recomendação de atividade física semanal (OMS).
Reforçar ações comunitárias	Dar continuidade ao Seminário Municipal de mobilidade ativa escolar.
	Colaborar com ações e campanhas propostas (advindas das discussões do Seminário) para a mobilidade ativa.
	Instigar debates nas reuniões de pais.
	Grupos de estudo intersetoriais com reuniões periódicas definidas.
Construir políticas públicas saudáveis	Iniciar esse Projeto MOTIVE (apresentado pela pesquisadora) para que as pessoas se interessem por essa ideia.
	Incentivar moradores e associações de bairros como atores fundamentais para estimular mudanças em sua comunidade local.
Construir políticas públicas saudáveis	Fomentar ações e políticas públicas que garantam segurança no trajeto escolar (para estimular a prática).

Fonte: elaborado pela pesquisadora. UnB, 2025.

O Seminário contribuiu para sensibilizar os professores de educação física da rede municipal de ensino sobre a temática da mobilidade ativa escolar e ampliar um pouco a visão sobre o tema. Uma das iniciativas sugeridas foi a continuidade do Seminário, visando aprofundar a discussão dessa pauta e desenvolver estratégias coletivas para implementar a mobilidade ativa nas escolas. Ao término do evento a pesquisadora agradeceu a participação de todos e a Diretora de Ensino (assessora da Secretária de Educação de Anápolis, GO) parabenizou pela realização do evento e reafirmou o compromisso desta Secretaria em apoiar iniciativas relacionadas à mobilidade ativa no contexto escolar de Anápolis, GO.

6. DISCUSSÃO

Compreendendo a mobilidade ativa como um fenômeno complexo e de natureza intersetorial, propusemos a articulação entre diferentes setores para refletir sobre os desafios e as possibilidades de sua promoção no contexto escolar. A intenção foi incentivar a formação de uma rede intersetorial para fortalecer essa pauta de maneira integrada e sustentável. Para conduzir esse processo, adotou-se como base teórica o referencial da Promoção da Saúde, que desde a Carta de Ottawa (1986), apresenta três estratégias fundamentais: *advocacy*, como forma de incidir sobre políticas públicas em defesa de interesses coletivos; *mediação*, envolvendo a articulação entre múltiplos setores; e a *informação e comunicação*, enquanto ferramentas essenciais para a capacitação, o empoderamento social e a construção da cidadania em saúde (Buss; Carvalho, 2009).

Esta pesquisa teve como propósito sistematizar os resultados obtidos e traduzi-los em recomendações e compromissos capazes de impulsionar avanços na agenda relacionada a essa pauta. Assim, esta discussão apresenta uma análise crítica dos achados relacionados a cada objetivo específico da investigação, com o intuito de contextualizar os dados, aprofundar as interpretações e subsidiar o aprimoramento de ações intersetoriais voltadas à promoção da mobilidade ativa escolar.

6.1. Sabemos da relevância, mas pouco fazemos.

Ao investigar como a mobilidade ativa é abordada nos diferentes setores envolvidos, observamos que, embora a maioria dos representantes reconheça a relevância do tema, ele ainda não é tratado como prioridade institucional. Essa constatação evidencia a fragilidade da pauta e ressalta a necessidade urgente de ações de *advocacy*, visando fortalecer a presença da mobilidade ativa na agenda pública e institucional. Essa iniciativa também se alinha às estratégias de mediação intersetorial - ao promover o envolvimento de múltiplos atores - e de informação e comunicação, ao propor instrumentos que permitam o monitoramento e o fortalecimento das iniciativas existentes, conforme preconizado pela promoção da saúde.

Tanto no cenário global, nacional e local, como no município de Anápolis, GO, o debate sobre mobilidade ativa, sobretudo no contexto escolar, ainda é incipiente (Silva *et al.*, 2024). No Brasil, esse tipo de deslocamento é majoritariamente utilizado por pessoas de baixa renda (Sá *et al.*, 2016), o que escancara as desigualdades sociais em um país que historicamente tem negligenciado investimentos em ações estruturantes que promovam a saúde por meio da

atividade física, neste caso, associada à mobilidade ativa (Silva *et al.*, 2024; Knuth; Antunes, 2021). Diante desse panorama, emerge uma questão central: interessaria aos governos priorizar políticas públicas que impactam diretamente o cotidiano das populações com menor capital econômico e social? Essa provocação se justifica diante do descompasso entre a relevância do tema e sua efetiva incorporação às políticas públicas.

Nesse contexto, Santos *et al.* (2024) realizaram uma análise das políticas públicas federais brasileiras voltadas à mobilidade ativa. O estudo revelou que apenas nove dos 23 ministérios dispõem de instrumentos que contemplam essa temática, sendo que o Ministério da Saúde não apresenta nenhuma iniciativa relacionada. As áreas com maior número de políticas identificadas foram transporte, planejamento urbano e acessibilidade. Em contrapartida, setores fundamentais como educação, sustentabilidade e segurança ainda demonstram atenção limitada ao assunto.

Os resultados apontam para a fragmentação das ações governamentais, desenvolvidas de forma dispersa e muitas vezes sem articulação entre os órgãos responsáveis. Isso reforça a necessidade de uma governança intersetorial, integrada e participativa, capaz de garantir a efetividade das políticas públicas voltadas à mobilidade ativa. Para tanto, é imprescindível a inclusão participativa do Ministério da Saúde, a ampliação e aprimoramento dos instrumentos já existentes e o estabelecimento de metas, prazos, orçamento definido e atribuições claras entre os diferentes níveis de governo e setores envolvidos.

Ao longo do processo de pesquisa, evidenciou-se a relevância social deste estudo, cuja contribuição reside no fortalecimento da mobilidade ativa enquanto prática promotora da saúde, colaborando para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável. A mobilidade ativa não deve ser percebida como uma alternativa imposta pela ausência de opções, mas como uma expressão do direito à mobilidade, à cidade, à saúde, ao lazer e à educação, promovendo prazer, autonomia e qualidade de vida.

Nesse sentido, torna-se fundamental o envolvimento de múltiplos setores, como a Educação (S1), Saúde (S2), Esporte (S3), Trânsito e Transporte (S4), Planejamento Urbano (S5) e Segurança Pública (S6), além da Universidade (S7) e seus campos científicos, especialmente a Educação Física e a Saúde Coletiva, para que a mobilidade ativa seja debatida a partir de uma perspectiva ampliada, associada às questões da determinação social (Madeira *et al.*, 2018).

Diante da invisibilidade da temática nos setores pesquisados, torna-se ainda mais pertinente a articulação de estratégias oriundas de diferentes esferas: do Estado, mediante políticas públicas saudáveis; da comunidade, por meio do fortalecimento da ação coletiva; dos

indivíduos, pelo desenvolvimento de habilidades pessoais; do sistema de saúde, por meio da reorientação de serviços; e, principalmente, por meio de parcerias intersetoriais que viabilizem ambientes favoráveis à saúde. Nessa perspectiva, a promoção da saúde passa a ser uma responsabilidade compartilhada, tanto na identificação dos problemas quanto na construção das soluções (Buss *et al.*, 2020).

Nesse cenário, o PSE emerge como uma política pública com potencial articulador, capaz de integrar diferentes setores e fomentar ações promotoras de saúde no ambiente escolar. O PSE pode desempenhar papel estratégico na promoção da saúde por meio da formação de sujeitos críticos e engajados na defesa da saúde e seus determinantes, ao mesmo tempo em que modifica a cultura e favorece a construção de ambientes escolares e urbanos seguros, inclusivos e promotores de bem-estar (Rumor *et al.*, 2022).

Embora tenha havido avanços expressivos na adesão de escolas e municípios ao programa em seus diversos ciclos (2014-2015, 2017-2018, 2019-2020), e no aumento das ações voltadas às práticas corporais, é necessário que o PSE se aproxime mais dos territórios, implementando ações contextualizadas que respondam às necessidades locais - como a promoção da mobilidade ativa no trajeto escolar - superando abordagens prescritivas, curativas e centradas em modelos biomédicos (Manta *et al.*, 2022).

O acesso desigual às práticas corporais no Brasil representa um desafio social significativo, uma vez que evidencia a necessidade de garantir condições dignas de participação para todos, reafirmando a saúde como direito universal (Knuth; Antunes, 2021). Nesse contexto, a escola desempenha papel estratégico, por concentrar um número expressivo de crianças e jovens, sendo espaço privilegiado para a construção de hábitos saudáveis por meio de programas de educação em saúde, como o próprio PSE (Andrade *et al.*, 2022). Nesse sentido, Ferreira *et al.* (2018) destacam a importância de incentivar a produção acadêmica voltada à análise crítica das desigualdades no acesso às práticas corporais, de modo a subsidiar políticas públicas e estratégias contextualizadas, especialmente voltadas a populações historicamente marginalizadas.

Adicionalmente, Oliveira e Silva (2021) observam que, embora a mobilidade ativa esteja frequentemente ausente dos planejamentos urbanos, ela tem ganhado destaque nos debates sobre mobilidade sustentável, mudanças climáticas e prevenção de doenças - especialmente no contexto pós-pandemia de COVID-19. Essa perspectiva evidencia o papel da mobilidade ativa como componente estratégico nas intervenções propostas pela iniciativa 'Saúde em Todas as Políticas', recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2013). Tal diretriz orienta a incorporação da promoção da saúde em todas as esferas de formulação de

políticas públicas, com ênfase na intersetorialidade e na adoção de ações integradas que favoreçam ambientes urbanos mais saudáveis e sustentáveis.

Como contribuição importante, a OPAS (2020) lançou a Agenda Convergente: Mobilidade Sustentável e Saúde, um documento de referência que orienta a formulação de políticas, programas e projetos com abordagem integrada, intersetorial e territorializada, voltados à promoção da saúde. A proposta reafirma a intersetorialidade como eixo estruturante das políticas públicas e destaca a importância de iniciativas convergentes para o enfrentamento dos determinantes sociais da saúde.

A presente pesquisa contribui criando um espaço de diálogo com diferentes atores sociais, visando fomentar a formação de uma rede intersetorial para fortalecer a mobilidade ativa no contexto escolar, como uma prática sustentável e inclusiva.

6.2. Somando esforços: a composição de uma rede intersetorial para promover a mobilidade ativa

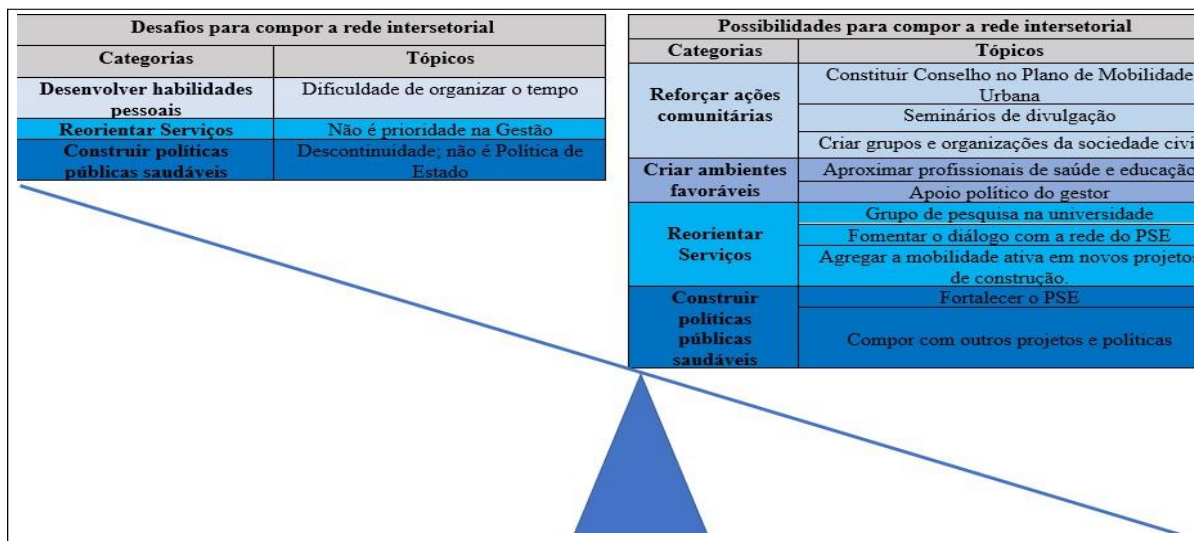
Entre os principais desafios e oportunidades no campo da promoção da saúde, destaca-se o impacto transformador da Carta de Ottawa (1986), que provocou profundas mudanças filosóficas na concepção da saúde. O documento rompe com a perspectiva de que a saúde é responsabilidade exclusiva do setor sanitário, enfatizando a necessidade de integração entre diferentes saberes e setores para a efetiva melhoria das condições de vida e bem-estar da população (Vinko *et al.*, 2016). Nesse contexto, a interdisciplinaridade é concebida como base cognitiva essencial para a formulação de políticas e práticas promotoras da saúde, enquanto a intersetorialidade constitui o principal instrumento operacional para sua implementação (Buss *et al.*, 2020)

É imprescindível, portanto, a construção de pactos horizontais entre setores diversos, pautados na colaboração, na corresponsabilidade e na formação de redes interinstitucionais (Buss *et al.*, 2020). Esse paradigma amplia o conceito de saúde, reconhecendo seus múltiplos determinantes e propondo ações integradas e participativas. Tal abordagem dialoga diretamente com um dos objetivos centrais desta pesquisa: aproximar diferentes setores para promover a mobilidade ativa no contexto escolar.

Com o objetivo de facilitar a compreensão dos apontamentos para compor a rede intersetorial, elaborou-se um quadro síntese a partir das ideias dos participantes da pesquisa, apresentado na Figura 8. Ao sistematizar o cenário da constituição de uma rede entre os setores, os desafios foram distribuídos de forma equilibrada entre as categorias: desenvolvimento de habilidades pessoais, reorientação dos serviços e formulação de políticas

públicas. Em contrapartida, as possibilidades foram mais frequentemente associadas ao fortalecimento da ação comunitária e à reorientação de serviços, seguidas pela criação de ambientes favoráveis e pelo desenvolvimento de políticas públicas.

Figura 8 - Síntese dos desafios e possibilidades para compor uma rede intersetorial.



Fonte: elaborada pela pesquisadora, 2025.

A PNPS, em sua versão atualizada (Brasil, 2018), reforça essa perspectiva ao estabelecer, como um de seus objetivos específicos, a promoção do empoderamento e da capacidade decisória de indivíduos e coletividades, por meio do desenvolvimento de habilidades pessoais e da formação de competências voltadas à promoção e defesa da saúde e da vida. Além disso, a PNPS propõe a reorientação do modelo de atenção à saúde, com base em seus princípios e diretrizes, visando ultrapassar a lógica dicotômica entre saúde e doença, e contemplar os contextos sociais, econômicos e territoriais que influenciam os modos de vida (Brasil, 2018).

Essa proposição requer uma ressignificação dos serviços de saúde e a incorporação de práticas que articulem saberes, atores e territórios. A constituição de parcerias intersetoriais, por meio de programas, projetos e grupos de pesquisa, apresenta-se como uma estratégia promissora para superar a hegemonia do modelo biomédico centrado na assistência individualizada, contribuindo para o fortalecimento de uma abordagem integral, participativa e orientada pela justiça social.

No âmbito desta pesquisa, um dos principais obstáculos identificados para a constituição de uma rede intersetorial voltada à promoção da mobilidade ativa escolar foi a dificuldade de alocar tempo para priorizar essa pauta nas agendas institucionais. Essa limitação foi

acompanhada da percepção, por parte dos representantes setoriais, de que o tema não figura entre as prioridades da gestão pública. Como destacam Buss *et al.* (2020), o desenvolvimento de habilidades pessoais, essencial à promoção da saúde, requer o envolvimento ativo de instituições, especialmente aquelas ligadas à educação e à saúde. Essas organizações desempenham papel central no empoderamento de indivíduos e comunidades, ao promover o acesso ao conhecimento, a bens e serviços essenciais, e ao fortalecimento da participação política em diferentes níveis.

Para que ocorra a reorientação dos serviços, Vinko *et al.* (2016) ressaltam a necessidade de uma maior conexão entre os serviços de saúde, sociais e de bem-estar, bem como da garantia do acesso universal e equitativo aos cuidados em saúde. Tal aproximação é fundamental para consolidar a promoção da saúde como eixo estruturante das políticas públicas, possibilitando a atuação integrada em redes intersetoriais. Entretanto, para que a composição de uma rede intersetorial que fomente a mobilidade ativa se concretize, é imprescindível que o tema seja reconhecido como prioridade pelas instâncias gestoras.

A PNPS corrobora essa perspectiva ao afirmar que a promoção da saúde demanda a formulação de políticas públicas participativas, aliadas à produção e disseminação de conhecimentos e práticas construídos de maneira compartilhada (Brasil, 2018). Para enfrentar a ameaça constante de descontinuidade das políticas públicas, que muitas vezes é determinada por fatores políticos e pelos interesses dos governos, é necessário promover mudanças estruturais nos modelos de organização e financiamento dos sistemas de saúde, com ênfase na formação de profissionais aptos a adotar uma visão ampliada da saúde, superando abordagens fragmentadas e biomédicas e garantindo a adaptação de políticas às necessidades da população e sua sustentabilidade a longo prazo.

Entre as possibilidades mapeadas, que podem contribuir para superar os desafios mencionados, os representantes setoriais apontaram o fortalecimento das ações comunitárias como estratégia fundamental. Nesse sentido, Vinko *et al.* (2016) propõem a ampliação de parcerias verticais e horizontais, aliadas à promoção de uma comunicação acessível e sensível à diversidade dos territórios. Os autores também destacam a necessidade de investir em comunidades locais, fortalecer os laços de solidariedade e coesão social, e combater a crescente individualização nas práticas de cuidado.

No contexto específico desta pesquisa, emergiram sugestões práticas como a criação de um Conselho no âmbito do Plano de Mobilidade Urbana de Anápolis, GO, o fortalecimento de grupos e organizações da sociedade civil, e a realização de seminários e espaços formativos para sensibilização e promoção da atuação intersetorial. Essas propostas indicam caminhos

concretos para a construção de um ambiente institucional e comunitário mais favorável à promoção da mobilidade ativa, especialmente no contexto escolar.

Os representantes setoriais propõem a criação de uma rede intersetorial que viabilize o diálogo entre os diferentes setores do governo sobre a mobilidade ativa no contexto escolar, com o objetivo de mitigar os desafios enfrentados por crianças e adolescentes em seus trajetos diários para a escola. Cabral e Gehre (2020) destacam a importância do engajamento de redes de apoio e cooperação como elemento fundamental para a construção de soluções criativas, inovadoras e sensíveis voltadas ao desenvolvimento sustentável e humano. Essa diretriz também está alinhada à PNPS, que incentiva a formação de parcerias com organismos internacionais, governamentais, não governamentais, o setor privado e a sociedade civil, com vistas ao fortalecimento da promoção da saúde no Brasil (Brasil, 2018).

Essa proposta também dialoga com a estratégia de reorientação dos serviços para uma lógica de atuação em rede, destacando-se o papel das universidades como agentes de transformação. Tais instituições podem contribuir para a criação de ambientes favoráveis à saúde no âmbito da gestão pública, especialmente nos setores de saúde e educação, a partir da sensibilização e da articulação entre gestores municipais, profissionais de saúde e de educação. A criação de ambientes saudáveis pressupõe o reconhecimento das interdependências entre os setores e demanda a efetivação de direitos sociais, o acesso à informação, oportunidades educativas e práticas de educação para a saúde em múltiplos contextos, como a família, a escola, o ambiente de trabalho e outros espaços coletivos (Buss *et al.*, 2020).

Nesse cenário, foi destacada a potencial integração da temática da mobilidade ativa ao PSE como uma oportunidade estratégica para materializar políticas públicas promotoras de saúde. Além disso, identificou-se a possibilidade de articulação com instrumentos de planejamento urbano, como o Plano Diretor e o Plano de Mobilidade Urbana do município de Anápolis, GO, reforçando a necessidade de incorporar a mobilidade ativa escolar às políticas estruturantes do território.

No que se refere à formulação de políticas públicas saudáveis, Vinko *et al.* (2016) defendem a adoção de abordagens participativas, com processos decisórios transparentes e baseados em evidências científicas, assegurando agilidade na implementação das ações. A concepção contemporânea de políticas públicas em saúde implica um duplo compromisso: elevar a saúde à condição de prioridade na agenda pública e orientar as intervenções para os determinantes sociais do processo saúde-doença-cuidado, deslocando o foco das ações exclusivamente clínicas ou assistenciais para uma abordagem mais integral e intersetorial.

Nesse sentido, a implementação efetiva dessas políticas requer o reconhecimento, por parte de governantes e tomadores de decisão de diferentes áreas, de que a saúde deve ser considerada central na formulação de estratégias de desenvolvimento. Tal reconhecimento pode se expressar por meio de instrumentos legislativos, políticas fiscais e tributárias, alterações organizacionais e, sobretudo, pela adoção de práticas intersetoriais que visem à promoção da equidade em saúde, à distribuição justa de recursos e à implementação de políticas sociais inclusivas (Buss *et al.*, 2020).

Além das contribuições sistematizadas a partir das falas dos representantes dos setores envolvidos, a experiência da pesquisadora na condução da investigação também revelou aspectos significativos, tanto em termos de desafios quanto de oportunidades, para a constituição de uma rede intersetorial voltada à promoção da mobilidade ativa no contexto escolar. Destacou-se a dificuldade em operacionalizar uma abordagem participativa ao longo da pesquisa, possivelmente refletindo a influência persistente de um modelo educacional positivista e de relações hierarquizadas nos ambientes institucionais. A baixa adesão dos representantes setoriais às reuniões pode estar associada a um sentimento de desmotivação com o sistema público e à percepção de que o tema não é tratado como prioritário pelas instâncias de gestão. Tal percepção foi evidenciada em declarações como: *“Se é difícil até se reunir para dialogar sobre um tema importante, imagina efetivar mudanças?”* (S7) e *“Se nem os representantes dos setores conseguem participar de uma reunião, imagina quem realmente tem a caneta na mão?”* (S1).

Nesse cenário, Brandão e Streck (2006) salientam que a pesquisa participante deve considerar a realidade concreta da vida cotidiana dos sujeitos, individuais e coletivos, incluindo suas múltiplas dimensões e as interações que as atravessam. Ficou evidente que o cotidiano dos profissionais dos setores envolvidos é permeado por múltiplas demandas institucionais, as quais dificultam a disponibilidade de tempo para o engajamento em novas iniciativas. Ainda que a participação dos representantes tenha se mostrado limitada, os encontros realizados ao longo do estudo foram fundamentais para evidenciar a relevância da constituição de uma rede intersetorial comprometida com a mobilidade ativa escolar.

Nesse sentido, a pesquisa participante se configura como um dispositivo potente para estimular processos formativos críticos, promovendo não apenas a produção de conhecimento social, mas também a indução de ações transformadoras com caráter emancipatório e popular (Brandão; Streck, 2006). O diálogo, nesse contexto, emerge como elemento central das interações humanas, não apenas como ferramenta pedagógica, mas como fundamento ético e político para a (re)construção de saberes coletivos. O compartilhamento de ideias e experiências

permite não apenas o enriquecimento cultural dos sujeitos, mas também a emergência de novas possibilidades de articulação intersetorial.

Ao refletir sobre o conjunto de desafios e oportunidades enfrentados na tentativa de estabelecer uma rede de apoio à mobilidade ativa, as ideias de Ambrósio (2005) oferecem um horizonte inspirador: a partir das fissuras sociais e institucionais surgem espaços para ações legítimas e transformadoras. Assim, reconhecer e valorizar as brechas e pequenas oportunidades como potenciais de transformação se configura como uma estratégia essencial para o fortalecimento da ação política coletiva no âmbito da gestão pública municipal. Identificar os entraves e as possibilidades nesse processo é, portanto, um passo imprescindível para consolidar alianças intersetoriais duradouras, capazes de sustentar políticas públicas promotoras de saúde e equidade no território de Anápolis, GO.

6.3. Desafios e possibilidades para fortalecer a mobilidade ativa no contexto escolar

Para discutir os desafios e as possibilidades de fomento da mobilidade ativa escolar, é essencial considerar os determinantes sociais da saúde que influenciam os sujeitos que mais recorrem a essa prática no Brasil. Segundo Ferreira *et al.* (2018), a mobilidade ativa é mais prevalente entre meninos, filhos de mães com menor escolaridade - com um aumento de até 30% nesse grupo - e estudantes de escolas públicas. Esses dados evidenciam desigualdades sociais significativas, indicando que o deslocamento ativo não é necessariamente uma escolha, mas muitas vezes uma necessidade imposta por condições socioeconômicas.

No recorte regional, destaca-se que adolescentes da Região Centro-Oeste - onde situa-se a cidade da pesquisa - apresentaram menores prevalências de deslocamento ativo para a escola (Ferreira *et al.*, 2018). Esse cenário reforça tanto a urgência quanto a pertinência desta pesquisa, voltada à compreensão e ao enfrentamento das barreiras que dificultam a adoção dessa prática por crianças e adolescentes da região.

Outro dado relevante refere-se à disparidade de gênero: em todas as edições da PeNSE, as meninas apresentaram níveis de atividade física significativamente menores do que os meninos, evidenciando um desafio adicional para a promoção de práticas ativas entre adolescentes do sexo feminino (Cavalcanti, *et al.*, 2022). Tais dados indicam a necessidade de políticas públicas e ações intersetoriais que considerem as especificidades de gênero, classe e território, reconhecendo que a mobilidade ativa não pode ser pensada de forma homogênea ou descontextualizada.

Dessa forma, a mobilidade ativa escolar deve ser compreendida não apenas como um

meio de deslocamento, mas como uma estratégia estruturante de promoção da saúde e da equidade, especialmente em territórios marcados por desigualdades. Reverter esse cenário exige o fortalecimento de políticas públicas integradas, que dialoguem com as realidades locais e promovam condições favoráveis à incorporação da atividade física na vida cotidiana dos estudantes brasileiros.

A análise das informações obtidas por meio da matriz SWOT revelou que os principais desafios à mobilidade ativa no contexto escolar estão associados, sobretudo, à carência de ambientes favoráveis e à necessidade de fortalecimento das ações comunitárias. Por sua vez, as possibilidades de promoção dessa prática estão fortemente relacionadas ao reforço de ações comunitárias, à construção de políticas públicas saudáveis e à criação de ambientes favoráveis, o que demonstra uma interdependência entre os fatores analisados, conforme a síntese apresentada na figura 9 a seguir:

Figura 9 - Síntese dos desafios e possibilidades para estimular a prática da mobilidade ativa.

Desafios para incentivar a prática da mobilidade ativa escolar		Possibilidades para fomentar a prática da mobilidade ativa escolar	
Categorias	Tópicos	Categorias	Tópicos
Reforçar ações comunitárias	Cultura centrada no automóvel	Desenvolver habilidades pessoais	Difundir benefícios da mobilidade ativa
	Pouca participação social		Cultura do Ciclismo
	Falta de rede de apoio		Demanda popular para mobilidade ativa
Criar ambientes favoráveis	Infraestrutura ruim (calçadas, ciclovias, iluminação)		Participação nos esportes
	Ausência de efetividade nas políticas		Incentivar passeios de mobilidade ativa
	Tecnologia induz sedentarismo		Instituir o Dia Municipal da Mobilidade Ativa
	Relevo desfavorável	Educação no trânsito	
	Violência	Infraestrutura de ciclismo em trilhas	
Reorientar Serviços	Falta servidor	Criar ambientes favoráveis	Construir ciclovias e bicicletário nas escolas
Construir políticas públicas saudáveis	Não é prioridade política		Criar corredores de mobilidade ativa no trajeto escolar
			Preparar a escola para a mobilidade ativa
			Reorientar Serviços
		Construir políticas públicas saudáveis	Projeto de aluguel de bicicletas
			Piano de mobilidade urbana
			Projetos de Esporte
			Apoio do gestor
			Rua de Lazer
			Programa de assessoria gratuita de corrida.

Fonte: elaborada pela própria pesquisadora, 2025.

A categoria “criar ambientes favoráveis” apresenta-se como uma das mais desafiadoras no estímulo à mobilidade ativa escolar. Questões como a violência urbana, a infraestrutura inadequada e a baixa efetividade das políticas públicas foram apontadas pelos participantes da pesquisa como obstáculos recorrentes nesse campo. Em contraponto, foram destacadas como possibilidades concretas a implantação de ciclovias e bicicletários nas escolas, bem como a criação de corredores de mobilidade ativa ao longo do trajeto percorrido pelos estudantes. Tais

iniciativas sinalizam caminhos possíveis para transformar o ambiente urbano em um espaço mais acessível, seguro e acolhedor para crianças e adolescentes.

A PNPS, ao estabelecer como um de seus objetivos específicos “apoiar o desenvolvimento de espaços de produção social e ambientes saudáveis, favoráveis ao desenvolvimento humano e ao bem-viver” (Brasil, 2018, p. 11), oferece importante respaldo normativo para essas ações. A promoção de “ambientes e territórios saudáveis”, como tema transversal da PNPS, demanda a integração entre as dimensões sociais e os espaços de vida das coletividades, abrindo caminho para a incorporação da promoção da saúde às ações cotidianas, sobretudo em contextos urbanos. Essa proposta exige uma abordagem participativa e dialógica, que envolva tanto o poder público quanto a sociedade civil na construção de soluções sustentáveis.

Sob essa mesma perspectiva, Gehl (2013) enfatiza que “as ações devem corresponder às palavras, e boas estruturas físicas devem ser implementadas. O mais importante, no entanto, é trabalhar de forma genuína para convidar o cidadão a caminhar e pedalar nas cidades como parte de sua rotina diária. 'Convite' é a palavra-chave, e a qualidade urbana em pequena escala – ao nível dos olhos – é crucial” (p. 115). Ele ainda ressalta a importância das atividades de permanência, que tornam os espaços públicos vivos e atrativos. “As pessoas permanecem se um lugar for bonito, significativo e agradável. Uma boa cidade tem muito em comum com uma boa festa: os convidados ficam porque se divertem” (Gehl, 2013, p. 147). Assim, criar ambientes favoráveis à mobilidade ativa não se limita à melhoria da infraestrutura física, mas envolve a humanização dos espaços urbanos, tornando-os convites permanentes à convivência, ao movimento e ao bem-estar.

Diversos elementos são essenciais para a criação de ambientes urbanos propícios ao convívio social, devendo ser considerados no planejamento das cidades. Entre eles, destacam-se: clima agradável, localização estratégica, boa visibilidade, baixo nível de ruído e ausência de poluição. Também é fundamental que o espaço urbano proporcione vistas agradáveis, com presença de elementos como água, vegetação, flores, arquitetura de qualidade e expressões artísticas, uma vez que as pessoas buscam experiências visuais positivas e oportunidades de interação social (Gehl, 2013). Para além desses aspectos estéticos e funcionais, a criação de ambientes saudáveis demanda uma abordagem integrada e sustentável, como propõem Vinko *et al.* (2016), por meio do planejamento urbano orientado à saúde e da consolidação de parcerias público-privadas.

Nesse cenário, o fortalecimento das ações comunitárias apresenta-se como um eixo

estratégico, especialmente diante da baixa participação social, da hegemonia da cultura automobilística e da ausência de uma rede de apoio consolidada. A implementação de iniciativas como caminhadas/pedaladas comunitárias, a criação do Dia Municipal da Mobilidade Ativa e o estímulo à prática de atividades físicas são caminhos viáveis para promover a mobilidade ativa no percurso escolar. De acordo com Malta *et al.* (2016), fortalecer a PNPS requer o engajamento das comunidades nos processos de identificação e enfrentamento dos determinantes da saúde, bem como o incentivo à constituição de redes sociais de apoio e proteção.

Quanto à formulação de políticas públicas, a pesquisa identificou a baixa prioridade atribuída à temática da mobilidade ativa como um dos principais entraves. Contudo, foram reconhecidas possibilidades importantes para reverter esse cenário, como o envolvimento de gestores, o desenvolvimento de projetos esportivos, a implantação de ruas de lazer, a oferta de assessoria gratuita para corridas de rua e a inclusão da mobilidade ativa no plano de mobilidade urbana municipal.

A construção de políticas públicas eficazes e sustentáveis demanda a incorporação dos princípios da promoção da saúde, com destaque para a intersetorialidade e a participação social. A PNPS reconhece a importância de consolidar redes intersetoriais voltadas ao desenvolvimento de políticas alinhadas às realidades locais e capazes de responder às necessidades da população. Nessa perspectiva, o documento orientador destaca:

“... na perspectiva da promoção da saúde, a articulação intersetorial deve estimular e impulsionar os demais setores a considerar, na construção de suas políticas específicas, os fatores e as condições de vulnerabilidade, os riscos e as potencialidades da saúde que afetam a vida da população, responsabilizando, assim, todos os setores e fazendo com que a saúde componha as agendas de todas as políticas públicas” (Brasil, 2018, p. 8).

Além disso, entre os objetivos específicos da PNPS, destaca-se o compromisso com o fortalecimento da comunicação social e da mídia como ferramentas para ampliar o alcance das ações e para promover o debate público em torno da defesa de políticas voltadas à saúde (Brasil, 2018). Nesse contexto, a integração da mobilidade ativa escolar com políticas globais e agendas estratégicas, como a Agenda 2030 e a Nova Agenda Urbana, torna-se uma diretriz relevante, especialmente no que tange aos ODS 3 (Saúde e bem-estar), ODS 4 (Educação de qualidade), ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis) e ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima). A PNPS, nesse sentido, já aponta como objetivo “contribuir para a articulação de políticas públicas inter e intrassetoriais com as agendas nacionais e internacionais” (Brasil,

2018, p. 12).

No âmbito dos ODS 3, Moyses e Goes (2019) destacam a centralidade da saúde na Agenda 2030, evidenciando sua interdependência com dimensões sociais, econômicas, ambientais e relacionais. A promoção da saúde, nesse contexto, ultrapassa a lógica da prevenção, ao buscar o fortalecimento das comunidades por meio da melhoria das condições de vida. Em relação ao ODS 4, Tagliari e Pawlowsky (2021) argumentam que a escola deve atuar na democratização das práticas corporais, incorporando a mobilidade ativa de forma educativa e com potencial transformador. Embora as diretrizes nacionais incentivem a prática esportiva, torna-se imprescindível ampliar esse escopo, proporcionando experiências corporais diversas e significativas, conforme apontado por Cruz, Mingati e Martins (2021). O ODS 11, por sua vez, enfatiza a importância de espaços públicos seguros e acessíveis como instrumentos para a redução das desigualdades sociais (Amanajás; Klug, 2018). Por fim, ao reafirmar os princípios do ODS 13, Tagliari e Pawlowsky (2021) defendem a expansão de políticas e práticas que integrem saúde, meio ambiente e educação, tanto no âmbito da educação formal quanto nas iniciativas de caráter não formal.

Fajardo (2017) caracteriza a mobilidade urbana no Brasil como desumana, ao argumentar que, apesar de avanços pontuais, a plena cidadania ainda não é assegurada em um contexto urbano que não contempla as necessidades de toda a população. A mobilidade no país reflete diretamente as desigualdades sociais, uma vez que o acesso aos meios de transporte frequentemente está condicionado à renda. Indivíduos em situação de vulnerabilidade enfrentam maiores dificuldades de deslocamento, agravadas por um sistema ineficiente, inseguro e oneroso, especialmente para aqueles que percorrem longas distâncias. Pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida também enfrentam barreiras significativas à circulação.

O autor ressalta ainda que tanto o Estatuto da Cidade quanto a Nova Agenda Urbana, apesar de suas formulações há mais de uma década, não conseguiram alcançar efetividade prática em boa parte dos municípios brasileiros. Segundo ele, os planos diretores, instrumento central de ordenamento urbano, muitas vezes são elaborados apenas para atender formalidades legais, desvinculados das demandas reais das cidades.

Em contraposição, Amanajás e Klug (2018) defendem que o Estatuto da Cidade representa um avanço importante, ao reafirmar o plano diretor como principal instrumento de implementação do direito à cidade. A legislação propõe mecanismos jurídicos e políticos voltados à redução das desigualdades socioespaciais e à democratização da gestão urbana. Com base nesse marco legal, busca-se fomentar cidades sustentáveis, assegurando direitos como acesso à terra, moradia digna, saneamento básico, transporte de qualidade, serviços públicos,

trabalho e lazer.

A Nova Agenda Urbana, por sua vez, apresenta uma proposta estratégica global para enfrentar os desafios da urbanização, destacando o papel das cidades na promoção da prosperidade, inclusão e resiliência. Segundo a ONU (2020), aproximadamente 80% da atividade econômica mundial é gerada em áreas urbanas, o que evidencia sua relevância para o desenvolvimento sustentável. Dessa forma, torna-se fundamental alinhar as políticas nacionais aos planos de ação propostos por essa agenda, fortalecendo redes de colaboração que priorizem o planejamento com foco na dimensão humana, no bem-estar e na equidade social.

Entre os eixos centrais da Nova Agenda Urbana, destaca-se o transporte sustentável, essencial para cidades mais inclusivas e saudáveis. A importância do tema é reforçada por dados alarmantes: o setor de transportes é responsável por cerca de 23% das emissões globais de gases de efeito estufa e contribui anualmente para 1,24 milhão de mortes em acidentes de trânsito (ONU, 2020). Para mitigar esses impactos, a ONU recomenda a ampliação do acesso ao transporte público eficiente, o estímulo ao uso de bicicletas e o incentivo ao deslocamento a pé, integrando essas estratégias a modelos de uso do solo mais sustentáveis.

Nesse cenário, a promoção da mobilidade ativa e do planejamento urbano sustentável surge como uma estratégia imprescindível para a construção de cidades resilientes e equitativas. No Brasil, enfrentar as desigualdades no acesso à mobilidade exige políticas públicas que promovam justiça socioespacial e garantam o direito à cidade. Tanto a Agenda 2030 quanto a Nova Agenda Urbana oferecem diretrizes valiosas, mas sua concretização demanda esforços articulados entre os diferentes níveis de governo, a sociedade civil e o setor privado.

Além disso, é importante articular o tema da mobilidade ativa escolar com programas como o Saúde na Escola e outras estratégias de promoção da saúde, a fim de consolidar um modelo de desenvolvimento urbano comprometido com a equidade, a sustentabilidade e a qualidade de vida. Em acréscimo, a valorização dos deslocamentos ativos, o fortalecimento do transporte coletivo e a qualificação dos espaços públicos são caminhos indispensáveis para promover ambientes urbanos saudáveis. A mobilidade ativa, nesse sentido, deve ser entendida não apenas como uma alternativa de transporte, mas como um direito fundamental vinculado à saúde, ao desenvolvimento humano e à justiça socioambiental.

Por fim, a efetivação das metas estabelecidas nas agendas globais requer o fortalecimento de uma nova diplomacia das cidades, como apontam Resende e Krause (2016), pautada na reconfiguração das estruturas de governança urbana. Essa perspectiva pressupõe uma maior proximidade entre as instituições multilaterais e os territórios, bem como a ampliação da participação social nos processos decisórios, de modo a construir políticas

públicas mais aderentes às realidades locais.

6.4. Apontando caminhos e realizando contribuições.

Ao sistematizar uma carta de intenções com base nas análises realizadas por meio das matrizes SWOT - contemplando recomendações dirigidas ao poder público, setores estratégicos, comunidade acadêmica, pesquisadores e sociedade civil - e ao promover um Seminário Municipal sobre mobilidade ativa escolar, esta pesquisa avançou na implementação das três estratégias centrais da promoção da saúde. Tais iniciativas favoreceram a mediação de debates intersetoriais, estimularam o diálogo entre gestores e representantes de diferentes áreas, além de envolver docentes de educação física em reflexões sobre sua prática pedagógica. Nesse processo, defendeu-se a mobilidade ativa no contexto escolar como uma prática fundamental para a promoção da saúde, e comunicou os resultados preliminares do estudo aos professores e apresentou sugestões práticas para os setores, acompanhados de propostas viáveis para a execução de ações intersetoriais concretas.

No tocante às abordagens da promoção da saúde, Mendes, Fernandez e Sacardo (2016) apontam que estas se debruçam sobre temas complexos e singulares, como a vida e a saúde, os quais estão profundamente inseridos em contextos sociais, culturais e subjetivos - dimensões nem sempre abarcadas pelas evidências científicas. Os autores criticam as intervenções focadas exclusivamente na transmissão de informações para a mudança comportamental, pois tendem a responsabilizar o indivíduo, desconsiderando sua autonomia e capacidade de análise e transformação da realidade. Em contrapartida, destacam a eficácia de ações que valorizam a participação ativa e a construção de sentido, promovendo uma articulação entre teoria e prática, essencial para uma formação crítica e politicamente engajada em saúde. Nessa direção, Silva *et al.* (2013) ressaltam a importância de democratizar espaços de encontro que favoreçam a potência dos sujeitos e a construção coletiva do cuidado.

Sob essa perspectiva, a carta de intenções e o Seminário Municipal constituíram estratégias que aproximaram saberes e práticas, fomentando espaços dialógicos e experiências compartilhadas que ampliaram a consciência dos participantes sobre a importância da mobilidade ativa escolar. Tais ações colaboraram para a formação de sujeitos e setores comprometidos politicamente com a temática, fortalecendo o debate sobre a promoção da saúde nas escolas e contribuindo para o delineamento de políticas públicas mais integradas, participativas e contextualizadas.

No campo da comunicação - uma das estratégias da promoção da saúde - Moraes (2006)

oferece uma reflexão relevante ao afirmar que, nas disputas de interesses, poder e saber estão intrinsicamente conectados. Em um contexto no qual o exercício do poder político depende cada vez mais da capacidade de acessar, compreender e utilizar informações e conhecimentos, tais elementos adquirem papel estratégico nas lutas por reconhecimento e transformação social. Nesse sentido, a informação qualificada e a democratização do acesso ao conhecimento são estratégias para ampliar a capacidade de intervir no contexto pesquisado.

A elaboração da carta de intenções e a realização do Seminário Municipal sobre mobilidade ativa escolar devem ser compreendidas como marcos iniciais de um processo contínuo e desafiador de inserção do tema na agenda pública. Tais ações visam não apenas fortalecer o debate intersetorial, mas também gerar subsídios para o avanço de políticas públicas orientadas pela equidade em saúde. Moraes (2006) reforça a importância de uma prática comunicativa crítica, na qual a articulação entre informação, conhecimento e ação constitui um ato político transformador, alinhado à perspectiva utópica de uma cidadania ativa e engajada.

Nesse contexto, a carta de intenções foi concebida como uma contribuição concreta à formulação de estratégias que valorizem a mobilidade ativa no ambiente escolar, com foco na melhoria da qualidade de vida de crianças e adolescentes. Tal proposta da pesquisa está alinhada à responsabilidade de assegurar investimentos necessários para sua concretização, ao empoderamento das comunidades escolares e ao reconhecimento das particularidades dos diferentes contextos. A esse respeito, a Carta de Ottawa destaca que as ações de promoção da saúde devem ser sensíveis às realidades sociais, culturais e econômicas de cada território, e que a saúde deve ser reconhecida como um investimento prioritário dos governos, além de um dos maiores desafios contemporâneos (OMS, 1986).

A aproximação ao contexto da mobilidade ativa escolar, por meio da escuta dos sujeitos, da identificação de desafios e oportunidades, e da construção de redes intersetoriais - como no caso do município de Anápolis, GO - constitui um passo essencial para a proposição de intervenções eficazes e ajustadas às demandas locais.

A participação dos professores de educação física no Seminário revelou-se estratégica para potencializar o debate e ampliar a compreensão sobre a mobilidade ativa nas escolas. Entre as propostas sugeridas, destacou-se a realização periódica do evento como espaço de compartilhamento de experiências, reflexão coletiva e fortalecimento de práticas educativas alinhadas à promoção da saúde.

Nesse sentido, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2022) destaca que os sistemas educacionais devem dispor de políticas, estratégias e recursos institucionalizados para promover o bem-estar em todos os aspectos da vida escolar. Isso inclui desde a formação dos

docentes até a governança escolar, ancorada em processos participativos que envolvam toda a comunidade escolar.

Ao serem indagados sobre estratégias para difundir a mobilidade ativa e incentivar sua prática, os professores apontaram ações alinhadas a três áreas de atuação: o desenvolvimento de habilidades pessoais, a criação de ambientes favoráveis e a reorientação dos serviços. Entre as sugestões, destacam-se: recompensas para estudantes que utilizam modos ativos de deslocamento, dias temáticos de incentivo, investimentos em infraestrutura, mediação pedagógica nas aulas e envolvimento das equipes gestoras.

Para tanto, torna-se necessária uma reconfiguração dos sistemas educacionais, pautada na adoção do modelo de escolas promotoras de saúde, que pressupõe o fornecimento de recursos adequados, apoio técnico e institucional e uma gestão comprometida com o bem-estar integral dos estudantes. Iniciativas como o PSE constituem exemplos de políticas públicas que podem ser fortalecidas nessa direção. Em concordância, conforme enfatiza a OPAS (2022, p. 1): “Cada vez mais os governos e as comunidades escolares reconhecem que a saúde, o bem-estar e os desfechos educacionais estão intimamente interligados e que as escolas são recursos importantes para influenciar a saúde e o bem-estar de estudantes, famílias e a comunidade ampliada.”

Ao serem questionados sobre como compor e fortalecer uma rede de atores e setores para estimular a mobilidade ativa escolar em Anápolis, GO, os professores de educação física destacaram três principais categorias de ação: desenvolvimento de habilidades pessoais, reforço das ações comunitárias e construção de políticas públicas. Dentre essas, prevaleceram as iniciativas relacionadas ao fortalecimento comunitário, com sugestões como a continuidade do Seminário, a criação de grupos de estudo temáticos e a efetivação do projeto MOTIVE, idealizado pela pesquisadora.

Nesse sentido, o Seminário intitulado *MOTIVA ESCOLA – Mobilidade Ativa no Contexto Escolar* - emerge como uma iniciativa interessante para consolidar as escolas como espaços promotores de saúde. Caso se torne um evento periódico, conforme proposto pelos participantes, poderá fomentar o engajamento contínuo da comunidade escolar, possibilitando um ambiente favorável ao diálogo intersetorial e ao desenvolvimento de práticas voltadas à promoção da saúde e à mobilidade ativa no cotidiano escolar.

As contribuições apresentadas pelos professores durante o Seminário (Quadro 7 dos resultados, p. 62) evidenciam uma orientação predominantemente positivista em sua formação e atuação profissional. Expressões como “recompensar estudantes” e “contribuir para

alcançarem a recomendação de atividade física semanal” refletem uma abordagem voltada ao cumprimento de metas e indicadores biométricos, característicos de uma perspectiva epidemiológica de saúde.

Tal constatação, entretanto, não busca reforçar a dicotomia que historicamente permeia a área da Educação Física, mas sim provocar uma reflexão crítica sobre a pluralidade epistemológica e ideológica que marca esse campo de saberes e práticas. É necessário reconhecer que essa perspectiva positivista não se restringe a esses profissionais específicos, mas está enraizada em processos históricos mais amplos que moldaram a constituição da Educação Física como disciplina escolar e campo científico.

Compreender esse cenário demanda o resgate da trajetória histórica do campo, que se construiu a partir da interseção entre os paradigmas das ciências naturais e das ciências humanas e sociais. Esses enfoques, muitas vezes conflitantes, sustentam os debates epistemológicos e as tensões político-ideológicas que permeiam a Educação Física, influenciando tanto a formação acadêmica quanto a atuação docente. Essa condição paradoxal contribuiu para a indefinição dos objetos, métodos e linguagens próprios do campo, dificultando sua consolidação como área de conhecimento autônoma no âmbito científico (Nogueira; Bosi, 2017).

Portanto, ao considerar a mobilidade ativa como uma prática educativa e promotora de saúde, é imprescindível adotar uma abordagem crítica e intersetorial que vá além das prescrições normativas e quantitativas. Isso implica repensar os referenciais pedagógicos da Educação Física, valorizando a autonomia dos sujeitos e sua inserção nos contextos sociais, culturais e territoriais, conforme orientam os princípios da promoção da saúde.

Desde o final da década de 1990, o campo da Educação Física no Brasil tem se inserido ativamente nos debates sobre saúde, apresentando as práticas corporais como uma estratégia emergente de promoção do bem-estar, especialmente ao se aproximar dos territórios, e questionando a visão biologicista que relaciona atividade física e saúde (Carvalho, 1993). Mais recentemente, a Educação Física também tem contribuído para as discussões sobre o meio ambiente e a sustentabilidade, alinhando-se aos ODS e às práticas corporais, incluindo a mobilidade ativa (PNUD, 2017; Tagliari; Pawlowsky, 2021). Embora essas ações críticas da Educação Física no campo da saúde ocorram de maneira gradual e, por vezes, incipiente, elas representam um avanço significativo na superação do paradigma hegemônico que historicamente fundamentou esse campo científico, concorrendo para a aproximação da Educação Física com a Saúde Coletiva.

Desse modo, Loch, Rech e Costa (2020) reiteram que a Saúde Coletiva tem uma relação

frágil com a Educação Física e também com outras áreas da saúde. Apesar dos avanços na inserção da Educação Física no campo da Saúde Coletiva, notadamente por meio de sua atuação no SUS, diversos estudos evidenciam lacunas significativas na formação dos profissionais da área para o desempenho qualificado dessas funções (Loch; Rech; Costa, 2020; Silva *et al.*, 2018; Lima *et al.*, 2015). Essa fragilidade formativa pode repercutir diretamente na atuação e nas concepções dos professores de educação física, inclusive daqueles inseridos no ambiente escolar. A predominância de uma formação ancorada nos paradigmas das ciências biomédicas ainda se faz presente nos cursos de graduação e nos programas de pós-graduação, especialmente nas instituições de ensino superior privadas, o que limita a compreensão ampliada da saúde e restringe as possibilidades de atuação intersetorial e crítica.

Diante dessa conjuntura, torna-se urgente uma reestruturação dos currículos dos cursos de Educação Física, com o objetivo de incorporar, desde as etapas iniciais da formação, vivências integradas com os princípios e práticas da Saúde Coletiva. Essa reformulação curricular não se resume à inserção pontual de disciplinas temáticas, mas requer uma mudança estrutural que reconheça e valorize as práticas corporais como elementos centrais na promoção de uma saúde coletiva pautada na integralidade, na equidade e na determinação social dos processos de saúde e doença (Taffarel; Castellani Filho, 2011)

Nesse contexto, autores como Mantovani, Maldonado e Freire (2021) contribuem para o debate ao problematizarem a interface entre a educação física escolar e a concepção ampliada de saúde. A partir de uma revisão integrativa, os autores identificaram que, embora a promoção da saúde seja frequentemente mencionada como perspectiva teórica, os conteúdos trabalhados nas aulas ainda priorizam aspectos biológicos do exercício físico. Ademais, observou-se que, mesmo quando o tema da saúde está presente, a análise do contexto escolar - essencial para compreender a relação entre saúde e educação física - permanece negligenciada.

Tais constatações reforçam a necessidade de expandir as fronteiras da discussão no campo da Educação Física, incorporando os referenciais teórico-metodológicos da Saúde Coletiva e, sobretudo, aproximando-se das realidades escolares. Trata-se de compreender a saúde como um fenômeno coletivo, historicamente construído e influenciado por determinantes sociais, e não como uma responsabilidade exclusivamente individual. Nesse sentido, a formação e a prática docente em educação física devem estar alinhadas a uma perspectiva crítica, que reconheça o papel da escola como espaço privilegiado para a construção de políticas públicas integradas e promotoras de saúde.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação física escolar tem muito a contribuir em temas de promoção da saúde, necessitando, para tal, subverter o discurso e a perspectiva utilitarista. Um exemplo é a mobilidade ativa que, enquanto prática corporal, promove sustentabilidade ambiental, inclusão social e saúde. Reconhecida como um direito social, deve contribuir para a superação das iniquidades em saúde. Em termos teóricos, é no encontro com a Saúde Coletiva que essa Educação Física crítica deve se apoiar, se apropriando das determinações sociais da saúde.

Em termos das práticas no território, o PSE representa uma oportunidade estratégica para promover a mobilidade ativa no contexto escolar, aproximando os setores da saúde e da educação. Ambos setores devem se aproximar das realidades locais, ampliando suas contribuições para a formação de indivíduos críticos e protagonistas na construção de culturas mais saudáveis e cidades mais sustentáveis. O professor de educação física pode ser um ótimo articulador dessas estratégias, mesmo considerando que o tema da mobilidade ativa precisa ser transversal ao currículo escolar.

No entanto, a efetivação dessa transformação demanda mais do que a atuação profissional. É necessário o fortalecimento de redes colaborativas envolvendo diversos atores sociais, setores institucionais e campos do saber, condição fundamental para o enfrentamento das desigualdades e para a inserção qualificada da mobilidade ativa nas pautas de debate e nas agendas públicas. Enquanto o tema não for reconhecido como prioridade pelas instâncias gestoras, a consolidação de uma articulação intersetorial permanecerá limitada, uma vez que os servidores enfrentam dificuldades em alocar tempo e recursos para se engajar de forma contínua nessas iniciativas.

A promoção da mobilidade ativa no contexto escolar envolve o fortalecimento de ações comunitárias, a formulação de políticas públicas e a criação de ambientes favoráveis à prática. Por outro lado, os principais obstáculos identificados para sua efetivação concentram-se justamente nas dimensões de construção de ambientes adequados e no estímulo à participação comunitária. No que se refere à formação de uma rede intersetorial, os desafios observados dizem respeito à necessidade de desenvolver habilidades individuais, reorientar os serviços existentes e elaborar políticas públicas integradas. Entre as prioridades apontadas para consolidar essa articulação intersetorial, destacam-se a reorientação dos serviços e o fortalecimento das ações no território junto à comunidade.

A efetivação das políticas públicas mostra-se essencial para enfrentar os entraves estruturais e culturais que ainda limitam a promoção da saúde e o avanço em direção à

sustentabilidade. Nesse cenário, a mobilidade ativa se configura como uma estratégia potencial para integrar diferentes setores, possibilitando sua consolidação como prática cotidiana, com início no ambiente escolar e expansão para os espaços urbanos. Para tanto, torna-se crucial compreender os contextos socioterritoriais e evidenciar as iniquidades existentes, a fim de subsidiar propostas concretas que estimulem a mobilidade como expressão das práticas corporais voltadas à promoção da saúde. As ações desenvolvidas no âmbito desta pesquisa - como a construção da Carta de Intenções, a realização de Reuniões e do Seminário - favoreceram a meta de advogar, mediar e comunicar intersetorialmente, fortalecendo redes colaborativas em prol da mobilidade ativa no ambiente escolar.

Estudos adicionais sobre a mobilidade ativa escolar no Brasil devem envolver diversos setores e atores, propondo abordagens mais abrangentes e iniciativas viáveis, sustentáveis e inclusivas, apontando caminhos para a transformação de culturas e contextos, com o objetivo de construir ambientes escolares mais saudáveis e cidades mais sustentáveis. A Educação Física, com sua inserção tanto no campo da saúde como da educação, por meio do PSE, pode desempenhar um papel relevante nessa construção.

8. REFERÊNCIAS

- AKERMAN, M. et al. Intersetorialidade? IntersetorialidadeS! *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(11):4291-4300, 2014.
- ALENCAR, G. M. P.; CATRIB, A. M. F.; LOURINHO, L. A. et al. O desafio da intersetorialidade: processo de implantação do programa saúde na escola no município de Fortaleza – Ceará. In Oliveira et al. (orgs). Fortaleza: EdUECE. 2017.
- ALVIM, A. T. B.; IZAGA F. G.; CLAPS R. F. (org), Mobilidade urbana em perspectiva: novos olhares sobre as dinâmicas da cidade contemporânea. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 26, n. 60, pp. 413-321, 2024.
- AMANAJÁS, R.; KLUG, L. Direito à cidade, cidades para todos e estrutura sociocultural urbana. In: A Nova Agenda Urbana e o Brasil: insumos para sua construção e desafios a sua implementação. Organizadores: Costa, M. A.; Magalhães, M. T. Q.; Favarão, C. B. – Brasília: Ipea, 2018.
- AMBRÓSIO, M. C. A Educação como Processo de Transformação: Fissuras e Espaços de Resistência. São Paulo: Cortez, 2005.
- ANDRADE, E.; FRANCESCHINI, M. O. O direito à cidade e as agendas urbanas internacionais: uma análise documental. Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação em Cidades Saudáveis, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 2017.
- ANDRADE, P. M. C.; SILVA, R. T.; PEREIRA, T. P.; SILVA, B. R. V. S.; SANTIAGO, L. C. S.; LORENA SOBRINHO, J. E.; CARDOSO, M. D. Abrangência do Programa Saúde na Escola em Vitória de Santo Antão-PE. *Saúde Debate*, Rio de Janeiro, v. 46, n. Especial 3, p. 62-71, nov. 2022.
- ANDRADE, V.; RODRIGUES, J.; MARINO, F.; LOBO, Z. (Organizadores). Mobilidade por bicicleta no Brasil. Rio de Janeiro: PROURB/UFRJ, 2016.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES PÚBLICOS – ANTP. Relatório 2018 – Sistema de Informações da Mobilidade Urbana (SIMOB) da ANTP. Maio de 2020. Disponível em: <https://www.antp.org.br/>. Acesso em: 11 out 2024.
- BARBOSA, S. C.; COLEDAM, D. H. C.; STABELINI NETO, A. et al. Ambiente escolar, comportamento sedentário e atividade física em pré-escolares. *Rev Paul Pediatr*. 2016;34(3):301-308.
- BASTONE, A. et al. Time trends of physical activity for leisure and Transportation in the Brazilian adult population: results from Vigitel, 2010-2019. *Cadernos e Saúde Pública*, v. 38, n. 10, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/V5spPCv3hbv8bH7CFBfqbp/?lang=en#ModalTutors>. Acesso: 01 out 2024.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S.K. Qualitative Research for Education. Boston, Allyn and Bacon, Inc. 1982.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. Pierre Bourdieu. Col. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983, p. 122-155.

BRACHT, V. A constituição das teorias pedagógicas da Educação Física. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 19, n. 48, p. 69-88, ago. 1999. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-32621999000100005>.

BRAND, C. et al. Ambiente escolar, comportamento sedentário e atividade física em pré-escolares. *Revista Paulista de Pediatria*, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 56–63, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rpp/a/sVzVr4z3RtTM9cG4wrKHFwt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 abr 2025.

BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. (Org.). *Pesquisa participante: o saber da partilha*. São Paulo: Ideias & Letras, 2006.

BRASIL. 2024. Criação de Política Nacional de Práticas Corporais e Atividades Físicas. 2024. Disponível em <<https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/agosto/criacao-de-politica-nacional-de-praticas-corporais-e-atividades-fisicas>>, publicado em 15/08/2024)

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde na Escola é retomado com R\$ 90,3 mi e adesão de 99% dos municípios. Brasília, 7 ago. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/08/saude-na-escola-e-retomado-com-r-90-3-mi-e-adesao-de-99-dos-municipios>. Acesso em: 18 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia de Bolso do Programa Saúde na Escola: promoção da atividade física [recurso eletrônico]/Ministério da Saúde, Ministério da Educação. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos não Transmissíveis no Brasil 2021-2030 [recurso eletrônico] /Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. Brasília: Ministério da Saúde, 2021a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia de Atividade Física para a População Brasileira. Brasília, DF: MS; 2021b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde; Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde: PNPS: Anexo I da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude.pdf. Acesso em: 13 ago 2024.

BRASIL. Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Brasil 2017. Brasília: Secretaria de Governo da Presidência da República, 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/39049772/OBJETIVOS_DE_DESENVOLVIMENTO_SUSTENT

[%C3%81VEL Brasil 2017 RELAT%C3%93RIO NACIONAL VOLUNT%C3%81RIO S OBRE OS](#). Acesso em: 12 set 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância à Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde: PNaPS: revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006 / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância à Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Estatuto da cidade e desenvolvimento urbano. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Cidades Saudáveis: promoção da saúde e desenvolvimento sustentável. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br>. Acesso em: 20 mar 2025.

BRASIL. Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde. As Causas Sociais das Iniquidades em Saúde no Brasil. – Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. Disponível em <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfndmkaj/https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/causas_sociais_iniquidades.pdf>. Acesso em 13 fev 2025.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola – PSE, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 6 dez. 2007.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jul. 2001. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2001/110257.htm>. Acesso em: 5 jan. 2025.

BREILH, J. Epidemiologia: economia, política e saúde. São Paulo: Unesp/Hucitec, 1991.

BUSS, P. M.; CARVALHO, A. I. de. Desenvolvimento da promoção da saúde no Brasil nos últimos vinte anos (1988-2008). Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, p. 2305-2316, 2009.

BUSS, P. M.; HARTZ, Z. M. A.; PINTO, L. F.; ROCHA, C. M. F. Promoção da saúde e qualidade de vida: uma perspectiva histórica ao longo dos últimos 40 anos (1980-2020). Ciência & Saúde Coletiva, 25(12):4723-4735, 2020. DOI: 10.1590/1413-812320202512.15902020.

CABRAL, R.; GEHRE, T. (Org.). Guia Agenda. 2030: Integrando ODS, Educação e Sociedade. São Paulo: LM, 2020.

CARVALHO. Y. M. C. O mito da atividade física e saúde. Campinas: Unicamp, 1993.

CASPERSEN, C. J.; POWELL, K. E.; CHRISTENSON, G. M. Physical activity, exercise, and physical fitness: definitions and distinctions. Public Health Reports, v. 100, n. 2, p. 126-131, 1985.

CAVALCANTI, T. L. et al. Tendência temporal de atividade física em adolescentes brasileiros: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), 2009–2019. Cadernos de Saúde Pública, v.

38, n. 12, e00137722, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/mmyzJX99kwq7WwbnjJktFgF/>. Acesso em: 23 fev 2025.

CRUZ, S. R. S.; MINGATI, G. Z.; MARTINS, P. A Escola e a Mobilidade Sustentável: Guia de atividades - Ensino Fundamental I – 1º ao 5º ano - 6 a 10 anos. Volume 3. Fundação Mapfre. São Paulo. 2021.

DECASTRO, J.; SALDANHA, L.; BALASSIANO, R. Caminhabilidade: Expressão do metabolismo urbano. In: Cidades de pedestres: A caminhabilidade no Brasil e no mundo / Victor Andrade & Clarisse Cunha Linke (organizadores). – Rio de Janeiro: Babilonia Cultura Editorial, 2017.

FAJARDO, W. Caminhabilidade e vitalidade urbana. In: Cidades de pedestres: A caminhabilidade no Brasil e no mundo/Victor Andrade & Clarisse Cunha Linke (organizadores). – Rio de Janeiro: Babilonia Cultura Editorial, 2017.

FERNANDES, L. A et al. Trajetória dos 15 anos de implementação do Programa Saúde na Escola no Brasil. Saúde Debate. Rio de Janeiro, V. 46, N. Especial 3, p. 13-28, NOV 2022.

FERREIRA et al., Desigualdades sociodemográficas na prática de atividade física de lazer e deslocamento ativo para a escola em adolescentes: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE 2009, 2012 e 2015). Cad. Saúde Pública 34 (4) • 2018.

FLEURY, S.; PINHEIRO, R.; BUSS, M. P. (org.). Saúde e democracia: história do movimento sanitário. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

FREITAS, A. P. de O.; CARDOSO, L.; D'ÁVILA, R. F. Ciência cidadã e a (re)descoberta da caminhabilidade sob a ótica infantojuvenil. Cad. Metrop., São Paulo, v. 26, n. 60, pp. 805-827, maio/ago 2024.

GEHL, Jan, 1936. Cidades Para Pessoas / Jan Gehl; tradução Anita Di Marco. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GIATTI, L. L. O caráter adaptativo da pesquisa participativa: rompendo com a monocultura de saberes. In: Pesquisa participativa em saúde: vertentes e veredas/Organizadores Toledo, Renata Ferraz de et al. São Paulo: Instituto de Saúde, 2018.

GIOVANELLA, L., ESCOREL, S., LOBATO, L. V. C. et al. (eds). Políticas e sistemas de saúde no Brasil [online]. 2nd ed. rev. and enl. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012, 1097 p. ISBN: 978-85-7541-349-4. <https://doi.org/10.7476/9788575413494>. Disponível em < [Políticas e sistema de saúde no Brasil](#)>. Acesso em 29.abr.2025.

GOMES, I. M. In.; FRAGA, A. B.; CARVALHO, Y. M. de (orgs). Práticas Corporais no Campo da Saúde: uma política em formação [recurso eletrônico] – Porto Alegre: Rede UNIDA, 2015.

HOBBS, J.; CAVALCANTI, C. B.; DURAN-ORTIZ, M. et al. Desenvolvimento orientado ao transporte: como criar cidades mais compactas, conectadas e coordenadas - recomendações para os municípios brasileiros. Monografia do BID; 841. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Anápolis. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/anapolis/panorama>. Acesso em: 10 set. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar: 2019. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Relatório Brasileiro para a Habitat III. Brasília: ConCidades, IPEA, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar: 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

KNUTH, A. G.; ANTUNES, P. C. Práticas corporais/atividades físicas demarcadas como privilégio e não escolha: análise à luz das desigualdades brasileiras. Saúde Soc. São Paulo, v.30, n.2, e200363, 2021.

LAROUCHE R.; MAMMEN G.; ROWE D.A.; FAULKNER G. Effectiveness of active interventions in school transport: a systematic review and update. BMC Public Health. 2018.

LEFEBVRE, H. Le droit à la ville. Paris: Anthropos, 1968.

LIMA, R. O.; ANDRELLA, J. L.; SILVA, J. F.; TRAPÉ, A. A. Desafios na formação em Educação Física para a atuação com a saúde coletiva: entre generalidades e especificidades. Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde, v. 20, n. 2, p. 1-10, 2015. Disponível em: <https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/15070>. Acesso em: 26 nov 2024.

LOBO, Z.; ANDRADE, V.; RODRIGUES, J. (coord). Perfil ciclista brasileiro: pesquisa nacional sobre mobilidade por bicicletas 2021. Transporte ativo. 2021.

LOCH, M. R.; RECH, C. R; COSTA, F. F. A urgência da Saúde Coletiva na formação em Educação Física: lições com o COVID-19. Ciência & Saúde Coletiva, 25(9):3511-3516, 2020.

LOPES, I. E.; NOGUEIRA, J. A. D.; ROCHA, D. G. Eixos de ação do programa saúde na escola e promoção da saúde: revisão integrativa. Saúde Debate. Rio de Janeiro, V. 42, N. 118, P. 773-789, Jul-Set 2018.

MADEIRA, F. B. et al. Estilos de vida, habitus e promoção da saúde: algumas aproximações. Saúde Soc. São Paulo, v.27, n.1, p.106 - 115, 2018.

MALATESTA, M. Caminhabilidade e segurança: O desafio do desenho urbano nas cidades brasileiras. In: Cidades de pedestres: A caminhabilidade no Brasil e no mundo / Victor Andrade & Clarisse Cunha Linke (organizadores). – Rio de Janeiro: Babilonia Cultura Editorial, 2017.

MALTA, D. C.; ANDRADE, S. S. C.; FONTENELLE, L. F.; et al. Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS): capítulos de uma caminhada ainda em construção. Cadernos de Saúde Pública, v. 32, n. 1, p. 7-19, 2016. DOI: 10.1590/0102-311X00192915.

MANTA, S. W.; CAVALCANTE, F. V. S. A.; PETRECA, D.R. et al. Ações de práticas

corporais e atividade física no Programa Saúde na Escola por ciclos de adesão (2014 a 2020). *Saúde debate* 46 (spe3). 2022.

MANTOVANI, T. V. L.; MALDONADO, D. T.; FREIRE, E. dos S. A relação entre saúde e educação física escolar: uma revisão integrativa. *Revista Movimento* 27, 2021. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.106792>

MARICATO, E. O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2011.

MENDES, R.; FERNANDEZ, J.C.A.; SACARDO, D.P. Promoção da saúde e participação: abordagens e indagações. *Saúde Debate*. Rio de Janeiro, V. 40, N. 108, P. 190-203, Jan-Mar 2016.

MORAES, I. H. S. de. Informação em saúde para o exercício do controle social: a luta pela democratização e qualidade da informação. In: Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Coletânea de comunicação e informação em saúde para o exercício do controle social / Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006.

MOYSES, S. T.; GOES, P. S. A. de. Objetivos do desenvolvimento sustentável e promoção da saúde: uma aliança necessária ao enfrentamento das doenças crônicas. *Anais Fac Med Olinda, Recife*, 2019;2(2):62.

NEIRA, M. G.; GRAMORELLI, L. C. Embates em torno do conceito de cultura corporal: gênese e transformações. XIX CONBRACE. VI CONICE. 8 a 13 de setembro de 2015. Vitória – ES.

NOGUEIRA, J. A. D.; BOSI, M. L. M. Saúde Coletiva e Educação Física: distanciamentos e interfaces. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(6):1913-1922, 2017.

NOGUEIRA, J. A. D.; ROCHA, D. G.; AKERMAN, M. Políticas públicas adoptadas en la pandemia de la COVID-19 en tres países de América Latina: contribuciones de la Promoción de la Salud para no volver al mundo que existía. *Global Health Promotion*, v. 28, n. 1, p. 117-126, 2021.

OLIVEIRA, R. B.; SILVA, R. G. Ciências da atividade física como protagonista de uma agenda multisetorial de pesquisa e advocacy na promoção da mobilidade ativa. *Rev Bras Ativ Fís Saúde*. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). World Cities Report 2022: Envisaging the Future of Cities. Nairobi: United Nations Human Settlements Programme, 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). A nova agenda urbana. Tradução: ONU Habitat Brasil. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio). 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Relatório sobre o Ponto de Situação

Global da Atividade Física 2022: sumário executivo. 2022. Tradução: Programa Nacional para a Promoção da Atividade Física (PNPAF) da Direção-Geral da Saúde (DGS).

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Diretrizes da OMS para atividade física e comportamento sedentário: num piscar de olhos. Genebra: Organização Mundial de Saúde, 2020. Tradução de CAMARGO, Edna Maria de; AÑEZ, Ciro Romélio Rodriguez.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Plano de ação global de atividade física 2018–2030: mais pessoas ativas para um mundo mais saudável. Genebra: WHO, 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Health in All Policies: Helsinki Statement: Framework for Country Action. 2013. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/health-in-all-policies-helsinki-statement>. Acesso em: 5 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). The Ottawa Charter for Health Promotion. Genebra: WHO, 1986.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Transformar cada escola em uma escola promotora de saúde: padrões e indicadores globais. Washington, D.C.: OPAS, 2022. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/55710>. Acesso em: 5 mar. 2025.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). Agenda Convergente: Mobilidade Sustentável e Saúde – Documento de Referência. Brasília, DF: OPAS, 2020. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/53147>. Acesso em: 5 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). Marco de referência sobre a dimensão comercial dos determinantes sociais da saúde: articulação com a agenda de enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2020.

OSMO, A.; SCHRAIBER, L. B. O campo da Saúde Coletiva no Brasil: definições e debates em sua constituição. Saúde Soc. São Paulo, v.24, supl.1, p.205-218, 2015.

PANG, B.; KUBACKI, K.; RUNDLE-THIELE, S. Promoting active travel to school: a systematic review (2010–2016). BMC Public Health. 2017.

RESENDE, L. F. L.; KRAUSE, C. Contribuições dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para uma Nova Agenda Urbana. In: BALBIM, R. (Org.). Geopolítica das cidades: velhos desafios, novos problemas. Brasília: Ipea, 2016.

ROCHA, D.; AKERMAN, M. Determinação social da saúde e promoção da saúde: isto faz algum sentido para a estratégia de saúde da família? Em que sentido podemos seguir? In: SOUZA; FRANCO; MENDONÇA. Saúde da Família nos municípios brasileiros: os reflexos dos 20 anos do espelho do futuro. Campinas – SP: Saberes Editora, 2014.

RUMOR, P. C. F. *et al.* Programa Saúde na Escola: potencialidades e limites da articulação intersetorial para promoção da saúde infantil. Saúde Debate. Rio de Janeiro, V 46, N. Especial 3, p. 116-128, NOV 2022.

SÁ, T. H. *et al.* Diferenças socioeconômicas e regionais na prática do deslocamento ativo no Brasil. *Revista de Saúde Pública*, v. 50, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/3hzKJwbS5T4gLPVWXHrjFqx/?lang=pt>. Acesso: 01 out 2024.

SALLIS, J. F. *et al.* Physical activity in relation to urban environments in 14 cities worldwide: a cross-sectional study. *Lancet*, 387(10.034), p. 2207-17, 2016.

SANTOS, F. O.; LIMA, S. C. Redes comunitárias locais como estratégia de promoção da saúde e construção de territórios saudáveis. In: SOARES, B. R. *et al* (Organizadores). *Construindo cidades saudáveis: utopias e práticas*. v. II / Uberlândia (MG): Assis Editora, 2017. (Série Cidades Saudáveis).

SANTOS, B. S. *A Cruel Pedagogia do Vírus*. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

SANTOS, C. E. S.; BEZERRA, O. M. S. B.; ZORZIL, V. N. *et al.* Políticas públicas de mobilidade ativa no Brasil: uma análise documental da esfera do governo federal. *J. Phys. Educ.* v. 35, e3532, 2024.

SILVA, R. G.; VILELA, S. H.; FONTES, I. A.; OLIVEIRA, R. B. de. A importância da mobilidade ativa e do ambiente construído sobre os níveis de atividade física de adolescentes vulneráveis: escolha ou necessidade? *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, v. 16, n. 10, p. 1-15, out. 2024. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/385739561>. Acesso em: 7 fev 2025.

SILVA, B. F. P. *et al.* Atividade física por meio da mobilidade ativa: uma revisão integrativa. *International Journal of Development Research*, Vol. 11, pp. 51814-51817, November, 2021.

SILVA, C.O.S. Planejamento da mobilidade ativa em busca de cidades mais humanizadas. *Revista dos Transportes Públicos - ANTP - Ano 42 - 2020 - 1º quadrimestre*

SILVA, D. A. S. *et al.* Boletim Brasil 2018: está na hora de cuidar das crianças e dos adolescentes!. Ottawa: Active Healthy Kids Global Alliance, 2018. [28] p. Relatório sobre atividade física em crianças e adolescentes brasileiros. Disponível em: <https://www.activehealthykids.org/wp-content/uploads/2018/11/brazil-report-card-long-form-pt.pdf>. Acesso em: mai.2024.

SILVA, L. S.; COTTA R. M. M; ROSA C. O. B. Estratégias de promoção da saúde e prevenção primária para enfrentamento das doenças crônicas: revisão sistemática. *Rev Panam Salud Publica*. 2013;34(5):343–50.

SOARES, C. A. M., LEÃO, O. A. A.; FREITAS, M. P.; HALLAL, P. C.; WAGNER, B. Tendência temporal de atividade física em adolescentes brasileiros: análise da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar de 2009 a 2019. *Cadernos de Saúde Pública* 39.10, 2023.

SOARES, B. R.; COSTA, N. M.; LIMA, S. C.; COSTA, E. M. (orgs.) *Construindo cidades saudáveis: utopias e práticas*. – Uberlândia (MG): Assis Editora, 2017.

SOARES, C. L. *Corpo e movimento: a educação física como prática pedagógica*. Campinas: Papirus, 1994.

TAGLIARI, I. A.; PAWLOWSKY, U. A mobilidade ativa e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030, com foco na educação para a saúde e para o meio ambiente: Uma análise a partir das características do indivíduo, do ambiente e da tarefa. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 6, e47510616052, 2021.

TAFFAREL, C. N.; CASTELLANI FILHO, L. Educação Física e Saúde Coletiva: uma articulação necessária. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 33, n. 1, p. 113–127, jan./mar. 2011. DOI: 10.1590/S0101-32892011000100012.

TELES, L. A. C. *et al.* Transporte ativo no trajeto escolar: uma revisão integrativa. *R. bras. Ci. e Mov* 2020;28(2):65- 75.

TELES, L. A. C. Os caminhos das crianças: a mobilidade ativa no trajeto escolar. 2019. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo. Cortez: Autores Associados, 1986.

TRIGUEIRO, A. Prefácio. In: Mobilidade por bicicleta no Brasil / organizadores, Victor Andrade, Juciano Rodrigues, Filipe Marino, Zé Lobo. – Rio de Janeiro: PROURB/UFRJ, 2016.

VASCONCELOS, P. T. de. Educação Física no Programa Saúde na Escola: concepções, sentidos e ações pedagógicas. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Desportos, Graduação em Educação Física, Florianópolis, 2023.

VERAS, M.; DI DOMENICO, M.; MARQUES, K. do V. O transporte dentro da perspectiva ambiental da saúde. In: VIEIRA, Ana Beatriz Gonçalves (org.). Cidades de pedestres. São Paulo: Instituto Saúde e Sustentabilidade, 2017. p. 57-60.

VIANA, F. A. N.; MAIA, U. M. C.; MORGAN, D. A. R. Programa saúde na escola (PSE): o olhar sobre a participação da educação física escolar. *Revista Redfoco*. Vol. 4, n.1, 2017.

VIEIRA, L. A. Cidades Saudáveis e Municípios Saudáveis: desafios e perspectivas para as políticas públicas locais. São Paulo: Editora Cortez, 2015.

VINKO, M.; ROBNIK LEVART, M.; GABRIJELČIČ BLENKUŠ, M. 30 anos após a Carta de Ottawa: ainda é relevante em face dos desafios futuros para a promoção da saúde? *EuroHealthNet Magazine*, n. 8, 21 nov. 2016. Disponível em: <https://eurohealthnet-magazine.eu/pt/30-years-after-the-ottawa-charter-is-it-still-relevant-in-the-face-of-future-challenges-for-health-promotion/>. Acesso em: 13 jan 2025.

WESTPHAL, M. F. O Movimento Cidades/Municípios Saudáveis: um compromisso com a qualidade de vida. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(1):39-51, 2000.

Anexo 1: Parecer de aprovação do Comitê de Ética

FACULDADE DE MEDICINA DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -
UNB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: MOBILIDADE ATIVA NO CONTEXTO ESCOLAR: intersectorialidades possíveis e desafios.

Pesquisador: LIVIA ALESSANDRA DE CARVALHO TELES

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 76844223.7.0000.5558

Instituição Proponente: Faculdade de Educação Física - UnB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.785.126

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que visa discutir e incentivar a mobilidade ativa (transporte não motorizado, geralmente ligado à energia produzida pelo corpo humano) no contexto escolar da cidade de Anápolis (Goiás). A pesquisa-ação propõe visitar setores da administração municipal (Secretarias de Educação, Saúde, Esportes, Planejamento Urbano e Segurança Pública), bem como interagir com Universidades (pesquisadores que estudem a temática) e ONGs que se interessem pelo tema, e realizar entrevistas semiestruturadas com 15 participantes (que tenham ligação com os referidos setores da administração municipal de Anápolis, universidades e ONGs). As entrevistas, diálogos e reuniões serão gravadas e posteriormente transcritas. Com isso, pretende-se tomar conhecimento do que existe sobre a temática em cada setor, sensibilizar os participantes para discutir o assunto, e convidá-los a elaborar um plano de ação que aponte soluções e proponha ações para estimular esse deslocamento ativo escolar. Por fim, é proposta a realização de um Seminário Municipal e a publicação de artigos acerca da temática.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que visa discutir e incentivar a mobilidade ativa (transporte não motorizado, geralmente ligado à energia produzida pelo corpo humano) no contexto escolar da cidade de Anápolis (Goiás). A pesquisa-ação propõe visitar setores da administração municipal (Secretarias de Educação, Saúde, Esportes, Planejamento Urbano e Segurança Pública), bem como interagir com Universidades (pesquisadores que estudem a temática) e ONGs que se interessem pelo tema, e realizar

Endereço: Universidade de Brasília, Campus Universitário Darcy Ribeiro - Faculdade de Medicina
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3107-1915 **E-mail:** cepfm@unb.br

FACULDADE DE MEDICINA DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -
UNB



Continuação do Parecer: 6.785.126

entrevistas semiestruturadas com 15 participantes (que tenham ligação com os referidos setores da administração municipal de Anápolis, universidades e ONGs). As entrevistas, diálogos e reuniões serão gravadas e posteriormente transcritas. Com isso, pretende-se tomar conhecimento do que existe sobre a temática em cada setor, sensibilizar os participantes para discutir o assunto, e convidá-los a elaborar um plano de ação que aponte soluções e proponha ações para estimular esse deslocamento ativo escolar. Por fim, é proposta a realização de um Seminário Municipal e a publicação de artigos acerca da temática.

Objetivo da Pesquisa:

Não houve alteração em relação à submissão anterior.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Não houve alterações em relação à submissão anterior.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de projeto de pesquisa de doutorado a ser desenvolvido junto ao Programa de Pós-graduação em Educação Física da Universidade de Brasília (PPGEF/UnB), na linha de pesquisa Estudos Sociais e Pedagógicos da Educação Física, Esporte e Lazer, por profissional da área de Educação Física. A pesquisadora informa que o projeto visa dar seguimento e aprofundar os resultados alcançados na investigação desenvolvida ao longo do curso de Mestrado em Educação Física, também realizado no PPGEF/UnB. Em particular, procura constituir uma rede intersetorial para discutir e incentivar a mobilidade ativa no contexto escolar de Anápolis (Goiás). A pesquisa será custeada integralmente com recursos próprios da pesquisadora responsável principal.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O TCLE, cronograma, planilha de orçamento e demais termos apresentados estão adequados. Porém, deve-se informar que há riscos para a quebra do sigilo das informações e quais medidas os pesquisadores adotarão para mitigá-los.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A pesquisadora atualizou o cronograma, alterou o TCLE e as informações básicas do projeto conforme recomendações desse colegiado. Por isso, considero que as pendências foram atendidas e o parecer é pela aprovação do projeto.

Endereço: Universidade de Brasília, Campus Universitário Darcy Ribeiro - Faculdade de Medicina
Bairro: Asa Norte CEP: 70.910-900
UF: DF Município: BRASÍLIA
Telefone: (61)3107-1915 E-mail: cepfm@unb.br

**FACULDADE DE MEDICINA DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -
UNB**



Continuação do Parecer: 6.785.128

Considerações Finais a critério do CEP:

Após apreciação na reunião dia 24/04/2024 do colegiado CEP/FM o projeto foi aprovado. OBS: De acordo com a Resolução CNS 466/12, nos inciso II.19 e II.20, cabe ao pesquisador elaborar e apresentar ao CEP os relatórios parciais e final do seu projeto de pesquisa. Bem como a notificação de eventos adversos, de emendas ou modificações no protocolo para apreciação do CEP.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2175130.pdf	11/04/2024 18:20:19		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Final_PDF.pdf	11/04/2024 18:19:38	LIVIA ALESSANDRA DE CARVALHO TELES	Aceito
Cronograma	Cronograma_Atualizado.PDF	11/04/2024 18:19:20	LIVIA ALESSANDRA DE CARVALHO TELES	Aceito
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	7Termo_Resp_Comp_Pesquisador.pdf	02/01/2024 22:47:38	LIVIA ALESSANDRA DE CARVALHO TELES	Aceito
Recurso Anexado pelo Pesquisador	3Resumo.docx	02/01/2024 22:45:14	LIVIA ALESSANDRA DE CARVALHO TELES	Aceito
Outros	6Carta_de_Encaminhamento_de_projetos.doc	02/01/2024 22:41:37	LIVIA ALESSANDRA DE CARVALHO TELES	Aceito
Orçamento	5Viabilidade_tecnica_e_financeira.docx	02/01/2024 22:41:28	LIVIA ALESSANDRA DE CARVALHO TELES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	4TCLE.docx	02/01/2024 22:38:40	LIVIA ALESSANDRA DE CARVALHO TELES	Aceito
Outros	1bCurriculo_orientadora.pdf	02/01/2024 22:37:03	LIVIA ALESSANDRA DE CARVALHO TELES	Aceito
Solicitação registrada pelo CEP	1Curriculo_pesquisadora.pdf	02/01/2024 22:34:41	LIVIA ALESSANDRA DE CARVALHO TELES	Aceito
Parecer Anterior	ParecerCEPAprovadoMestrado.pdf	14/11/2023	LIVIA ALESSANDRA	Aceito

Endereço: Universidade de Brasília, Campus Universitário Darcy Ribeiro - Faculdade de Medicina
 Bairro: Asa Norte CEP: 70.910-900
 UF: DF Município: BRASÍLIA
 Telefone: (61)3107-1915 E-mail: cepfm@unb.br

FACULDADE DE MEDICINA DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -
UNB



Continuação do Parecer: 8.785.128

Parecer Anterior	ParecerCEPAprovadoMestrado.pdf	12:20:16	DE CARVALHO TELES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoQualificacao.pdf	14/11/2023 12:18:34	LIVIA ALESSANDRA DE CARVALHO TELES	Aceito
Outros	TermoDeInstituicaoCoparticipante.docx	14/11/2023 12:14:59	LIVIA ALESSANDRA DE CARVALHO TELES	Aceito
Declaração de concordância	TermoDeConcordanciaFinal.pdf	14/11/2023 12:12:34	LIVIA ALESSANDRA DE CARVALHO TELES	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRostoFinal.pdf	14/11/2023 12:11:35	LIVIA ALESSANDRA DE CARVALHO TELES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BRASILIA, 24 de Abril de 2024

Assinado por:
Antônio Carlos Rodrigues da Cunha
(Coordenador(a))

Endereço: Universidade de Brasília, Campus Universitário Darcy Ribeiro - Faculdade de Medicina
Bairro: Asa Norte CEP: 70.910-900
UF: DF Município: BRASILIA
Telefone: (61)3107-1915 E-mail: cepfm@unb.br

Anexo 2



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Termo de Ciência da Instituição Coparticipante

A Instituição _____ está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante no projeto de pesquisa intitulado “**Mobilidade ativa no contexto escolar: intersetorialidades possíveis e desafios**”, a ser realizada pela pesquisadora **Livia Alessandra de Carvalho Teles, doutoranda em Educação Física pela Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília – UnB**, orientada pela **Profª Drª Júlia Aparecida Devidé Nogueira**.

Além disso, a referida Instituição está ciente também do compromisso na garantia da segurança e bem-estar dos participantes da pesquisa, oferecendo os aspectos necessários para preservar essa segurança e bem-estar. A participação do representante desta instituição resultará em responder uma entrevista semiestruturada e compor uma rede intersetorial para discutir e incentivar a mobilidade ativa no contexto escolar de Anápolis, GO. Para isso, a previsão é que sejam realizadas reuniões virtuais/presenciais durante os meses de fevereiro a abril de 2024. Caso necessário, poderão acontecer visitas a alguma Unidade Escolar, que será modelo para as outras escolas.

A Instituição acima citada declara conhecer e cumprir as resoluções éticas brasileiras, mediante submissão e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Brasília.

Anápolis, 10 de outubro de 2023.

Representante da Instituição

Anexo 3



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Mobilidade ativa no contexto escolar: intersectorialidades possíveis e desafios.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a), você (nome) _____ foi selecionado para participar de uma pesquisa sobre mobilidade ativa no contexto escolar de Anápolis-GO, que está sendo desenvolvida pelo programa de pós-graduação da Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília.

Ao aceitar participar, você responderá a uma entrevista semiestruturada e participará de cinco reuniões virtuais sobre mobilidade ativa no ano de 2024, visando compor uma rede de diálogo intersectorial sobre o tema, visando elaborar um plano de ação para incentivar a mobilidade ativa escolar. Sua participação é voluntária e não obrigatória, mas sua contribuição é fundamental para o sucesso da pesquisa.

Esse documento de TCLE assegura nosso compromisso ético e legal para desenvolver a pesquisa. Não estão previstos riscos à participação dos sujeitos, mas caso haja desconforto em responder qualquer questão ou dialogar, você poderá desistir de participar a qualquer momento, sem que isso cause prejuízos. Todas as informações fornecidas por você serão transcritas de forma anônima. Há um baixo risco de quebra de sigilo, mesmo que involuntária e não intencional. Para amenizar esse risco, os pesquisadores utilizarão códigos numéricos para identificar cada participante buscando garantir o sigilo, assegurando a privacidade dos participantes e a confidencialidade dos dados durante todas as fases da pesquisa, uma vez que esses dados coletados serão armazenados pelos pesquisadores de forma codificada e os resultados encontrados serão apresentados de forma geral para os setores participantes e em artigos científicos. Asseguramos que as informações fornecidas serão utilizadas somente para fins da pesquisa, e nunca em prejuízo das pessoas e/ou comunidades participantes.

Essa pesquisa foi aprovada pelo Conselho de Ética em Pesquisa da Universidade de Brasília e pela Instituição participante, e é coordenada pela Professora Doutora Júlia Aparecida Devidé Nogueira e pela professora Livia Alessandra de Carvalho Teles. Qualquer esclarecimento sobre a pesquisa pode ser obtido através dos e-mails e telefones abaixo.

Coordenação Local: Professora Livia Alessandra de Carvalho Teles.

E-mail: livia.carvalho81@hotmail.com . Telefone: (62) 99242-7717.

Coordenação Geral: Professora Doutora Júlia Aparecida Devidé Nogueira.
--

E-mail: julianogueira@unb.br
--

Conselho de Ética em Pesquisa da Universidade de Brasília.
--

E-mail cepfs@unb.br ou cepfsunb@gmail.com . Telefone: (61) 3107-1947.

Contamos com sua colaboração!

Assinatura do participante.

Anápolis, ____ de _____ de 2024.

Apêndice A



Entrevista semiestruturada
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Diálogo com atores chave sobre mobilidade ativa no contexto escolar

Roteiro de entrevista semiestruturada com gestores/servidores/sujeitos de secretarias/grupos convidados a participar da pesquisa.

Pesquisadora: Livia Alessandra de Carvalho Teles

Orientadora: Prof^a Dr^a Júlia Nogueira

Data:

Nome:

Você representa?

Instituição/Grupo:

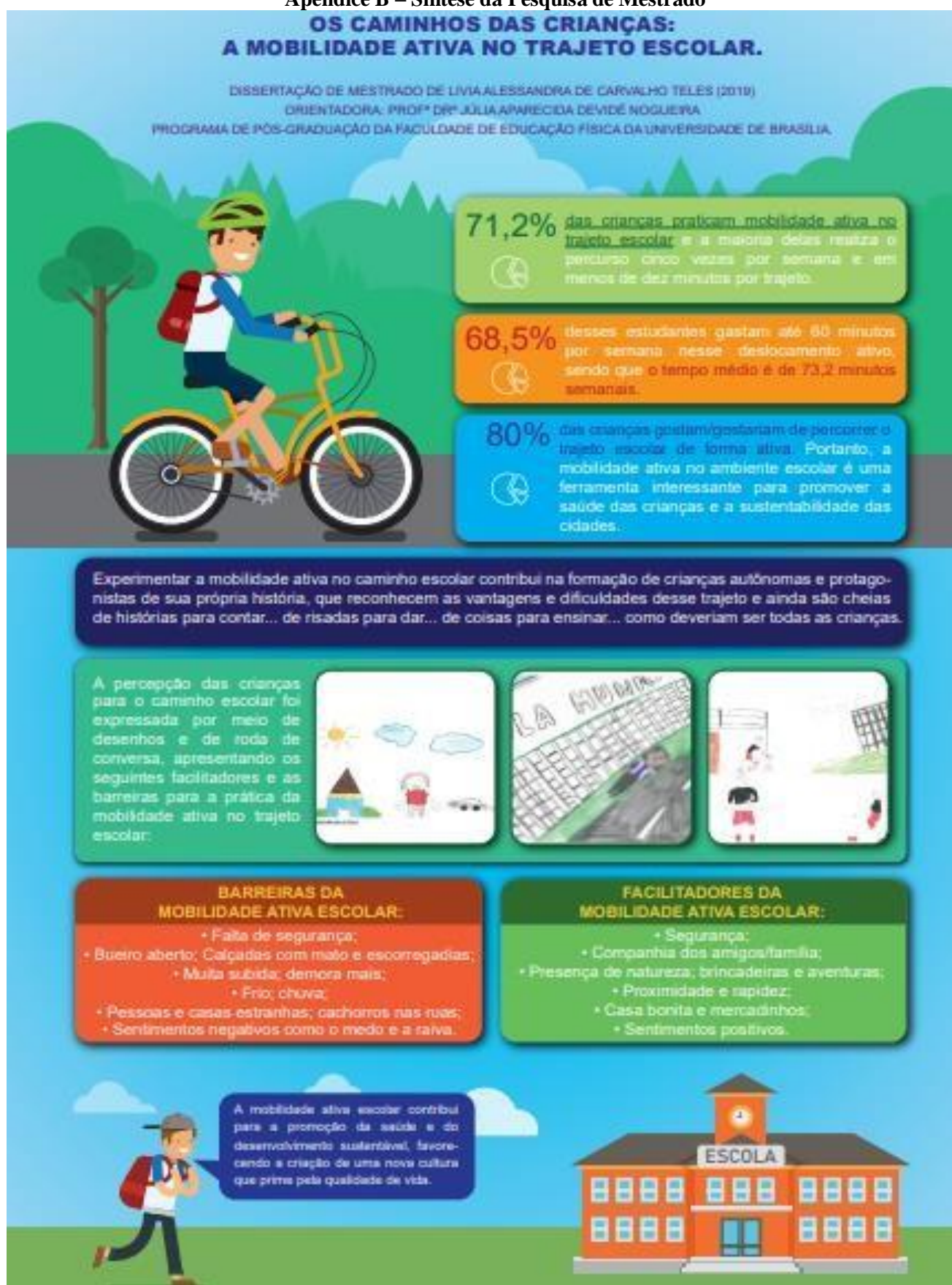
Responsável:

Cargo/Lugar de fala:

1. O que sua Instituição/Secretaria/Grupo pensa sobre a mobilidade ativa?
 - 1.a. Vocês dialogam sobre essa temática?
 - 1.b. Como? Quando? Com quem?

Há algum parceiro, mesmo que potencial, para essa temática?
2. Qual é o lugar da mobilidade ativa nesta Secretaria/Grupo?
 - 2.a. Existe algum documento (política/programa) que fala/prevê sobre mobilidade ativa?
 - 2.b. Tem ou teve alguma ação feita visando trabalhar com mobilidade ativa em algum sentido?
 - 2.c. Há algo específico relacionado à mobilidade ativa escolar ou infantil?
3. Há interesse (pessoal ou institucional) em participar da construção de uma rede de diálogo para fortalecer essa temática?
 - 3.a. Participaria de oficinas mensais/quinzenais – online/presenciais?
 - 3.b. Que aspecto relacionado à mobilidade ativa lhe interessaria começar?
4. Quais os principais desafios para compor/manter essa rede de diálogo para fortalecer a temática?

Apêndice B – Síntese da Pesquisa de Mestrado



Apêndice C

Anápolis, 02 de agosto de 2024.

Carta de Intenções em prol da Mobilidade Ativa Escolar

“O comprometimento dos vários atores envolvidos nos projetos intersetoriais coloca-se como questão crucial para a sustentabilidade das políticas públicas de promoção de saúde, apontando para a necessidade de formação de redes colaborativas, além de bases políticas e legislativas que permitam a continuidade das intervenções” (Moyses; Moyses; Krempel, 2004).

Esta carta representa uma síntese de debates realizados no âmbito da pesquisa de doutorado intitulada “Mobilidade ativa no contexto escolar: intersectorialidades possíveis e desafios”, desenvolvida pela Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília. A mobilidade ativa é uma prática cotidiana que pode contribuir para a promoção da saúde e do desenvolvimento sustentável, estando alinhada à importantes políticas e programas como: Política Nacional de Promoção da Saúde, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, Programa da Saúde na Escola, Nova Agenda Urbana e Agenda 2030.

Foram realizadas cinco reuniões entre maio e junho de 2024 com o intuito de debater com representantes de diversos setores estratégicos para avançar nesse relevante tema. Compreendendo a importância da intersectorialidade e advogando pela consolidação de redes colaborativas, tecemos algumas recomendações para o desenvolvimento de legislações, políticas e projetos que fortaleçam a mobilidade ativa no contexto escolar. São elas:

I) Compete aos governos, sobretudo o municipal:

1. Apoiar a constituição de uma rede intersectorial da mobilidade ativa.
2. Priorizar a temática da mobilidade ativa escolar, indicando legislações e projetos que garantam a efetividade das ações referentes ao modo ativo de deslocamento para que as políticas sejam de Estado e não de governo, e se tornem sustentáveis.
3. Oportunizar servidores suficientes e capacitados para realizar as tarefas cabíveis, inclusive para pensar em projetos inovadores e emergentes relacionados

ao deslocamento ativo.

4. Investir e estimular projetos enriquecedores que promovam a saúde das crianças em consonância com outros projetos já em andamento (como o Projeto Esporte Escola e o Projeto Zatopek).
5. Incentivar a compra de bicicletas para estudantes.
6. Viabilizar e estimular projetos de aluguel e empréstimo de bicicletas compartilhadas.
7. Realizar audiência pública para debater e disseminar propostas sobre a mobilidade ativa escolar.

II) Compete aos setores:

8. Consolidar parcerias, alinhando-se a projetos mais amplos para inserir o tema da mobilidade ativa na agenda pública, inclusive nos planos de governo.
9. Desenvolver iniciativas que estimulem a prática da mobilidade ativa, especialmente entre crianças e jovens, por meio de participação e empoderamento juvenil.
10. Garantir a participação de servidores capacitados e com tempo livre para se dedicar de forma efetiva a esses projetos.

De forma específica, compete ao

Setor educação:

11. Inserir a prática da mobilidade ativa no caminho da escola, cultivando a mudança cultural da comunidade escolar, priorizando-a como atividade física lúdica e segura.
12. Inserir o tema da mobilidade ativa na matriz curricular e aproximar os professores, especialmente de Educação Física, dessa temática.
13. Instituir o Dia Municipal da Mobilidade ativa (alinhado ao Dia Mundial sem Carro –22 de setembro), incentivando passeios ciclísticos ou com modais ativos nos entornos escolares.
14. Capacitar a comunidade escolar para organizar coletivamente grupos de caminhada e ciclismo para/da escola.

Setor saúde

15. Estreitar a relação dos profissionais de saúde e da educação e inserir a mobilidade ativa e outras práticas corporais no planejamento do Programa Saúde na Escola.
16. Promover a conscientização sobre os benefícios da mobilidade ativa para a promoção da saúde, inclusive amenizando a obesidade e a ansiedade infantil.

Setor de planejamento urbano e trânsito/transporte:

17. Compor um conselho da mobilidade ativa para discutir ações convergentes com o plano de mobilidade urbana e o plano diretor.
18. Fornecer infraestrutura necessária para incentivar a mobilidade ativa, tais como ciclovias e ciclofaixas, bicicletário, calçamento, acessibilidade com rebaixo nas esquinas, travessia de pedestres (com faixas diferenciadas como elevadas, coloridas, 3D, luminosas, em forma de teclas de piano, etc), iluminação e pavimentação das ruas com piso tátil, dentre outros.
19. Criar corredores monitorados nos entornos escolares voltados ao fluxo ativo de estudantes.
20. Promover a educação no trânsito nos ambientes escolares.
21. Definir elementos construtivos, arquitetônicos e urbanísticos que devem ser solicitados em novos projetos para que a mobilidade ativa escolar seja estimulada.
22. Manter os planos diretor e de mobilidade urbana atualizados conforme legislação, dando a devida relevância à mobilidade ativa.

Setor Esporte

23. Ampliar e fortalecer o Circuito Anapolino de Corrida de Rua, oferecendo suporte para o programa de assessoria gratuita de corrida, vinculando-o ao deslocamento ativo.
24. Realizar o projeto “Rua de lazer fechada” aos finais de semana.
25. Realizar os jogos abertos e os jogos de primavera anualmente.

Setor Segurança Pública

26. Promover a segurança nos entornos escolares, inclusive se atentando a bares e outros locais relacionados próximos às escolas, buscando reduzir a violência e a

vulnerabilidade na rotina dos estudantes.

27. Apoiar o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência) e contemplar a temática da mobilidade ativa em suas ações.

III) Compete aos acadêmicos e pesquisadores:

28. Realizar estudos, integrando saberes, práticas e evidências, que apoiem o fortalecimento da rede intersetorial de mobilidade ativa como estratégia de promoção da saúde e do desenvolvimento sustentável.

IV) Compete à sociedade civil:

29. Participar mais ativamente da elaboração do plano municipal de mobilidade urbana.

30. Compor uma Organização Não Governamental (ONG) que represente e defenda as questões da mobilidade ativa.

31. Compor uma rede de apoio para orientar e incentivar a prática da mobilidade ativa no trajeto escolar.

32. Cobrar do poder público a efetivação de tais ações.

Reforçamos que tais recomendações devem ser sustentadas por uma gestão governamental comprometida com a defesa da vida com qualidade e saúde para crianças e adolescentes, e alinhada a atuais políticas nacionais e globais. Declarando nosso compromisso com o incentivo da mobilidade ativa no contexto escolar, participaram coletivamente da elaboração desta Carta de Intenções: Livia Alessandra de Carvalho Teles (Pesquisadora da FEF - UnB); Profª Drª Júlia Aparecida Devidé Nogueira (Orientadora da FEF - UnB); Grupo de pesquisa da UniEvangélica; e os representantes dos setores Educação, Saúde, Trânsito e Transporte, Planejamento Urbano, Esportes da Prefeitura de Anápolis, GO, e Segurança Pública do Estado de Goiás.

Apêndice D

CONVITE
SEMINÁRIO MUNICIPAL DE
MOBILIDADE ATIVA
NO CONTEXTO ESCOLAR

Prezado (a),

venho convidá-lo (a) para o Seminário Municipal de Mobilidade Ativa Escolar, que será realizado no dia 02/08/2024 (Sexta-feira), às 8h, no CEITEC.

Na ocasião serão apresentados os resultados preliminares de uma pesquisa de doutorado em Educação Física da Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília.

**Sua presença é muito importante!
O evento terá emissão de certificado.**

Livia Carvalho Teles